

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



“O Iº MILÉNIO A.C. E O ESTABELECIMENTO RURAL
ROMANO NA VERTENTE FLUVIAL DO AVE”

| DINÂMICAS DE ESTABELECIMENTO SOB O PONTO DE VISTA GEO-ESPACIAL |

JORGE MANUEL ROCHA DE ARAÚJO PINHO

MESTRADO EM PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA
DISSERTAÇÃO ORIENTADA PELO
PROFESSOR DOUTOR CARLOS JORGE GONÇALVES FABIÃO

2009

*A todos os que ainda cá estão e aos que já partiram.
A meus pais, irmão e restante família por serem quem são e pelas saudades que me matam a cada dia.
À Xana, por ser quem é.*

Atravessa esta paisagem o meu sonho

*Atravessa esta paisagem o meu sonho dum porto infinito
E a cor das flores é transparente de as velas de grandes navios
Que largam do cais arrastando nas águas por sombra
Os vultos ao sol daquelas árvores antigas...*

*O porto que sonho é sombrio e pálido
E esta paisagem é cheia de sol deste lado...
Mas no meu espírito o sol deste dia é porto sombrio
E os navios que saem do porto são estas árvores ao sol...*

*Liberto em duplo, abandonei-me da paisagem abaixo...
O vulto do cais é a estrada nítida e calma*

*Que se levanta e se ergue como um muro,
E os navios passam por dentro dos troncos das árvores
Com uma horizontalidade vertical,
E deixam cair amarras na água pelas folhas uma a uma dentro...*

*Não sei quem me sonho...
Súbito toda a água do mar do porto é transparente
E vejo no fundo, como uma estampa enorme que lá estivesse desdobrada,
Esta paisagem toda, renque de árvore, estrada a arder em aquele porto,*

*E a sombra dum nau mais antiga que o porto que passa
Entre o meu sonho do porto e o meu ver esta paisagem
E chega ao pé de mim, e entra por mim dentro,
E passa para o outro lado da minha alma...*

Fernando Pessoa

Índice	4
<hr/>	
0. Resumo	7
<hr/>	
1. Introdução	9
<hr/>	
2. Linhas directivas da investigação	11
<hr/>	
3. Enquadramento Geográfico – A Região	18
a) Limites geográficos	18
b) Relevo e Geologia	19
c) Clima	20
d) Hidrologia/Vias de Comunicação naturais	22
f) Vegetação	22
<hr/>	
II Parte	
<hr/>	
A Idade do Ferro	
<hr/>	
4. A Idade do Ferro e a Romanização	25
a) a investigação ao longo do século XX até aos dados actuais	25
4.1. Quadro do Povoamento	29
a) Introdução e enquadramento espacial – Problemática de estabelecimento	29
4.2. Processos de mudança	30
a) cronologias, complexidade e mutação	30
4.3. Formas de Povoamento	37
a) Povoados Tipo A	38
b) Povoados Tipo B	39

c) Povoados Tipo C	40
4.4. Áreas de Influência/Captação	41
a) Territórios teóricos	41
i. Cidade de Terroso	41
ii. Cidade de Bagunte	44
iii. Castro de Alvarelhos	45
iv. Castro de Penices	46
v. Castro do Monte Padrão	48
4.5. Análise aos dados compilados	49
4.5.1. Exploração do território – Economia e Fronteiras	54
a) Interpretação da paisagem	54
i. Distribuição de povoamento	62

A Romanização

5. O Povoamento em época Romana	70
a) Conquista e ocupação do território	70
b) Incursões a Norte do Douro	71
5.1. Quadro do Povoamento Romano	74
a) Tipologias de assentamento	74
b) <i>Civitates</i> , <i>Vici</i> e <i>Castella</i>	75
c) Povoados Fortificados Romanizados	91
d) <i>Villae</i>	94
i. Exploração dos <i>fundi</i> – economia das <i>villae</i>	105
e) Granjas e Casais	113
5.2. Vias de Comunicação	119

a) Rede viária romana	119
b) As vias no Vale do Ave	122

6. Articulação da Informação	127
------------------------------	-----

Apêndice Bibliográfico

Anexos

- Anexo I (Inventário de sítios)
- Anexo II (Fichas de campo)
- Anexo III (Cartografia)
- Anexo IV (Sistematização cronológica da Idade do Ferro Europeia e Peninsular e Romanização)
- Anexo V (Registo Fotográfico)

Resumo

Pretende-se com esta exposição divulgar a investigação efectuada no âmbito da presente dissertação de mestrado. Como âmbito de análise, o autor insere a problemática decorrente das várias mutações nas formas de estabelecimento evidentes em determinados momentos cronológicos. Estes pressupostos são visíveis nas diversas alterações que parecem ter ocorrido num momento cronológico entre o mundo indígena e a esfera da romanização no Noroeste Peninsular.

É o estudo das especificidades de implantação e mutações evidenciadas, a partir de dados arqueológicos e geográficos no Baixo Ave e planície marítima.

Palavras-Chave: Idade do Ferro, Romanização, análise geo-espacial, Dinâmicas de Implantação.

Abstract

This article aims to divulge the research conducted under this master's dissertation. As part of the analysis, the author introduces questions arising from various changes in the forms of settlement evident at certain chronological moments.

The propositions presented are based on several changes that seem to have occurred precisely at the time between the indigenous world and the sphere of Romanization in Northwest Peninsula. The study focuses on the settlement specifications and mutations based on archaeological and geographical data in the lower river Ave and sea plains.

Key-words: Iron Age, Romanization, geo-spatial analysis, Dynamic deployment.

Agradecimentos

Apesar de este ser um processo solitário, a construção de um extenso trabalho não seria possível sem a colaboração directa ou indirecta de determinadas pessoas. É neste sentido que gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para a minha boa disposição, motivação e vontade de saber sempre mais.

Sob o risco de me esquecer de alguém, peço desde já as sinceras desculpas.

Assim, gostaria de agradecer primeiramente ao Professor Doutor Carlos Fabião que, sempre de forma bastante amável me recebeu e orientou sabiamente com os seus sempre úteis conhecimentos.

À Doutora Luísa Veloso, pela agradável discussão e orientação bibliográfica e por me ter colocado à disposição a biblioteca do ISCTE.

Ao João Tereso, com quem discuti e troquei ideias sobre todos estes assuntos relacionados com o Noroeste Peninsular e à Rita Gaspar, pelos bons convívios que com os dois partilhei.

À Maria João de Sousa, pelo apoio logístico que tão útil foi durante o processo de estudo.

Ao professor Doutor Martin Millet, pela gentileza demonstrada e por nos ter facultado prontamente alguma da bibliografia consultada.

Por último, sem querer dizer que será o mesmo em importância, muito pelo contrário, agradeço às minhas duas famílias pelos bons momentos passados.

À Xana, minha companheira e amiga, por estares sempre comigo.

1. Introdução

[“ Any text is constructed as a mosaic of quotations; any text is the absorption and transformation of another. The notion of intertextuality replaces that of intersubjectivity, and poetic language is read as at least double.”]
(KRISTEVA, 1986: 37 in TILLEY *et alli*, 1993: 11)

Os estudos que pretendemos aqui divulgar, vêm ao encontro do paradigma já iniciado por nós, no âmbito da prossecução da nossa dissertação final de licenciatura. Também aí optámos pela divulgação e debate do povoamento, mas numa vertente mais simplificada, ou seja, apenas nos debruçamos sobre uma época cronológica plenamente definida, o Iº milénio a.C.

Dando, por conseguinte, continuação à discussão epistemológica de outros autores – sem no entanto pretendermos continuar com o conflito epistemológico decorrente das várias linhas de pensamento ao longo do século XX – é objectivo final alargar o âmbito da nossa esfera de estudos, iniciando aqui uma primeira abordagem ao povoamento rural romano, incidindo mais concretamente no paradigma da mudança, mutações de estabelecimento e novas formas de exploração do território que ocorreram, provavelmente, a partir do século I a.C..

Como tal, entendemos que para um bom entendimento destas duas épocas distintas, a melhor forma de apresentação e discussão dos temas abordados seria a compartimentação do povoamento cronologicamente distinto.

Em seguida e indo ao encontro da problemática propriamente dita, enquadrámos as nossas bases científicas, de maneira a revelarmos as linhas orientadoras da nossa investigação.

Por ser este um estudo que considera profusamente o ambiente circundante como revelador das idiossincrasias de quem o habita e, conseqüentemente, o “humaniza”, optámos por caracterizar, no ponto seguinte, a paisagem actual, a vertente fluvial do rio Ave.

Face a esta primeira introdução, iniciámos a partir deste ponto, o estudo do povoamento relativo à ocupação autóctone do nosso território, discutindo os vários contextos de mudança que parecem ter ocorrido ao longo de todo o primeiro milénio a.C.. Para tal, baseamos o nosso fundamento nas várias perspectivas científicas decorrentes de estudos regionais e micro-regionais de vários outros autores ao longo do século XX.

Caracterizamos os pontos seguintes como as bases da nossa dissertação, pois será a partir daqui que discutiremos aprofundadamente todo o processo de povoamento, os quais se inserem nos vários momentos de implantação, desenvolvimento, retracção e abandono e como essa longa diacronia “conviveu” com a paisagem circundante. Desta forma, utilizámos o *Site Catchment Analysis* como ferramenta de auxílio à compreensão de todo este processo.

O ponto 5 refere-se à ocupação romana do nosso território. Será então a partir daqui, que discutiremos o processo de mudança de forma mais abrangente, tendo em consideração as alterações que se começam a operar no seio da comunidade indígena e nas respectivas formas de povoamento – em termos arquitectónicos e estruturais.

Consequentemente, caracterizámos o povoamento romano do nosso território na sua forma plenamente estabelecida e já sob administração de Roma. Considerámos, para o efeito, que as formas do povoamento rural em muito contribuíram para a estabilidade e desenvolvimento do território em determinado período, detendo especial importância no processo de desenvolvimento urbano, como? Se tivermos em linha de conta que a exploração do território se fez a partir destas estruturas, decorrente da especialização económica, consoante as várias posições geomorfológicas: a planície marítima e o vale. A nossa área de estudo insere-se nesta forma de povoamento, entre os vários núcleos urbanos, *Bracara Augusta* como capital de *conventus* e outras sob dominação da primeira, *Cale* e *Tongóbriga*.

Concluindo, apraz-nos referir que este será um mero ponto intermédio nos estudos sobre esta área geográfica, pois pretendemos dar continuidade, num futuro que esperamos não seja demasiado longo, a toda esta problemática. É nossa intenção com esta exposição contribuir positivamente para a construção da paisagem cultural na vertente fluvial do Ave.

2. Linhas directivas da investigação

[“A análise da cultura como um conjunto de sub-sistemas interdependentes e interactuantes que se movimentam mecanicamente em função da necessidade que os grupos têm de se adaptarem às alterações meio-ambientais – numa procura incessante de equilíbrio entre recursos exploráveis e pressão demográfica – consolidando-se assim uma perspectiva de análise marcadamente ecológica e determinista”]

(CARVALHO, 2006: 36 in “Cova da Beira – Ocupação e exploração do território na época romana.”)

A dissertação que aqui vemos reproduzida, para além do pressuposto prático subjacente a qualquer trabalho que se pretende científico, tenta alcançar o limiar ideológico amplamente debatido pelos vários autores que nos serviram de fundamento.

Reconhecemos que a produção científica insere-se no conjunto de conhecimento empírico adquirido por parte do autor, que advêm da prévia construção metodológica, moldada pela panóplia informativa que se encontra à disposição. Desta forma, a epistemologia decorrente destes pressupostos emerge num amplo conceito paradigmático, onde as várias correntes ideológicas ajudaram a construir a linha interpretativa que aqui pretendemos ver debatida.

Face a estes conceitos, pode-se inferir a total concordância na forma como se percebe o pensamento arqueológico, onde se assume profusamente a conciliação das diferentes correntes e formas de pensamento (ALARCÃO, 1996). Primeiro, porque todas serão válidas no sentido empírico do termo e depois, por integrarem o âmago do processo cognitivo das várias correntes, conduzindo a procura de um “todo” plural característico da evolução humana (ibidem; VALINHO, 2003: 10).

Entendemos pois, que o pensamento arqueológico deverá, sob a égide multidisciplinar, abraçar outras formas de abordagem ao estudo dos diversos habitats. Não sendo uma disciplina autista, deverá integrar uma cientificidade notória e plural, prevendo o estudo dos vestígios associados à paisagem envolvente (*eco-factos*), mas também, integrar na perspectiva generalizada de análise, o contextualismo inerente a um determinado espaço cultural e simbólico, onde o registo arqueológico poderá ser revelador das intenções e detalhes comportamentais da comunidade que o gerou (CRIADO BOADO, 1993; 1997; CARVALHO, 2006: 44).

Como pressupostos teóricos definem-se as bases de análise consoante as perspectivas *pós-processualistas* da arqueologia; o quadro de análise dos processos quotidianos como forma de discernir padrões comportamentais em espaços culturalmente distintos,

é fortemente corroborada nos pressupostos da “*Middle Range Theory*”, ou seja, comunidades culturalmente distintas assumem uma mesma reacção perante estímulos semelhantes (CARVALHO, 2006: 44).

A escola *pós-processualista* alterou a forma de pensamento e de análise aos sítios arqueológicos. O facto de entender as alterações tecnológicas como um processo subjacente à relação entre Homem e meio-ambiente, considerando a adaptabilidade e o processo evolutivo dos instrumentos como a tipificação destes mesmos pressupostos. Descreve a análise habitual de um sítio ou um conjunto de sítios (*on-site*) como um processo demasiadamente redutor, assumindo a análise ao meio-ambiente envolvente consagrando os respectivos espaços produtivos (*off-site*) ou analisando o próprio meio de forma independente (*non-site*), através da interdisciplinaridade associando ao registo arqueológico as análises de outras ciências, concretamente as paleoambientais (*ibidem*: 37).

Esta linha de pensamento enquadra-se num novo conceito de análise arqueológica, albergando todos estes pressupostos analíticos, sendo portanto, um complemento à análise da *Arqueologia Processualista*. A este novo caminho se deu o nome de *Pós-Processualismo* ou *Arqueologia da Paisagem*.

Esta disciplina surge como resposta crítica aos estudos dos modelos radiais (HODDER et alli, 1990: 9 e ss.), na qual a investigação de um ou vários sítios apenas considerava os processos económicos como principal foco de influência na idiosincrasia presente num dado habitat.

Esta linha modeladora da escola processualista, conceito este introduzido a partir da proposta metodológica de Clarke (1968), correlacionava a análise económica com a perspectiva geo-ambiental circundante ao espaço arqueológico, como forma de tipificação da relação entre o Homem e o meio envolvente, tendo como pano de fundo o princípio da optimização de recursos (CARVALHO, 2006: 37).

A perspectiva espacial na abordagem a espaços arqueológicos enquadra-se nos pressupostos teóricos associados a uma nova ideologia amplamente difundida a partir da década de 60, à qual se deu o nome de “*Nova Arqueologia*” ou *Arqueologia Processualista*.

A “*Nova Arqueologia*” introduziu a teoria dos sistemas na Arqueologia. O sistema é um todo feito em partes inter-relacionadas e inter-actantes, ou seja, a cultura tem de ser vista como um todo (sistema), feito de partes (subsistemas). A teoria dos sistemas

considera que uma cultura tende ao equilíbrio: se um dos subsistemas se altera, os outros subsistemas modificam-se, equilibrando-se automaticamente (ALARCÃO, 1996: 12).

Ao contrário da Arqueologia *historico-culturalista*, que se caracterizava por um certo [“*descriptivismo e empirismo*”] (CARVALHO, 2006: 36), a “*Nova Arqueologia*” considera a perspectiva ambiental e estudo envolvente de um sítio arqueológico, como a forma mais completa de análise à mentalidade das comunidades, entendendo que o tipo de características geo-ambientais de implantação eram de sobremaneira influenciadoras na forma como se processava a cultura material.

No entanto, ao entenderem a paisagem como ser meramente abstracto e, portanto, “desumanizado”, não incluíam na sua esfera de análise toda a dialéctica inerente a esta humanização paisagística, em que as comunidades vivem num determinado espaço e de forma dinâmica adaptam-se ao meio circundante, alterando de forma sequente o mesmo. Da mesma forma, as relações que subjazem aos processos de habitat, atendendo à cultura material como forma de enraizamento cultural e criação de identidades, nem sempre poderão ser perspectivadas pela via funcional e economicista que a *Arqueologia Processualista* apenas entende como real definidora das mentalidades.

Os estudos *pós-processualistas* emergem ao incluírem na sua prática trabalhos marcadamente empíricos, não padronizáveis, assumindo a paisagem contornos de humanização (TILLEY: 1993; VALINHO, 2003: 80; SANTOS, 2005).

A crítica efectuada a estes modelos demasiadamente empíricos e conotados, de forma rígida, a processos meramente teóricos e “desumanizados”, entendia que os diversos habitats desenvolviam-se dinamicamente, sendo a paisagem indicadora dos processos de mudança e adaptabilidade por parte das comunidades. Esta linha interpretativa aliada à análise contextual dos espaços ajudar-nos-á a entender estas mudanças de povoamento, não só unicamente a partir de dados “estáticos” e tipificados, mas também aliando toda a informação do ponto de vista crono-estratigráfico, por forma a detectarmos possíveis momentos de ruptura em determinada fase cronológica.

Toda a especificidade de povoamento terá de considerar, a fim de uma percepção razoável de como se terá processado a ocupação de dado espaço, o meio-ambiente circundante, não descurando as evoluções morfo-tipológicas caracterizadoras da génese das comunidades, no que se considera uma perspectiva abrangente de análise, demonstrando uma transversalidade de pensamento.

É este paradigma que entendemos como rumo a seguir a par do que tem sido feito actualmente em inúmeros outros estudos.

Para o território português, neste quadro geográfico, inúmeros autores (MARTINS, 1990; QUEIROGA, 1992; FIGUEIRAL, 1990; PINTO, 1995; BETTENCOURT, 1999; MILLET *et alli*, 2000; STRUUT, 2000; OLIVEIRA, 2000; CARVALHO, 2008), assim como outros, para diferentes contextos geográficos (LEMOS, 1993; VILAÇA, 1995; LÓPEZ SÁEZ, 2001; VALINHO *et alli*, 2002; 2003; PERESTRELO, 2002; CARVALHO, 2006; TERESO, 2007), tem vindo a desenvolver projectos especificamente dedicados à compreensão espacial e paisagística, bem como à integração do estudo dos eco-factos.

Da mesma forma, para o território espanhol, a escola *pós-processualista* promoveu diversos estudos associados à perspectiva espacio-ambiental (DIAZ-FIERROS VIQUEIRA e TABOADA CASTRO, 1992-1994; CRIADO BOADO, 1993 *et alli*, 1997; PARCERO OUBIÑA, 1998; VÁZQUEZ VARELA, 2000; FÁBREGA ÁLVAREZ, 2004-2005).

Em alguns dos diversos estudos geo-espaciais integrados na esfera pós-processualista foram orientados, segundo critérios propostos por diversos autores (VITA-FINZI e HIGGS, 1970; JARMAN, 1972; HODDER *et alli*, 1976; 1990; HAGGETT, 1976; DAVIDSON *et alli*, 1984).

Como projecto e base metodológica de análise ao povoamento no Vale do Ave, adoptamos os pressupostos que consideramos pertinentes segundo os autores supra mencionados, pois acreditamos ser esta forma de análise mais condizente à perspectiva agro-silvo-pastoril das comunidades que habitaram esta área.

Para tal, concertando esforços na perspectiva analítica do espaço propriamente dito, tentamos adequar os processos metodológicos à nossa área de estudo, tendo sido antecipadas todas as especificidades geomorfológicas e humanas dos sítios estudados, bem como a análise profusa do seu espaço envolvente.

Dos processos considerados encarámos a realização de percursos de marcha, por forma a identificar paisagisticamente todas as normas e/ou condicionantes presentes no relevo, bem como as áreas potenciais de exploração, no que se poderá integrar na esfera interpretativa dos complexos habitacionais como “marcadores” efectivos da paisagem.

Estes percursos de marcha – de 15 e 30 minutos - tiveram sempre consciência das limitações inerentes à tentativa de equalizar as crenças e ritmos de populações de há

cerca de 2000 anos, pois nem os caminhos actuais são os utilizados pelas comunidades indígenas, nem o meio de transporte será equiparável. Da mesma forma, não será possível uma aproximação às realidades indígenas, pois a própria evolução humana consubstancia na sua esfera marcos diferenciados nas respectivas condicionantes físicas, ou seja, estaremos nós hoje melhor preparados fisicamente que os povos indígenas de há 2000 anos, sabendo que hoje nos encontramos em pleno estado de sedentarização? Por outro lado, o nível de equipamento, designadamente o vestuário por nós utilizado altera subsequentemente, a forma como abordamos uma caminhada. O uso de calçado específico e bastante confortável nos dias de hoje é pois uma grande vantagem para nós. Será, por isso, injusto e irrealista extrapolarmos os nossos dados para uma realidade que ainda desconhecemos. Poderemos somente supôr e adivinhar como o processo de captação dos respectivos recursos seria efectuado.

Por isso, tentámos sempre que possível percorrer caminhos e carreiros “antigos”. Para além disso, a aplicabilidade dos modelos radiais teóricos apenas pressupõe a hora de marcha para as comunidades agro-pastoris, não integrando nessa análise outras inferências como o tipo de mobilidade e quem efectuava esses percursos (GONÇALVES, 1989: 401).

Achamos, contudo, que a barreira dos 30 minutos, como área preferencial de captação de recursos, seria a mais adequada para a morfologia de assentamentos indígenas, pois alguns dos mesmos apresentavam uma sobreposição das respectivas áreas de exploração nos territórios de 60 minutos. Por tal não ser coerente e real, adaptamos o nosso modelo ao território aqui debatido.

A exploração de forma intensiva dos recursos básicos à sobrevivência destas comunidades seria efectuada num raio de 1 quilómetro em relação ao núcleo de povoamento¹, considerando então, os 30 minutos (cerca de 2,5 km em relação ao núcleo) como suficientes para a exploração agro-silvo-pastoril. As distâncias acima desta unidade temporal estariam confinadas a prováveis explorações mineiras, assim como dos produtos provenientes dos terrenos baldios, designadamente, os matos e

¹ Para esta análise vide o estudo de José Mateus (1990) “A teoria da zonação do sistema eco-territorial”. O autor subdivide o território explorado em cinco estádios diversificados, sendo a especialização eco-territorial efectuada conforme a distância relativa ao núcleo central de povoamento.

Assim, consideram-se cinco os territórios explorados na envolveria dos núcleos: Território doméstico, Território adjacente, Território próximo, Território periférico e Território remoto (1990: 3)

algumas espécies florestais que serviriam para a construção, bem como para o aquecimento e forragem para o gado^{II}.

Por fim, a implantação em base cartográfica das respectivas manchas de influência, considerou os parâmetros teóricos definidos em outras obras comuns à investigação espacial. Estes pressupostos baseiam-se no cariz sedentário das comunidades, fundamentando-se na lei do “esforço mínimo”, sendo fulcral a relação existente entre a procura de recursos, distância percorrida para o efeito e as quantidades energéticas dispendidas para obter os recursos desejados (HODDER et alli, 1990: 255-56; VILAÇA, 1995: 380; CARVALHO, 2006: 37-38).

Da mesma forma, o estudo que efectuamos ao processo rural romano incluiu estes mesmos pressupostos metodológicos, sendo representadas em cartografia as respectivas esferas de produção imediatas, inseridas no processo intensivo de exploração do território, assim como as várias relações entre a variedade tipológica de habitat e outros núcleos de ocupação como necrópoles e rede viária.

Muitos são os factores influenciadores na forma como se analisam as áreas de exploração de recursos. Sendo estes potencialmente influentes na esfera de análise do território, as condições geomorfológicas permitem-nos pressupôr o grau de relevância no processo de exploração das respectivas áreas de captação de um núcleo central, para tal, um dos métodos que recorremos foi o tratamento informativo por forma a encontrarmos uma linha comum, perante uma variedade de indícios.

O tratamento estatístico dos dados compilados ao longo da investigação foi efectuado com o recurso a instrumentos específicos de análise espacial, bem como de tratamento gráfico, respeitante à apresentação, de forma legível, em base cartográfica criada para o efeito.

O manuseamento dos dados georeferenciados foram executados em *QuantumGIS*, versão 0.10.0., enquanto o tratamento gráfico foi desenvolvido em *Adobe Illustrator*, versão 10. A cartografia apresentada em anexo foi alvo de tratamento gráfico sobre a base cartográfica militar 1:25000 georeferenciada em WGS84, um elipsóide de referência de origem geocêntrica utilizado pelo GNSS do Departamento de Defesa dos

^{II} Este território adquire extrema importância na análise que se pretenderá efectuar, por forma a definir o território económico circundante. De facto, os terrenos baldios, para estas sociedades, são de extrema importância, na medida em que se apresentam como o garante à sobrevivência das comunidades. A recolha dos matos e espécies arbustivas para a alimentação animal, assim como as forragens para acamar o leito dos animais terão de ser tidos em consideração, quando se procede à definição dos parâmetros territoriais associados à delimitação económica das comunidades.

Estados Unidos da América, o Sistema de Posicionamento Global - (GPS). O registo desta informação foi efectuado com o recurso ao sistema GPS, *MAGELLAN EXPLORIST 100*.

A nossa área de estudo foi então subdividida numa malha georeferenciada à escala de 1 km², sendo a longitude representada pela numeração, enquanto a latitude pelo alfabeto (*ver anexo III*). Desta forma, conseguimos perceber as áreas que apresentavam maior concentração de povoamento e aí discernir quais as potenciais razões para tal. De outro modo, a implantação da malha georeferenciada permitiu-nos agrupar qualitativamente os dados inventariados.

Para o trabalho de campo foi desenvolvida uma ficha de apoio (*Anexo II*), por forma a uniformizar o tratamento informativo, procurando equilibrar toda a informação descritiva ao longo dos vários transeptos, para um entendimento mais eficaz do modelo científico que procuramos desenvolver. Estas fichas de apoio foram criadas em *Excel*®, versão 2002 – SP3.

Pretendemos, por conseguinte, efectuar um termo comparativo, relativamente ao modelo teórico tirando daí as óbvias conclusões. Este modelo propunha que um território de exploração para as comunidades sedentárias agro-pastoris seria alcançado numa hora de marcha, o correspondente a cerca de 4-5 km de distância em relação ao seu núcleo de habitat (VITA-FINSI e HIGGS, 1970: 36); sendo que para as comunidades de caçadores-recolectores (LEE, 1969), a distância de 10 km de marcha, o que corresponde a 2h em relação ao seu espaço central.

A execução do nosso estudo encontrou determinadas limitações que se interligam a conceitos pré-definidos para o Noroeste Peninsular. Verificamos que as linhas de investigação para esta área da Península contemplam, quase exclusivamente, o paradigma da “Cultura Castreja” e tão somente os seus povoados monumentais, detentores de uma especial riqueza de espólio. Desta forma, muitos outros povoados permanecem no desconhecido, tendo sofrido agressões quotidianas sistemáticas, apenas por não apresentarem a monumentalidade tão característica de outros.

Na mesma linha, a romanização do Noroeste Peninsular encontra-se, igualmente, mal estudada, apesar de algumas e raras excepções, como será o caso de *Bracara Augusta* e sua envolvente imediata.

Como iremos demonstrar, o povoamento rural romano apresenta especial índice de ocupação na área que estudamos, o que à primeira vista poderia ser uma mais-valia,

quando, de facto, não o é. Primeiro, porque os respectivos dados carecem de uma apropriada linha contextual, pois grande parte do espólio analisado provêm de prospecções sistemáticas. E, segundo, a existirem estruturas visíveis à superfície, estas não foram intervencionadas de forma intensiva e sob um plano de intervenção abrangente.

Desde a excelente obra de *Alberto Sampaio* (1923), sobre as vilas do Norte de Portugal e toda a discussão dela decorrente – válida ou não – que mais nenhum outro estudo, com excepção do caso de *Bracara Augusta*, aprofundou convenientemente o paradigma da romanização em espaço rural e como as suas estruturas de eleição – as *villae* – contribuíram para a estruturação de uma nova paisagem.

3. Enquadramento Geográfico - A Região

a) Limites Geográficos

[“O contraste entre as serranias e fundos vales do Norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações humanas. De um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa(...); do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados.”]
(RIBEIRO, 1998: 55)

A área geomorfológica à qual se pretende realizar um estudo diacrónico e paisagístico percorre toda a faixa litoral entre praia de Labruge (Vila do Conde) e o limite compreendido entre o vale do Ave e Cávado, precisamente na área da Lagoa Negra, o limite Norte do Concelho da Póvoa de Varzim.

Transversalmente, o eixo limite a nascente-poente compreende as margens do Rio Donda até à sua nascente no Monte Grande, percorrendo todo o vale associado ao afluente do Rio Ave/Leça.

O limite Sudeste localiza-se no ponto de confluência entre o Rio Ave e o Rio Vizela, exactamente nas imediações do Castro do Monte Padrão, com implantação no Monte Córdova, concelho de Santo Tirso. Este limite compreende-se pela entrada na bacia fluvial de uma outra vertente, precisamente a do Rio Vizela.

Quanto ao limite Nordeste, localiza-se no Concelho de V.N. de Famalicão circundando a vertente Sul da Serra dos Cavalões, no limite entre a bacia do Ave e a margem Sul do vale do Cávado.

A partir desta área, o limite compreendido percorre paralelamente o rio Este subindo no sentido Noroeste nas imediações de S. Pedro de Rates até confluír na foz do Rio Alto.

A projecção geográfica da nossa área de estudo apresenta as seguintes coordenadas:

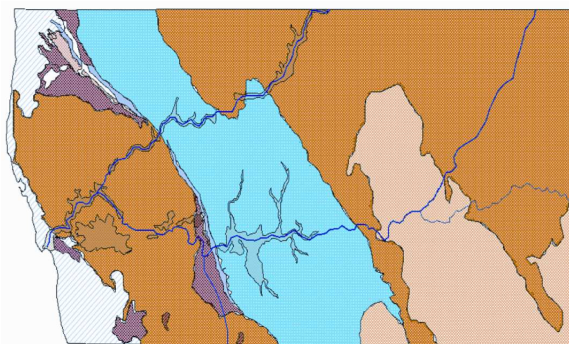
Projecção	Coordenadas	
<i>Nordeste</i>	165804	496066
<i>Noroeste</i>	146350	499986
<i>Sudoeste</i>	149961	479645
<i>Sudeste</i>	176954	481078

Tab. 1 – Projecção georeferenciada da área de actuação – coordenadas militares (*em wgs 84*).

A área de estudo integra um conjunto de sítios pertencentes aos concelhos de Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Trofa, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão.

b) Relevo e Geologia

O relevo do Douro Litoral, a par da região minhota, desenvolve-se em forma de anfiteatro natural desde o oceano até à Serra dos Carvalhos nas imediações da Serra da



Mapa 1 - Carta geológica (desenho Jorge Pinho sobre base carta 1:25000)

Cabreira (DINIS, 1993: 10; RIBEIRO, 1995: 69; MORAIS, 2005: 28). Será a partir do conjunto montanhoso formado pelo Monte da Cidade de Terroso, o Monte de São Félix e a Serra de Rates que o índice altimétrico apresenta uma gradual subida até ao limite de estudo, no Concelho de V.N. de Famalicão.

Geologicamente a área que agora estudamos apresenta algumas semelhanças concretas com a área portuense, da qual não difere muito, sendo a natural continuação da mesma (TEIXEIRA, 1965: 7).

Trata-se, portanto, de uma zona de relevos fracos, com atravessamentos de linhas de água, na sua maioria pertencentes a afluentes do Rio Ave. A segunda, o Rio Este, ganha também alguma preponderância, cujo curso, muito sinuoso, se dirige de NE para SW (Ibidem).

O litoral apresenta uma larga camada de abrasão marinho, sendo coberta em alguns pontos por depósitos marinhos associados a praias antigas. Esta superfície com 40 a 50 metros de espessura prolonga-se para o interior onde se depara com a colina quartzítica de São Félix. As suas vertentes apresentam-se como arribas fósseis, sendo que o terminal do esporão da Serra de Rates é constituído geologicamente por uma faixa de terrenos paleozóicos, entre os quais quartzitos ordovícicos (id Ibidem).

A sul da Serra de Rates, a planície costeira é delimitada pelo Monte de Bagunte que irá, posteriormente, ligar-se com o Monte da Soledade, sendo que, da margem Sul do Rio Ave, a colina de Santo António de Vairão ganha destaque.

A Sul desta colina algumas depressões mais vigorosas, como os montes da Suvidade de Palmazão e do Monte Grande, assim como o monte de Guidães e de Vermoim, apresentam uma faixa semelhante a uma muralha granítica que envolve a depressão xistenta de Alvarelhos-Guidões.

Nestas áreas, encontramos os granitos alcalinos, formando duas manchas principais: na região Sudoeste, constituindo o prolongamento para Norte do granito do Porto; e outra na região setentrional, entre o granito monzonítico porfiróide e o Silúrico (TEIXEIRA, 1965: 31).

Esta rocha, presente em quase todo o Entre-Douro-e-Minho tornar-se-á, na Idade do Ferro, a principal fonte de matéria-prima, em virtude da evolução da chamada cultura dos Castros, autênticas “civilizações da pedra” (ALMEIDA, 1983: 70).

c) **Clima**

O território actualmente português, sofrendo diversas influências, quer atlântica, fruto dos ares do oceano; quer mediterrânica, consentânea com os ares quentes e secos vindos do interior da península, apresenta diferenças substanciais em termos socio-culturais e até económicos. Estas condicionantes, influenciadas pelas características geo-climáticas de um dado espaço, apresentam-se como factor decisório nos processos culturais, provocando as diversas mutações no “*modus vivendi*” das comunidades.

[“Na orla oceânica da Ibéria, a terra banhada pelo Atlântico sofre o seu influxo, criando um clima mais húmido e moderado, permitindo um outro tipo de cultura vegetal, potenciando relações entre o Homem e o a faixa litoral, incrementando a exploração do meio aquático complementando a sua dieta alimentar com os diversos produtos produzidos na terra”]

(RIBEIRO, 1998: 39).

Foram várias as fases climáticas características do nosso território, sendo possível a distinção de duas, observáveis a uma escala europeia: o período *Sub-boreal* e o *Sub-Atlântico*. Sendo o primeiro característico do período referente a meados do IIIº milénio a.C. até 600 a.C., caracterizado por temperaturas baixas e um gradual aumento dos períodos de seca. O período *Sub-Atlântico*, iniciado no século VII a.C., e presente até aos nossos dias, apresenta ligeiras diferenças no que se refere ao aumento da temperatura e pluviosidade (MARTINS, 1990; DINIS, 1993: 17).

De facto, o clima do Vale do Ave é normalmente chuvoso e húmido, com nevoeiros matinais frequentes e temperaturas moderadas, tanto de Verão como de Inverno.

Outro factor determinante do clima é o relevo de uma região, pois se na faixa litoral, onde as altitudes são mais baixas, o clima é mais suave de Inverno e ameno no Verão, para o interior percorrendo toda a via fluvial do Ave e Este, verificam-se mudanças acentuadas, sendo os Invernos mais rigorosos, mais frios e o Verão mais quente.

Quanto ao sistema de ventos presente na área de estudo e fruto da influência Atlântica, este apresenta-se de quadrante Oeste (oceano), seguindo-se os ventos Este e Norte, sendo em menor escala os ventos de Sudoeste e Noroeste (MORAIS, 2004: 28).

As temperaturas rondam no seu máximo os 37º e as mínimas os -1º. A média anual ronda os 14,8º. As temperaturas médias máximas rondam os 18,4º e as mínimas 11,2º.

Assim, para a área de Braga, as temperaturas médias, no Verão e Inverno, atingem uma variação entre os 41,3º e os -6,5º. Já para o litoral estas mudam consideravelmente, não ultrapassando os 37º de Verão e de Inverno os -1º. (DINIS, 1993: 17-18).

A análise do quadro de precipitação da região aponta para Invernos mais chuvosos em áreas mais interiores, como será o caso de Braga e Santo Tirso. Para o litoral, fruto da influência oceânica os níveis de pluviosidade descem consideravelmente.

Para o litoral, a média anual de precipitação ronda os 772 mm/m³ (Póvoa de Varzim) e para o interior (Braga/Santo Tirso), a precipitação média ronda os 1582 mm/m³ (DAVEAU *et alii*, 1977).

A precipitação elevada, deve-se, segundo Orlando Ribeiro, à [*“posição em anfiteatro das montanhas e sua independência relativamente às serranias galegas mais próximas e à frequência e duração das depressões atmosféricas, fortemente influenciadas por este anteparo das montanhas.”*].

(RIBEIRO, 1995: 269; MORAIS, 2004: 28).

e) Hidrologia / Vias de comunicação naturais

O rio Ave, com cerca de 1390 km², nasce na freguesia de Santo Estevão de Castelões, Serra da Cabreira, concelho de Vieira do Minho, a cerca de 1250 m de altitude. Percorre um caminho em anfiteatro natural de forma descendente de cerca de 70 km, desaguando em Vila do Conde. De montante para jusante, percorre o seu curso natural no sentido NE-SO até Santo Tirso, mudando o seu curso, precisamente na freguesia de Touguinhó (Vila do Conde), confluindo aqui com o Rio Este. Por fim, a partir deste ponto, segue de forma perpendicular ao oceano, até à respectiva foz, em Vila do Conde. Actualmente, o percurso navegável deste rio apenas se efectua num pequeno troço de 2 km, a partir da sua foz, enquanto que o restante percurso foi inutilizado devido à construção de açudes e barragens para aproveitamento hidro-eléctrico (MILLETT *et alli*, 2000).

Este rio é uma das mais pequenas bacias hidrográficas principais do país, apenas comparável ao rio Cávado e Mira, ultrapassando o rio Lima, na parte portuguesa (DINIS, 1993: 20).

O seu curso segue, principalmente, para Norte onde se encontra com o Rio Este. Para Sul, esta confluência é com o Rio Vizela. É nesta área que se distinguem algumas linhas de água menores, como é o caso dos rios Selho e Sanguinhedo. Na sua margem direita destacam-se os rios Pele, Pelhe e Agrela. A Sul do Rio Ave, de forma perpendicular a esta linha de água, a Ribeira da Aldeia corre contígua à depressão xistosa do vale do Bougado (Trofa), interseccionando o Ave nesta zona.

O Rio Este, vertente principal do Ave, nasce na sua margem direita, precisamente na Serra do Carvalho a uma altitude de cerca de 460 metros, a 2 km da cidade de Braga (E-NE).

f) Vegetação

A cobertura vegetal do Minho e Entre-Douro-e-Minho (*anexo IV*) obedece a uma mistura entre as espécies originais ou relíquias com espécies “artificiais”. Estas plantas relíquias, ou seja, os tojos, as giestas, fetos e as urzes, sobrevivem apenas em zonas abrigadas, sendo assim consideradas como relíquias endémicas (MORAIS, 2004: 29).

Estas espécies relíquias (tojos (*Ulex europaeus* e *Ulex menor*), as giestas, fetos (*Pteridium aquilinum*) e as urzes (*Erica arborea* e *Daboecia cantabrica*)), são

características da degradação ambiental, associando-se a terrenos alvo de queimadas para a possível utilização agrícola e consequente erosão (DINIS, 1993: 22; LEMOS, 1993: 247-248).

A região estudada enquadra-se na área Atlântica/Mediterrâneo-Atlântica, apresentando as seguintes espécies arbóreas como mais características: *Castanea Sativa* (Castanheiro), *Pinus Pinaster ssp Atlântica* (Pinheiro Bravo), *Pinus Pinea* (Pinheiro Manso), *Quercus Robur* (Carvalho Alvarinho) e *Quercus Suber* (Sobreiro) (Carta ecológica de Portugal).

A restante cobertura vegetal, ou seja, o Pinhal, enquadra-se como espécie dominante, divergindo da paisagem visível no início do século XIX, onde apenas ocupariam as faixas litorais, em substituição das matas de Carvalhos (RIBEIRO, 1998: 103; MORAIS, 2004: 29).

A paisagem restante apresenta nas zonas de vale e perto das linhas de água (terrenos de aluvião), policulturas intensivas de cereais, funcionando de forma rotativa não permitindo o esgotamento dos solos.

Estes terrenos, apresentando uma maior fertilidade (MARTINS, 1990: 197-198), conferem uma versatilidade às formas de cultivo, sendo a diversidade a sua matriz principal. Nas planícies litorais multiplicam-se os campos de legumes e milho, onde actualmente se observam os diversos “campos Masseiras” de Aguçadoura (Póvoa de Varzim), uma estratégia local para compensar a rudeza dos ares vindos do mar, permitindo colheitas todo o ano.

Nas planícies de interior, o cultivo das leguminosas e do milho encontra-se, por vezes, separado por um sistema de vinha alta ou de enforcado, ou mesmo, de plantio de Oliveiras (MORAIS, 2004: 29).

Pode-se afirmar que a paisagem actual consubstancia características que conferem o cariz antrópico da mesma. O inconsequente controlo das espécies e da natureza por parte do Homem sempre foi uma das suas características, por forma a criar alternativas ao crescente demográfico e consequente aumento das áreas de cultivo. Como tal, terá sido sempre intenção das sociedades agrícolas sedentárias o controlo do meio em que vivem e exploram os seus recursos.

- Jorge Manuel Pinho • “O Iº Milénio a.C. e o estabelecimento rural romano na vertente fluvial do Ave.”
| Dinâmicas de estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial /
-

Idade do Ferro

4. Idade do Ferro e Romanização

a) a investigação ao longo do século XX até aos dados actuais

[“Assim vivem as populações montanhosas. Falo das que se seguem ao longo da costa Norte da Ibéria, os Callaicos, os Asturos e os Cântabros, até ao país dos Bascos e os Pirineus. Todos vivem da mesma maneira. ”]

[Estrabão, *Geografia*, III, 3, 5-7]

Os estudos sobre o povoamento ao longo do Iº Milénio, assim como a abordagem formal à problemática inerente ao processo de romanização, têm-se generalizado nos últimos anos em diversos projectos delineados por investigadores do Noroeste Peninsular (MALUQUER de MOTES, 1973, 1975; FARIÑA *et al.*, 1983; ALMEIDA, 1983; SILVA, 1986; MARTINS, 1990; 1996; MARTINS e JORGE, 1992; QUEIROGA, 1992; DINIS, 1993; BETTENCOURT, 1999; 2005; AYÁN VILA, 2008). O debate sobre a problematização teórica decorrente, fundamentada pela prática arqueológica, foi uma tentativa de discernir as unidades comportamentais específicas associadas à génese de povoamento.

A expressão “Cultura Castreja”, termo de utilização ainda frequente no seio arqueológico peninsular (SILVA, 1986; ALARCÃO, 1992-1996; CALO LOURIDO, 1993-1997; PARCERO OUBIÑA, 2004; AYÁN VILA, 2008) da forma comumente utilizada, não produz, objectivamente, o significado real pretendido pelos diversos investigadores, ou seja, como reflexo de uma cultura característica, partilhando fronteiras plenamente definidas, sobre um padrão de povoamento acastelado, com ou sem estruturas de cariz defensivo, ausência de enterramentos e possuindo espólio cronologicamente coevo e genericamente uniforme para esta parte concreta da Península (VALINHO, 2003: 15).

Dos trabalhos actuais e dos dados daí decorrentes apenas parecem aferir que a referida expressão “Cultura Castreja” não será de todo a mais adequada, denotando-se diferentes momentos e ritmos evolutivos, visíveis na estrutura arquitectónica e na cultura material mostrando-se, por isso, algo redutor (MARTINS, 1990: 28).

A investigação que foi sendo desenvolvida ao longo de todo o século XX e que enfatizou informações sobre o universo, comprovadamente heterogéneo, das sociedades do I Milénio no Noroeste Peninsular, decorrem de um processo em paulatino desenvolvimento que caminha desde finais do século XIX.

A investigação da Idade do Ferro no Norte de Portugal circunscreve-se ao estudo dos Castros, inicialmente promovido por investigadores como Martins Sarmiento e Leite de Vasconcelos, encontrando-se como os pioneiros da investigação arqueológica em Portugal, tendo sido responsáveis pela identificação de grande parte dos núcleos de povoamento actualmente conhecidos por todo o Noroeste Peninsular.

A uma escala peninsular, a primeira tentativa de sistematização da denominada “Cultura dos Castros” surgiu por intermédio de Bosch Gimpera (1921) que a integrou na II Idade do Ferro peninsular, caracterizando-a pelo tipo de povoados e planta das habitações (CARVALHO, 2008: 11), tendo sido posteriormente, secundado por Martinez Santa Olalla (1946).

O primeiro autor afere como génese do povoamento da “*Cultura Castreja*”, invasões célticas *pós-Hallstáticas*, paralelas ao período europeu de *La Tène*, definindo a cultura dos Castros pela tipologia e morfologia do seu complexo arquitectónico (CALO LOURIDO, 1997: 47; VALINHO, 2003: 18).

Santa Olalla, por outro lado, contextualiza este período inicial no século VII a.C. através da introdução da metalurgia do ferro e pelas visíveis influências dos “*Campos de Urnas*”.

Mais tarde, Lopez Cuevillas (1953), insiste igualmente na linha defendida pelos autores precedentes, tendo sido esta teoria amplamente difundida. O autor remete o início da “*Cultura Castreja*” por volta do século VI a.C., por consequência da invasão dos *Saefes*^{III} (TRANOY, 1981: 38-41; ALARCÃO, 2001).

Serão vários os autores que irão partilhar o faseamento cronológico preconizado, por Bosch Gimpera e López Cuevillas. Entre eles estão Blanco Freijeiro (1960), Mário Cardozo (1973), Jordá (1977), Acuña Castroviejo (1977) e Eiroa (1980).

Para o território português será Mario Cardoso, nos anos 20 do século XX, a dar continuidade aos trabalhos de Martins Sarmiento. Será neste período que se verificará a proliferação das escavações nos grandes povoados, entre eles, a Citânia de Briteiros, Sanfins, Terroso, Monte Padrão, Sabroso, Santa Luzia, Alvarelhos e Monte Mózinho entre outros. Pretendeu-se, com estas intervenções, demonstrar a especificidade

^{III} Os *Saefes*, povo descrito por Shulten (1955: 100) como originário das [*“elevadas colinas de ophiusa”*] (ALARCÃO, 2001: 320), aparece descrito no verso 195 da *Ora Marítima* de Avieno, associando-se o mito da invasão de serpentes, referido nos versos 156-157, como indicativo de um provável quadro de invasão deste povo. Contudo, esta linha carece de novos dados que sustentem esta presunção do autor.

característica do Noroeste em termos culturais, assim como a homogeneidade da cultura material destes habitats, porventura distinta de outras áreas peninsulares (LOUREIRO, 2001:149).

Como tentativa de sistematização desta cultura, Maluquer de Motes (1973/1975), aponta uma certa continuidade cultural em relação à Idade do Bronze e mesmo ao Calcolítico, bem como a adaptação indígena ao meio circundante como a justificação para a criação da “Cultura dos Castros”, abandonando definitivamente as hipóteses avançadas pelos investigadores precedentes. No entanto, o esquema evolutivo por si proposto é meramente hipotético, fundamentando-se em factos unicamente históricos e não arqueológicos (MARTINS, 1990).

A problemática relativa aos processos de povoamento, na qual se inserem todas as questões do foro epistemológico e cronológico, conheceu desenvolvimentos acentuados, fruto das intervenções levadas a cabo a partir dos anos oitenta do século XX^{IV}.

Carlos A. Ferreira de Almeida (1983), considera problemática a transição do Bronze Final para o Ferro inicial, encontrando-se aparentemente dúbios os dados que possibilitem uma concreta e imediata análise paradigmática.

O sistema cronológico por si preconizado enquadra-se nas premissas que enuncia à cerca da definição de “Cultura”, entendendo que para a definir dever-se-ia à respectiva configuração do seu habitat e organização espacial das habitações, do que a uma especificidade de artefactos ou formas de enterramento (LOUREIRO, 2001: 151).

Considera que o período confinado ao Ferro inicial teve o seu início a partir do século IV a.C.. Por forma a justificar tal possibilidade, o autor aproxima-se mais das realidades internas visíveis nos elementos arquitectónicos e materiais, nomeadamente, na utilização de forma sistemática da pedra para a construção das típicas “casas redondas” (ALMEIDA, 1983).

Mais tarde, Armando Coelho Silva (1986), propõe um novo faseamento cronológico, divergindo do entendimento considerado pelo autor anterior.

Subdivide o I milénio a.C. em três fases distintas, cada uma delas apresentando um faseamento cronológico mais fino^V. Relaciona as origens da “Cultura dos Castros” no

^{IV} Entre estes investigadores estão Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1983), Armando Coelho Ferreira da Silva (1986), Manuela Martins (1990; 1996) e Ana Bettencourt (1999; 2005).

Bronze Final, como sendo um legado de continuidade, rompendo com as diversas posições assumidas ao longo do século XX, nomeadamente nas referências às origens dos castros fruto das influências indo-europeias e das movimentações célticas^{VI}.

Manuela Martins (1990) aborda a problemática cronológica com dados provenientes do vale do Cávado.

Através de diversas datações de radiocarbono, da análise material e arquitectónica dos povoados, cria o seu próprio quadro crono-tipológico, integrando a análise diacrónica nos estudos sobre o Iº Milénio do Noroeste Peninsular. Desta forma divide diacronicamente o Iº milénio a.C. em 4 fases distintas (1990: 113): **Fase I: século XIX a VII/VI a.C.**, mormente através dos dados cronológicos provenientes de S. Julião e do Castro do Barbudo, reflectindo as assunções derivadas das datações por intermédio do radiocarbono (ver *anexo IV*). **A Fase II: século VII/VI a finais do II a.C.**, aponta uma aparente continuidade nos padrões morfo-tipológicos das cerâmicas pelo menos entre o século VI e finais do II a.C. Nesta fase dá-se um aumento de povoados fortificados que, segundo Manuela Martins (*id ibidem*: 137): [“...parece traduzir a adopção definitiva desse modelo de *habitat*.”]; **Fase III: finais do século II a.C. a meados do I d.C.**, caracterizando-se por um período de desenvolvimento visível em todos os povoados do Vale do Cávado. Nesta fase registam-se vestígios materiais da presença romana, materializada provavelmente, pelas primeiras investidas, às quais não será alheia a presença de material de importação; **Fase IV: meados do século I d.C. ao século III d.C.** e corresponde à integração paulatina do território a Noroeste no mundo romano.

Outros autores têm debatido a problemática inerente ao processo de mudança do período Bronze Final para a entrada na Idade do Ferro inicial.

Se para alguns este período se efectuou de forma bastante homogénea e clara, havendo a possibilidade de separação dos vários momentos; para outros, é por si só, uma fase

^V O autor perfila os seus pressupostos cronológicos da seguinte forma: **Fase Ia** (900-700 a.C.), apresentando algumas afinidades Atlânticas coevas com a fase final do Bronze Atlântico III^V. **A Fase Ib**, corresponde ao período entre os séculos VII e VI a. C., conotada com influências mais consistentes^V com a área meridional, designadamente com o mundo tartéssico.

A Fase IIa (VI-III a.C.), trata-se do desenvolvimento da cultura castreja, sob influências *pós-Hallstáticas*, migrações Túrdulas e comércio púnico^V às primeiras importações Itálicas (*ibidem*: 37). Esta fase culmina por volta do século III a.C. entrando na **Fase IIb** (III-II a.C.). Neste período dão-se os primeiros contactos com o mundo romano, consubstanciado nos inúmeros materiais coevos desta fase.

A Fase IIIa (II-I a.C.) e **IIIb** (I a.C. - I d.C.) corresponde à proto-urbanização dos Castros a Noroeste com apogeu e declínio no quadro da romanização (SILVA, 1986: 43).

^{VI} Como forma de aferir esta presunção, o autor baseia os seus fundamentos nas datações provenientes do Castro do Coto da Pena (Vilarelho/Caminha) e Srª da Guia (Baíões/S. Pedro do Sul) (SILVA, 1986: 33-34).

autónoma, de integração e mutação, onde são visíveis vestígios dos dois períodos, pelo que a assimilação de padrões característicos encontram-se ainda, aparentemente dúbios (BETTENCOURT, 2005: 31), podendo-se considerar como [*“...uma fase cronológico-cultural autónoma, distante em termos temporais da Idade do Ferro...”*].

Como forma de caracterizar esta fase, foram identificados, a partir do acervo cerâmico, sinais de rompimento, relativamente ao Bronze Final.

Nesta perspectiva, desaparecem algumas formas típicas como as urnas, taças geminadas e alguns tipos de potes. Diminuem, igualmente, as taças carenadas e potes com as formas 1 e 3, preconizadas por Ana Bettencourt (1999). Dá-se um aumento dos potes de formas 1b e 2 e o aparecimento de novas formas (painéis de asas interiores e os potes 1c). Aumento progressivo das pastas micáceas e diminuição das arenosas; diminuição dos bordos serrilhados; aumento da combinação das técnicas plástica/incisa e aparecimento de motivos estampilhados em forma de triângulos, círculos e séries de SSS.

Os dados aqui descritos foram recolhidos num conjunto de estudo englobando sete casos de análise, os povoados de Coto da Pena (bacia do Minho), Santo Estevão da Facha (bacia do Lima), S. Julião (bacia do Cávado), Santa Marta da Falperra e de Penices (bacia do Ave), Vasconcelos (entre as bacias do Ave e Cávado) e S. João de Rei I (bacia do Cávado). Estes dois últimos povoados revelaram-se importantes, pois permitiram, segundo a autora, [*“caracterizar outros tipos de povoamento existente durante este longo período cronológico-cultural.”*] (BETTENCOURT, 2005: 25-26).

4.1 Quadro do Povoamento

a) Introdução e enquadramento espacial – Problemática de estabelecimento

A análise às formas de povoamento presentes no Entre-Douro-e-Minho, concretamente na vertente fluvial do Baixo Ave e planície marítima, pressupõe a compreensão de todos os núcleos de habitat que, ao longo do primeiro milénio antes da nossa era e século I d. C. caracterizaram toda uma paisagem.

Como forma de estudo do processo de mudança ocorrido a partir do século I a.C, onde parecem decorrer algumas mutações ao nível social e mental - reportando-se para a cultura material, assim como, na maneira como a paisagem circundante passou a ser encarada por estas comunidades - achamos pertinente a inventariação e compilação de

todos os dados característicos, no sentido de compreendermos como o processo de mudança se procedeu neste território.

Para além da aferição das características principais dos povoados, através do registo de campo, do material exumado nas diversas campanhas de escavação, assim como a análise à organização interna dos mesmos, também a discussão à distribuição espacial destes núcleos de povoamento e o respectivo contexto geomorfológico em que se inserem poderão fornecer, como refere Manuela Martins (1990: 206): [*“...uma base interpretativa quanto à organização territorial das comunidades e ao desenvolvimento da região.”*].

Achamos que o estudo dos padrões de assentamento de uma comunidade permitirá interpretar e discernir quais as motivações para a implantação de um respectivo núcleo em determinado contexto geomorfológico.

4.2 Processos de mudança

a. cronologias, complexidade e mutação

A construção destes recintos, numa primeira análise, permitem inferir que o esforço e dedicação destes povos ao executarem tamanha obra beneficiava de uma conjuntura excepcionalmente favorável, pelo que teremos de assumir que os propósitos para tal dispêndio de energia e de recursos teria, obrigatoriamente, uma consciencialização territorial plenamente consciente e profusamente motivante. A construção dos povoados fortificados, que poderiam incluir até 4 ou 5 linhas de muralhas no seu estádio mais desenvolvido, reflectem um emergente movimento idiossincrático, tendo em consideração uma forma bastante vincada de individualidade, pelo que assumimos esta vertente como a evolução da própria noção de território.

Esta situação só poderá ser equacionada numa comunidade e região que se encontra em processo de desenvolvimento, mostrando ser independente e auto-suficiente, sob uma hierarquia de povoamento bem vincada, potencialmente geradora dos próprios estímulos (BETTENCOURT, 2005), sob uma crescente complexificação social.

Será, a partir deste ponto, que poderemos encarar o século VII a.C. como uma fronteira cronológica, que evidencia uma mutação ao nível da organização e disposição dos povoados. Este período é definido por vários autores (MARTINS, 1990; DINIS, 1993; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006-2007) como a fronteira que limita o Bronze Final de uma outra fase, o Ferro Inicial ou Fase I.

O registo de mudança incide, sobretudo, no tipo preferencial de implantação geomorfológica, sendo paulatino o desaparecimento do povoamento heterogéneo típico do Bronze Final. O povoamento desta fase cronológica poderia incluir a ocupação em simultâneo de espaços abertos e fechados, nas vertentes dos montes, a uma altitude mediana e/ou no topo das elevações, “camufladas” na paisagem ou sem qualquer preocupação a esse nível, sendo visíveis a partir dos vales.

A evolução aparentemente notória ao nível de implantação dos sítios, incluía agora uma tipologia de povoamento diferente da anterior, abandonando-se a ocupação dos terrenos de vale e chãs montanhosas ocupando-se o topo dos outeiros, em altitudes, por vezes, proeminentes (MARTINS, 1990: 135) e com óbvias preocupações defensivas, através da construção de várias linhas de muralhas.

Neste preciso momento cronológico denota-se uma alteração no quadro mental e social destas comunidades, passando de um regime ocupacional fomentado por experiências marcadamente exógenas, para uma sociedade mais fechada sobre si mesma – apesar de permitirem alguns contactos externos – mas vivendo, essencialmente, numa dinâmica de dentro para fora.

Susana Jorge (2005: 48-49) desenvolve esta temática da complexificação social para as sociedades do Calcolítico e dos complexos monumentais como detentoras de uma marca territorial bastante vincada. Esta situação poderá ver-se reflectida, a nosso ver, para as sociedades do I Milénio a.C., que demonstram igualmente, um aparente desenvolvimento ao nível da sua estrutura social, com um relevo particular para a organização espacial dos seus povoados.

Esta organização e complexificação social poderá incidir sobre um domínio ao nível do controlo do espaço envolvente, através de regras que supervisionam o comportamento social, a comunicação do tipo de domínio e de cenário. A noção de fronteiras e regras, visíveis através do uso de sinais como muralhas e elementos semi-fixos destacam-se pelo desenvolvimento de um código cognitivo mais diversificado e complexo, assim como a diversidade e especialização nos cenários envolventes, ocorrendo marcações espaciais mais claras (id ibidem).

Estes “marcadores” espaciais tem como objectivo reduzir o processamento de informação surgindo em função de uma marcação efectiva de “fronteiras”, associando-se ao que se poderá denominar como uma afirmação da identidade cultural. Estas fronteiras para serem efectivas necessitam serem visualizadas a grandes distâncias,

assim como [“*compreendidas (serem culturalmente específicas) e preparadas para coagir (a quem se dirigem).*”] (JORGE, 2005: 48-49).

Por isso considera-se que, quanto maior for a complexidade social, mais complexos serão os códigos por ela demonstrados, reflectindo-se esta assunção na organização espacial, estando estes mais vinculados estruturalmente.

Pergunta-se então, quais seriam as motivações para esta aparente mudança nas formas de povoamento, coincidentes com a mutação tecnológica na elaboração das peças?

Manuela Martins refere que seria uma resposta ao provável crescimento demográfico interno ou resultante de factores exógenos, como estados de conflito, guerra e invasão, migração, desenvolvimento tecnológico, comércio e agricultura (MARTINS, 1990: 195).

Ao contrário do Bronze Final, no Ferro inicial (Fase I) verifica-se um ligeiro empobrecimento sócio-económico, através de uma clara diminuição dos depósitos rituais, uma menor concentração de elementos de intercâmbio à distância, bem como uma diminuição da metalurgia e uma deflacção drástica do relacionamento com a Europa Atlântica.

As alterações ao nível da cultura material (Fase I) fazem pressupor um ligeiro empobrecimento, consubstanciando-se uma clara diminuição quantitativa das formas, relativamente à fase precedente. Similarmente é notório um aumento das formas grosseiras^{VII}, em detrimento da cerâmica mais fina (ibidem: 125).

Por conseguinte, estamos cientes que no período entre os séculos IX a.C. e VIII a.C., terá proliferado o sentimento de posse e individualidade decorrente de um aparente desenvolvimento e crescimento da agricultura (MARTINS, 1990, 1996; RAMIL REGO, 1993; FIGUEIRAL, 1990; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006-2007; CARVALHO, 2008) favorecendo a disputa dos melhores territórios, com um possível quadro de conflito e rivalidade, essencialmente a um nível endógeno (BURENHULT, 1995: 95; MONTEGOMERY, 2007). Outra das razões apontadas como originária destas mudanças terá sido a alteração climática resultante da passagem do *Sub-boreal* para o *Sub-Atlântico*, dando-se um aumento da pluviosidade e humidade, reduzindo a pântanos as terras baixas de vale (MARTINS, 1990; RAMIL REGO, 1993; CARVALHO, 2008:

^{VII} Dentro do grupo das formas grosseiras encontram-se em maioria os grandes recipientes, utilizados para armazenagem. As pastas continham predominantemente quartzo e pouca mica como desengordurante e apresentam uma cozedura redutora (MARTINS, 1990: 125).

70). Esta situação obrigaria as populações a procurarem novas áreas habitacionais, no sentido de aumentarem a diversidade de recursos disponíveis.

Entre os séculos VI a.C. e o século IV a.C., estes “marcadores” da paisagem, característicos de sociedades complexas, tornam-se paulatinamente cada vez mais visíveis e intensos, verificando-se uma inflação quantitativa dos povoados fortificados, parecendo adoptar-se definitivamente este modelo de habitat (MARTINS, 1990: 137).

Em alguns casos regista-se uma continuidade do povoamento datado do Bronze final, mas outros serão fundados de raiz. Ocupam-se preferencialmente as zonas litorais e de vale, aumentando significativamente as áreas ocupadas.

Por outro lado são visíveis alterações ao nível da cultura material, designadamente, a adopção de padrões culturais muito próprios, provavelmente, pela pervivência mais fechada que potenciava os estímulos materiais e culturais, marcadamente endógenos. Referimo-nos à construção e desenvolvimento das fortificações e a delimitação bastante intensiva do respectivo espaço territorial das comunidades (ibidem: 136), assim como o desenvolvimento de outras técnicas ao nível da cultura material. A utilização, quase exclusiva, da mica^{VIII} como elemento não plástico dominante na elaboração das pastas cerâmicas, torna-se um dos elementos mais caracterizadores destas comunidades. Esta nova matéria sobrepõe-se à utilização das areias e grãos quartizíticos até aí predominantes. De facto, a utilização desta matéria-prima poderá ser um perfeito indicador de como a evolução do quadro mental destas comunidades se foi desenvolvendo, evoluindo para um estado social de autarcia, de auto-suficiência e de utilização dos recursos localizados nas imediações dos núcleos de povoamento, numa concentração efectiva de recursos. Da mesma forma, este poderá ser um dos factores indicativos de uma complexificação social emergente, ao ser demonstrativa de um aparente desenvolvimento tecnológico na preparação e transformação da matéria-prima. Assim sendo, a emergência das várias tipologias de povoados poderá indicar uma complexificação social crescente, por forma a uma diversificação de recursos, assumindo uma marcação territorial, delimitando os respectivos territórios. Dá-se uma intensificação do povoamento, assim como um aumento das áreas arroteadas.

^{VIII} Esta mutação ao nível da matéria-prima, para além dos casos referidos por Manuela Martins para o Vale do Cávado (1990) e onde se poderão incluir os povoados de S. Julião e Barbudo, temos também para a nossa área de estudo alguns exemplos, que poderão corroborar os dados aferidos pela autora. Entre estes exemplos temos indícios da Fase II em Terroso (GOMES, 1996; 2005), igualmente, com a substituição das areias, para uma utilização massiva da mica. Também no Castro de Penices é visível esta característica (DINIS, 1993).

González-Ruibal aponta a noção do espaço como fulcral na criação da noção do colectivo, assim como para a génese de povoamento das sociedades do I milénio. Mais do que a própria noção hierárquica [*“Galician peasants structured their social relations and established their collective identity with respect to their houses, the territory of their parish and, finally, to their comarca (shire). Instead of clans or lineages, parishes help to create a sense of belonging and a frame of reference.”*] (2006a: 150-151). Da mesma linha partilha Claude Lévi-Strauss (1982: 172): [*“...the territory was a primary determinant of group membership.”*].

Os “marcadores espaciais” que incidiam na visualização concreta das fronteiras dos povoados fortificados, obedecem a uma propositada marcação paisagística. O sentido de território é levado em grande consideração e o amuralhamento da área de habitat funcionaria como uma tomada de posição, em relação às relações externas e mesmo em relação às comunidades vizinhas.

Como refere Helena Carvalho (2008: 73): [*“A estruturação de um novo cenário de povoamento pode sintetizar-se em três processos – nuclearização, fortificação e territorialização...”*], sendo que estas três vertentes se ligam directamente à necessidade da apropriação efectiva do território, por forma a uma delimitação das respectivas áreas dominadas.

O sistema fortificado e a monumentalidade que começa a ser incrementada a partir da Fase II (Séc. VI-II a.C.), mais do que uma função exclusivamente prática de conflito eminente, seria antes de tudo uma forma “latente” de o evitar (MARTINS, 1990). São, precisamente, os códigos cognitivos a funcionar.

A partir deste período de desenvolvimento verifica-se que o povoamento “castrejo” foi heterogéneo, sendo visível a variedade de habitat nos “novos” povoados que se formam nesta altura. Estes ocupam zonas mais baixas e as áreas de vale, apresentando um sistema defensivo mais ligeiro que os grandes povoados fortificados, de média dimensão, parecendo ser consequência de uma intencional ocupação do território, por forma à exploração mais intensiva dos recursos disponíveis no vale.

Nestas novas formas denota-se um ligeiro empobrecimento na respectiva cultura material ao predominarem as cerâmicas comuns e de associação à exploração dos recursos, designadamente os grandes contentores de armazenamento^{IX}.

^{IX} Como exemplo os fragmentos cerâmicos pertencentes a vasos de contenção recolhidos no Castro do Facho e no Castro de S. Miguel-o-Anjo (Calendário), em V. N. de Famalicão, assim como no Castro Boi, Vairão, Vila do Conde (DINIS, 1993: 54-55; 57; 95).

Nos grandes povoados, verifica-se uma inflação quantitativa e qualitativa das formas cerâmicas e dos objectos metálicos (CARVALHO, 2008: 73).

O que se pretende com a instalação desta nova forma de povoamento é a tentativa de diversificação de recursos^X e das áreas de exploração, ocupando-se profusamente os territórios adjacentes aos grandes povoados, como marcação efectiva da unidade territorial dos respectivos núcleos.

Esta efectiva exploração intensiva terá provocado, segundo estudos paleoambientais, uma clara diminuição da mancha florestal dos terrenos circundantes ao núcleo de povoamento (FIGUEIRAL, 1990; RAMIL REGO, 1993).

O período entre o século II a.C. e a entrada na nossa era destaca-se nas relações e mudanças exercidas ao longo do primeiro milénio nas formas de habitat e estratégias de ocupação dos respectivos territórios.

É o advento da romanização e a chegada dos primeiros contingentes romanos ao Noroeste Peninsular. Estas mudanças consubstanciam-se na intensificação da exploração dos recursos, aumentando significativamente as áreas agrícolas, as trocas comerciais e mesmo a respectiva organização interna dos povoados.

Estas mudanças físicas do espaço^{XI} provocarão alterações de fundo ao nível do quadro mental e social destas comunidades, sendo visível o aparecimento de um provável povoamento hierarquizado (SILVA, 1986; MARTINS, 1990, CARVALHO, 2008), ganhando destaque alguns dos povoados em detrimento de outros.

As motivações relativas a esta nova forma de ocupação, teria a ver com múltiplas variantes, designadamente, com o poder económico, social e político evidenciado por determinados povoados no momento de chegada dos primeiros contingentes romanos^{XII}.

^X Com esta nova forma de exploração e diversificação de recursos aumentou-se o leque e multiplicidade de recursos disponíveis para as comunidades. Desde a exploração do leito dos rios, à recolha dos matos para “cama” dos gados, assim com um aumento da produção intensiva de cereal e recolha de bens energéticos fundamentais à sobrevivência das comunidades, nomeadamente madeira para construção e para aquecimento.

^{XI} E aqui se poderão incluir alterações de fundo na estrutura física dos povoados, nomeadamente a mutação arquitectónica dos espaços, através da implantação de um traçado mais rectilíneo, assim como a preferência pelas estruturas habitacionais rectilíneas, em detrimento das típicas casas redondas. É o início da Proto-urbanização, medida implementada nos grandes povoados e, aparentemente, demonstrativo de uma centralidade que advinha já dos tempos pré-romanos.

^{XII} De facto, a comprovar este facto denota-se por todo o noroeste diferentes formas de povoamento, assim como diferentes níveis de desenvolvimento. Desta forma, identificam-se graus de desenvolvimento mais intenso nas formas de estabelecimento, em povoados localizados nas áreas mais expostas aos contactos por via exógena, precisamente localizados nas bordaduras das linhas fluviais, assim como os que se localizam na planície marítima.

Neste período dá-se o desenvolvimento de uma nova forma de povoamento, com uma ocupação das zonas baixas dos vales, a altitudes, por vezes, diminutas. É uma nova forma de povoamento de matriz essencialmente económica, integrando-se nos pressupostos de uma exploração intensiva agrícola, bem como dos recursos de vale.

Alguns destes sítios adquirem algum protagonismo ao integrarem-se, já sob domínio romano, na esfera macro-económica característica do mundo global romano, servindo como pontos nevrálgicos na rede distributiva dos produtos oriundos das mais diversas áreas, sendo detectáveis na rede de povoamento, o aproveitamento de alguns dos sítios pré-romanos para a integração na rede de comércio e distribuição dos produtos.

A comprovar tal facto, o registo de inúmeros exemplares associáveis a material de importação, essencialmente anfórico, o que atesta o desenvolvimento das relações económicas, a partir do século I a.C.

São apenas algumas conjecturas que nos parecem deveras pertinentes e que deverão ser exploradas, como demonstrativas das diferenças ao nível da cultura material e arquitectónica, derivadas de uma nova localização geomorfológica dos locais de habitat. Achamos então que, para além da análise morfo-cronológica, o levantamento das condições de implantação permitir-nos-á elaborar pressupostos, assim como definir formas de assentamento que nos indiquem uma aparente padronização. Neste caso, será possível identificar uma possível hierarquia de povoamento.

Como se verifica para o vale do Cávado (MARTINS, 1990: 207), a disponibilidade de recursos revela-se assaz homogénea, pelo que a análise efectuada à topografia da região enquadra-se numa lógica de entendimento geográfico semelhante.

Para além da elaboração de uma tipologia – da qual abordaremos posteriormente – entendemos que a análise a todas as especificidades características destas comunidades, na qual se poderá incluir a análise a todos os momentos de implantação, desenvolvimento, retracção e abandono (CARVALHO, 2008), indicar-nos-ão todas as prováveis redes e relações hierárquicas de povoamento.

Em outros pontos mais interiores, as formas de povoamento num mesmo estágio cronológico revelam indícios de um subdesenvolvimento, com uma estrutura interna mais simplificada, com materiais perecíveis, assim como uma cultura material mais pobre. Como exemplos apresentam-se os casos de Terroso, Bagunte, Alvarelhos, Penices, Coto da Pena, Âncora e S. Lourenço e outros, de menores dimensões, mas que integraram a rede de comércio com o advento da romanização, ao apresentarem uma cultura material mais rica, assim como uma estrutura interna mais complexa, são os casos de Forte de Lobelhe e Outeiro dos Picotos (MORAIS, 2005) com um nível de desenvolvimento intenso no último estágio do I Milénio. De outra forma, apontam-se exemplos anacrónicos como S. João de Rei II e Crastoeiro I (DINIS, 1993-1994), como reveladores de um ritmo de desenvolvimento menos intenso e complexo (BETTENCOURT, 2005).

Por outro lado, a análise ao perfil económico dos povoados, respectivos raios de influência, visibilidade e relações com os respectivos recursos naturais e com outros povoados poderão ser elucidativos das alterações que foram decorrendo – cremos que paulatinamente – na nossa área de estudo.

4.3 Formas de povoamento

Na análise que se segue procurámos inventariar todos os núcleos de habitat presentes na nossa área de estudo, de acordo com a tipologia preconizada por Manuela Martins (1990) para a bacia do Médio Cávado e mais recentemente abordada e actualizada, a um nível regional, por Helena Carvalho (2008).

Esta metodologia subdividiu o povoamento castrejo, consoante a referida implantação geomorfológica, conferindo padrões de ordem cronológica e material como critérios de implantação em determinada categoria.

O quadro do povoamento presente integra-se, nos critérios anteriormente descritos, tendo sido possível subdividir o mesmo em grupos, denominados por A, B e C.

Com esta forma de compartimentar o povoamento castrejo no nosso território procurámos sintetizar e compilar os dados disponíveis e divulgados em outros trabalhos micro-regionais efectuados, como foi o caso dos estudos monográficos desenvolvidos por António Dinis (1993; 1994; 2005) e a um nível regional, por Francisco Queiroga (1992) e Helena Carvalho (2008).

Por conseguinte, efectuámos o levantamento dos dados disponíveis através dos diversos trabalhos de prospecção efectuados na área (STRUUT, 1999-2001; MILLETT et alli, 2000), bem como os diversos levantamentos a nível local (MOREIRA, 1992, 2002, 2004; ALMEIDA, 1992).

De um total de 17 sítios analisados, apenas seleccionámos os que não nos levantavam quaisquer dúvidas de análise, no que respeita aos achados do ponto de vista material e estrutural. Se bem que, em alguns dos casos apresentados, por falta de trabalhos sistemáticos de escavações, apenas foi possível conferir elementos visíveis à superfície resultantes de trabalhos de prospecção sistemática, atribuindo uma óbvia limitação a uma tentativa de análise que se pretende mais rigorosa.

De fora ficaram muitos outros que, por não apresentarem informação suficientemente credível e/ou relevante foram excluídos da nossa amostra.

É usual encontrarem-se apenas referências a achados de cerâmica comum de clara filiação indígena e/ou de época romana, mas não indicando mais concretamente a tipologia de material. Esta situação, como se referiu, conduz a uma realidade de análise pouco clara, dificultando a fundamentação de quaisquer conclusões.

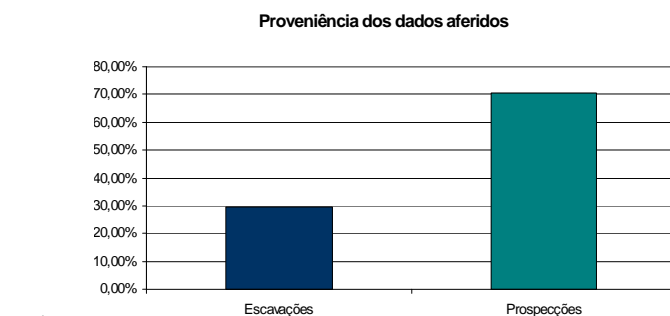


Gráfico 1

Neste particular, dos dados recolhidos, apenas 5 destes sítios foram alvo de escavações sistemáticas, o que corresponde a 29.4% da amostra, sendo eles os Castros de Terroso, Bagunte, Penices, Alvarelhos e Monte Padrão.

Dos restantes 70.6%, os dados que chegaram até nós provêm de trabalhos no âmbito de prospecções arqueológicas.

Como se verifica, trata-se de uma amostragem relativamente parca que nos permita a criação de uma padronização para toda uma região.

Contudo, os dados aferíveis mostram-nos algumas conclusões que serão pertinentes, à luz dos pressupostos registados para outras zonas cronologicamente coevas. Desta forma, procederemos à análise tipológica de povoamento, registando as várias características reveladoras de potenciais assimetrias relativamente a outras áreas da península.

a) Povoados de Tipo A

Nesta categoria foi possível aferir um grupo de cinco povoados (29.4%), que se enquadram nos pressupostos tipológicos preconizados, ou seja, possuindo características geomorfológicas comuns, como a posição destacada na paisagem e um desenvolvimento considerável nos dois últimos séculos a. C. e na primeira metade do século I d.C., denotando-se uma proto-urbanização especialmente desenvolvida.

Apresentam, igualmente, um número médio de muralhas, normalmente, entre 3 e 4 linhas defensivas, todos eles com indícios de romanização bastante intensos, sendo os maiores castros da região.

Em termos cronológicos, caracterizam-se pela longa diacronia de ocupação, ou seja, foram exumados indícios de uma vivência a partir de, pelo menos, o Bronze Final percorrendo todo o Iº milénio até à romanização plena.

De outra forma, todos eles apresentam um nível de abandono por volta do século I e III d.C., sendo que em alguns destes casos se verifica uma reocupação no século IV d.C. (Cividade de Penices) e por volta do século IX d.C. (Monte Padrão).

Outra característica que importa ressaltar, é o registo contínuo de cerâmica de importação, numa primeira fase, em meados do século V a.C, com cerâmicas associadas ao comércio meridional e aqui se verificam alguns fragmentos anfóricos púnicos e um importante acervo de ourivesaria. Num outro momento, por volta do século II a.C., registamos novos elementos caracterizadores de contactos exógenos, como as cerâmicas de proveniência itálica e da região da Bética, associados aos primeiros contactos com o mundo romano. Entre estes materiais surgem os fragmentos anfóricos vinários da categoria *Dressel 1* e *Haltern 70*, que se revelam dominantes, bem como alguma cerâmica campaniense.

Nº inventário	Sítio	Concelho	Altitude
F1.G6	Cividade de Terroso	Póvoa de Varzim	153 m
F3.K12	Cividade Bagunte	Vila do Conde	206 m
F12.G15	Castro de Penices	V.N. Famalicão	99 m
F15.U15	Castro de Alvarelhos	Trofa	222 m
F16.T28	Castro do Padrão	Santo Tirso	413 m

Tab. 2 – Quadro de povoamento de tipologia A

b) Povoados de Tipo B

Nesta categoria incluímos 5 povoados, o que corresponde a 29.4% da amostra.

De forma comum partilham o tipo de implantação e enquadramento paisagístico, ou seja, destacam-se por se localizarem em outeiros de média altitude situando-se, normalmente, entre os 123 metros para o Castro Boi (**F10.Q10**) (Vila do Conde) e os 268 metros do Castro do Facho (**F4.H21**) (V. N. Famalicão).

São povoados com um aparato defensivo menor em relação aos povoados tipo A, sendo que, ao contrário do primeiro grupo, apresentam normalmente uma ou duas linhas de muralhas, sendo que as potencialidades defensivas são também menores em relação aos povoados de tipo A.

Os vestígios são de difícil identificação, a par do que se verifica para o mesmo quadro tipológico presente no vale do Cávado (CARVALHO, 2008: 169). Esta situação prende-se, sobretudo, à proximidade em relação a núcleos urbanos, sofrendo as consequências que advêm do avolumar e alargamento do perímetro urbano e a consequente utilização da pedra nas construções das referidas habitações que se foram implantando nas encostas destes povoados ao longo dos tempos.

Nº inventário	Sítio	Concelho	Altitude
F2.D7	Monte de S. Félix	Póvoa de Varzim	203 m
F10.Q10	Castro Boi	Vila do Conde	123 m
F11.J12	Castro de Argifonso	Vila do Conde	157 m
F13.J22	S. Miguel-o-Anjo (Calendário)	V. N. Famalicão	194 m
F14.H21	Castro do Facho	V. N. Famalicão	268 m

Tab. 3 – Povoados enquadrados na Tipologia

c) Povoados de Tipo C

Nesta categoria insere-se a maior percentagem de povoados (41.17%), o que parece indicar, numa primeira análise, o desenvolvimento e a paulatina especialização económica, através da exploração dos recursos de vale. Normalmente, apresentam características materiais, que nos possibilitam o enquadramento cronológico entre o século I a.C. e o I d.C.^{XIII}

Como se verifica para o Médio Cávado (MARTINS, 1990), estes povoados localizam-se em baixas altitudes, estando maioritariamente localizados sobranceiramente ao respectivo curso fluvial. A média altimétrica situa-se sempre abaixo dos 150 metros.

É comum a este tipo de povoados apresentarem apenas uma ou duas linhas de muralha em talude de terra e um fosso.

Esta problemática enquadra-se nos parâmetros definidos por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996), numa análise ao povoamento entre os rios Lima e Neiva. O autor identificou uma nova forma de povoamento que, pela sua tipologia, parecia associar-se a um tipo de povoado com uma especialização económica agrícola bastante vincada. Por apresentarem materiais cerâmicos pobres, normalmente, cerâmica comum de filiação indígena, alguma cerâmica comum romana, material laterício e fragmentos de

^{XIII} Excepção será o povoado do Lago (MARTINS, 1990), onde terão sido exumados materiais do século III a.C. e onde não surgiram evidências de uma ocupação romana (ver *anexo IV*)

mós, considera a possibilidade de ter havido uma continuidade de ocupação em época romana.

Contudo, a problematização decorrente da análise destes sítios afere uma dificuldade em assumir uma cronologia plena para este género de povoamento, pois se será verdade que no caso do povoado do Lago este surge no século III a.C., também se verifica que para o mesmo género de habitat em outras áreas, registaram-se dados que os incluem já sob fundação romana, portanto, a partir do século I d.C..

Alguns destes povoados apresentam-se cronologicamente coevos à fundação de *Bracara Augusta*, bem como à fundação da primeira rede viária no território (CARVALHO, 2008: 175-176).

Na análise à viação romana, que iremos efectuar em capítulos posteriores, poderemos observar esta aparente relação entre os denominados Castros Agrícolas e algumas das vias catalogadas na área.

Nº inventário	Sítio	Concelho	Altitude
F4.V5	Castro de S. Paio	Vila do Conde	14 m
F5.N5	Castro de S. João	Vila do Conde	30 m
F6.N6	Castro de Retorta	Vila do Conde	40 m
F7.O13	Castro de Ferreiró	Vila do Conde	42 m
F8.N9	Castro de Santagões	Vila do Conde	63 m
F9.I11	Castro de Casais	Vila do Conde	85 m
F17.N26	Torre Alta	Santo Tirso	63 m

Tab. 4 – Povoamento de tipologia C

4.4 Áreas de influência/Captação

a) Territórios teóricos

i. Cidade de Terroso (F1.G6)

15 minutos – O território de 15 minutos deste povoado apresenta uma área de cerca de 3 Km², compreendendo essencialmente a calote superficial do sítio, integrando a plataforma rochosa granítica até à entrada do vale. Esta plataforma, bastante aplanada no seu topo, apresenta um relevo médio acidentado até à bordadura do vale nos lados Norte e Oeste. Já para o lado Este e Sul, o acesso ao vale encontra-se dificultado, apresentando um relevo já mais acidentado, sendo provavelmente a área preferencial para a prática da pastorícia.

Os respectivos territórios de grande fertilidade encontram-se, precisamente entre os 10 minutos, na vertente Oeste e os 15 minutos para Norte.

Dentro desta área encontramos, igualmente, uma fonte de acesso a uma linha de água.

Quanto à visibilidade imediata, esta indica-nos que para Norte é visível toda a planície marítima, sendo igualmente aferível com boas condições meteorológicas o Castro de S. Lourenço (Esposende) e a Cidade de Santa Luzia (Viana do Castelo).

Para Nordeste, a visibilidade encontra o seu limite no Monte de S. Félix (Serra de Rates), onde surgiram indícios também de uma ocupação castreja com registos de ourivesaria. No caminho até S. Félix, fica todo um vale, actualmente sobre-explorado pela cultura intensiva de produtos hortícolas. Integrado neste raio, mas numa área bastante menor e mais para Este surgem os Leptosolos (terrenos quartzo-xistosos), correspondentes à depressão associada à Serra de Rates e aí observámos terrenos com uma aptidão preferencial para a exploração florestal e mineira.

Para Sul, deparamo-nos com o vale bastante fértil e com a franja de ocupação habitacional preferencial pelas comunidades actuais, sendo visíveis os povoados de Bagunte e mais a Poente o Castro Boi, na colina de Santo António de Vairão, que ganha claramente destaque.

Por outro lado, a área Sul é uma zona privilegiada em termos de abrigo dos ventos Norte, que no Verão se apresentam bastante intensos, bem como com a melhor exposição solar. É nesta franja que se verifica o núcleo habitacional actual e inúmeras explorações agrícolas domésticas e industriais, assim como todas as explorações pecuárias da zona.

30 minutos – O território de 30 minutos apresenta uma área de 13,30 km², executados em três transeptos distintos, Sul/Norte (Transepto 1), outro de orientação Nordeste/Sudoeste (Transepto 2) e um outro Noroeste/Sudeste (Transepto 3).

Assim, a esfera dos 30 minutos de marcha integra terrenos bastante planos de vale e da planície costeira, facilitando a movimentação dos povos. Esta movimentação facilitada confere ao povoados e aos seus habitantes a possibilidade da exploração agrícola do vale, entre Terroso e a Serra de Rates; quer para o acesso ao litoral costeiro, que se encontra a cerca de 60 minutos do povoados de Terroso. Estamos perante uma multidiversidade explorativa, conferindo a este território um amplo espectro económico.

Este território de 30 minutos revela uma predisposição maior para a prática agrícola, em virtude dos excelentes terrenos para esta função, principalmente na planície a Norte e parte da planície Sul e Oeste. É de salientar que, actualmente, as áreas que demonstram uma maior ocupação de parcelas para a habitação e agricultura encontram-se, precisamente, nestas duas áreas.

É nesta circunferência de 30 minutos que encontramos alguns vestígios arqueológicos e sinais de ocupação humana anteriores à fundação do castro, como é o caso da Mamoa de Sejães (GOMES et alli, 2005), localizada nos terrenos circundantes ao castro (NE), e as fossas de Beiriz (id ibidem), assim como o povoado de Alto da Vinha, localizado dentro da esfera dos 30 minutos, precisamente a Sudoeste da Cividade de Terroso.

As vertentes Este e Sul apresentam já um contacto com a Serra de Rates e os terrenos de xisto, não apresentando o melhor tipo de solo para a prática agrícola. Por sinal, nestas áreas são menos visíveis terrenos de exploração agrícolas, em oposição aos confinados à exploração florestal, principalmente, os eucaliptais que como se sabe não existiriam à época.

Contudo, é a partir dos 30 minutos de percurso que se começam a encontrar mudanças no substrato geológico, surgindo por entre o Granito do Porto, alguns filões de quartzo, anunciando a dominação do xisto, a partir da Serra de Rates.

É, nesta serra, que engloba o Monte de S. Félix, que surgem alguns filões minerais que poderão ter sido explorados em época romana e também em alturas proto-históricas.

A existência de algumas minas, actualmente atulhadas e submersas, na Serra de Rates induzem-nos a prever a possível existência de explorações mineiras, com uma tradição vinda dos tempos proto-históricos.

Por outro lado, o registo do aparecimento de alguns materiais de ourivesaria, nomeadamente, em Laúndos (S. Félix – Serra de Rates), onde surgiram umas arrecadas em ouro, assim como na Estela, fazem pressupôr a exploração de matéria-prima nesta área.

A visibilidade a partir de um ponto fixo nos três transeptos, apenas no percurso 3 a Cividade de Terroso não se apresentou visível e destacada na paisagem. Nos outros dois (1 e 2), a Cividade encontrava-se perfeitamente destacada, sendo um marco paisagístico da zona.

ii. Cividade de Bagunte (F3.K12)

15 minutos – O território, de cerca de 2 km², incluído na esfera dos 15 minutos de marcha engloba, na sua totalidade, a área confinada ao monte da cidade de Bagunte, ou seja, a entrada no território dos 30 minutos, dá-se precisamente quando se entra no vale, a partir da área Nordeste e Sudoeste.

De relevo muito acidentado com uma pendente algo acentuada, apresenta em virtude destas características topográficas, um sistema defensivo natural assinalável, apesar de não possuir a tipologia alcantilada visível em outros povoados.

Na zona da acrópole do povoado, é de crer uma visibilidade de cerca de 360°, apresentando condições únicas de controlo e visibilidade.

Actualmente, apesar do imenso eucaliptal que circunda a acrópole, adivinhamos a visibilidade de castros como o de Argifonso (Nordeste), Casais (Norte), Terroso (Norte), para sudoeste os castros de Retorta e Santagões e para Sul, o Castro de Alvarelhos e o Castro Boi.

Neste território foi possível aferir a intensa ocupação de espécies florestais, concretamente, o eucalipto, em grande maioria e alguns pinheiros e carvalhos.

30 minutos – O território de 30 minutos, com cerca de 9,3 km², executado em percursos com as orientações Sul/Norte (percurso 1), Norte/Sul (percurso 2) e Nordeste/Sudoeste (percurso 3), permitiu constatar as possíveis áreas de exploração em época proto-histórica e romana. Neste particular, foi possível discernir quais as áreas com um maior potencial económico, assim como, os terrenos com melhor aptidão para a prática agrícola, florestal e habitacional.

Assim, pode-se aferir que o terreno referente à área dos 30 minutos engloba já um território vasto, integrando os terrenos acidentados, óptimos para a prática da pastorícia e os terrenos de vale, coincidindo com o fim da área acidentada que levará ao topo da cidade.

Nesta perspectiva, estamos em crer que as áreas preferenciais de exploração agro-silvo-pastoril inserem-se sempre acima dos 15 minutos.

Como foi possível aferir, identificámos duas áreas com grande potencial agrícola, ainda hoje utilizadas em explorações agro-pecuárias. Estes locais inserem-se nos percursos por nós efectuados e aos quais denominamos por Transepto 1 e 2.

O transepto 3 apresenta alguma condicionante, pois constatámos a utilização dos solos, actualmente, para a exploração florestal, principalmente o eucaliptal e o Pinhal, assim como diversas áreas habitacionais, referentes à povoação de Bagunte. Aqui encontrámos algumas explorações agrícolas privadas de pequena actividade.

O transepto 1 culminou precisamente na povoação de Arcos, onde foi possível reconhecer a pequena elevação confinada ao pequeno Castro de Casais, assim como, foi registado o Castro de Argifonso a nascente do nosso percurso.

O limite referente aos 30 minutos atingiu, precisamente, as margens do Rio Este. Estamos convencidos que este seria o terreno *optimus* a Norte do povoado de Bagunte. Ao longo deste percurso, percorremos o sopé da pequena elevação de terreno onde se localiza o Castro de Argifonso, documentado em época medieval e identificado em outros trabalhos (SILVA, 1986: 83, nº 329; ALMEIDA, 1992; QUEIROGA, 1992: 169: nº 248; DINIS, 1993: 44-45, nº 9; CARVALHO, 2008, vol. II: 84).

O transepto 2 permitiu, a par do percurso 1, identificar algumas potenciais áreas de exploração de vale, nomeadamente, em áreas actualmente atravessadas pela Auto – estrada 7.

iii. Castro de Alvarelhos (F15.U15)

15 minutos – O território de 15 minutos engloba uma área total de 2,8 km², correspondendo ao território imediato ao núcleo do povoamento.

De relevo médio-acidentado, de todos os três percursos efectuados nenhum deles revelou especial dificuldade de acesso aos recursos disponíveis, estando os terrenos com elevado potencial agrícola localizados dentro desta esfera temporal de 15 minutos.

Como se constatou, o potencial defensivo deste castro apenas ganha correspondência com o topo, que demonstra relativo pendente acentuando esta característica para a vertente nordeste, que se afere mais irregular, comparativamente com as outras áreas.

A Este, os terrenos revelam uma pendente mais suave, entrando-se nos terrenos de elevada potencialidade agrícola por volta dos 10 minutos de marcha.

Para Oeste, a topografia revela um terreno bastante plano, de elevado potencial agrícola, logo por volta dos 5 minutos de marcha, o que confere a esta área, a par da vertente Este e Sul os melhores terrenos agrícolas.

Da área do povoado, apenas é possível vislumbrar o vale circundante ao povoado, adivinhando-se que em épocas proto-históricas fosse possível visualizar a elevação do

terreno, onde se implanta o Castro do Monte Padrão. Contudo, face a algumas manchas florestais, sobretudo, Eucliptais e Pinhais, esta presunção apenas pode ser prevista.

30 minutos – O percurso dos 30 minutos de marcha, alberga uma área com cerca de 11,31 km² efectuado igualmente, em três transeptos distintos, Sul/Norte (Transepto 1), Noroeste/Sudeste (Transepto 2) e Este/Oeste (Transepto 3), o que permitiu decifrar que os mesmos se efectuavam exclusivamente em terrenos de vale, com elevado índice de exploração.

O regime topográfico evidenciado revelou terrenos de vale, com pouca ou nenhuma irregularidade assinalável.

Em termos visuais, é de destacar que em todas as direcções, o Castro de Alvarelos ganha relevo na paisagem, sendo perfeitamente visível a 30 minutos de distância, a partir de Nordeste e Oeste. Para Sudoeste, o relevo que aqui se apresenta mais acidentado, não permite a visualização do Castro quando se atinge os 30 minutos.

Sendo de referir que o percurso Oeste, por aferir um tipo de relevo menos acidentado e até bastante plano, em pleno vale, permitiu o alongamento do respectivo vértice, sendo de crer que, em termos de área preferencial de exploração esta seria, certamente, uma das preferenciais.

iv. Castro de Penices (F12.G15)

15 minutos - O percurso de 15 minutos permitiu aferir uma área total de 1,60 km².

De perfil alcantilado, localizado numa elevação de terreno algo acidentada e ladeada pelo Rio Este, ganha natural defesa pelos lados Norte/Noroeste, onde são ainda visíveis os enormes blocos graníticos que foram, sem dúvida aproveitados como sistema defensivo natural. A área mais vulnerável será a que se localiza a Este, de encontro ao vale.

Os percursos efectuados (Norte, Oeste e Sul), permitiram decifrar as potenciais áreas económicas preferenciais destas comunidades e as áreas de exploração dos recursos básicos à sobrevivência.

Como tal, em todos os três percursos de 15 minutos foram atingidos dentro desta esfera os terrenos de vale, sendo que para Oeste e Sul, encontramos os melhores terrenos e as áreas com maior índice de ocupação agro-pecuária. Para Norte, apesar de conterem alguns terrenos agrícolas, parece ter sido preferencial em termos habitacionais, sendo a

área com especialização habitacional mais intensa de ocupação pela comunidade actualmente, ocupando os terrenos baixos aluvionares referentes ao rio Este.

Do topo do Castro de Penices é possível a visualização para Sudoeste do topo montanhoso onde se implanta a Cividade de Bagunte, localizada a cerca de 5 km de distância. Para Norte ganha destaque o Monte da Saia, já em pleno Vale do Cávado.

Para Sudeste são visíveis os Castros do Facho e o de S. Miguel-o-Anjo (Calendário), ambos no concelho de V.N. Famalicão, assim como a elevação do terreno correspondente ao Monte Córdova, onde se implanta o Castro do Monte Padrão.

30 minutos - Com uma área de 8,4 km², o percurso de 30 minutos foi efectuado já em pleno terreno de vale, sendo largamente decifráveis as áreas confinadas à exploração agrícola e florestal.

Os percursos de marcha dividiram-se em três áreas distintas, Sul/Norte (Transepto 1), Nordeste/Sudoeste (Transepto 2) e Sudeste/Noroeste (Transepto 3).

Nos trinta minutos de marcha, para todas as direcções, o Castro de Penices encontra-se ainda dominante na paisagem, sendo perfeitamente perceptível a largas distâncias. Será, portanto, um marco paisagístico.

Nesta zona específica, e tal como se constatou para os terrenos dentro da esfera dos 15 minutos, as áreas actualmente confinadas à exploração agrícola integram o eixo Sul-Oeste, sendo que para Norte e Este, parecem decorrer algumas explorações com especialização florestal, normalmente, o Eucliptal e o Pinhal, apesar de no percurso a Este termos registado alguns e bons terrenos agrícolas.

Contudo, em termos de especialização económica prevemos que o eixo atrás referido apresenta-se dominante na exploração dos recursos agrícolas, tendo em consideração a actual capacidade tecnológica que permite a modulação de terrenos com menor capacidade em termos de potência sedimentar, como serão os leptossolos (terrenos xistosos) dominantes na parte Sul e Oeste do Povoado de Penices.

Em termos de visibilidade, do topo da cidade de Penices, reconhecem-se a Cividade de Bagunte e a elevação de terreno respectiva (Monte da Soledade) no sentido Nordeste/Sudoeste e para Norte é perfeitamente reconhecido o Monte da Saia, já localizado em pleno vale do Cávado, assim como os sítios de Lobeira, Eirados e Fiança, de cariz indeterminado, mas com achados de superfície que indiciam uma provável ocupação romana da área.

v. Monte Padrão (F16.T28)

15 minutos – Os respectivos percursos permitiram aferir uma área total correspondente aos 15 minutos de caminhada de cerca de 3 km².

O perfil de 15 minutos apresenta-se consagrado quase exclusivamente ao topo da calote superior da elevação, onde se localiza o sítio do Padrão, sendo que apenas para a parte Nordeste se constata um alongamento dos vértices da área.

A realização destes percursos permitiu decifrar que o terreno e a vertente Oeste apresentam-se de grande irregularidade e com um perfil bastante acidentado. Para o lado oposto, este declive é agora mais suave, sendo uma plataforma que se vai alongando culminando no vale onde se situa a freguesia de Monte Córdova.

A área respectiva dos 15 minutos, apresenta uma aparente relação com este mesmo vale, sendo a área Nordeste, a preferencial num tipo de exploração agrícola. A Oeste, cremos que a exploração seria tipicamente silvo-pastoril.

Do topo do sítio, é visível a nascente a elevação de terreno onde se implanta a Citânia de Sanfins.

Para a parte Poente, o percurso permitie pressupor um domínio considerável sobre uma vasta área de vale, antevendo-se a larga distância o topo onde se implanta o Castro de Alvarelhos.

30 minutos – Para a área dos 30 minutos corresponde um total de 11,4 km².

Foram então executados três percursos distintos, o primeiro no sentido Este/Oeste (Transepto 1), um outro Oeste/Este (Transepto 2) e um final Nordeste/Sudoeste (Transepto 3).

Esta área permitiu decifrar potenciais áreas de exploração especializada, sendo que a barreira dos 30 minutos foi atingida, na maioria dos casos, já em pleno vale, portanto, com uma especialização concomitantemente agro-silvo-pastoril.

Como se constatou para os percursos de 15 minutos, também se registam os mesmos pressupostos práticos, ou seja, verificamos o prolongamento dos vértices respectivos, para zonas mais suaves em termos geomorfológicos, com o vale onde se localiza a povoação de Santa Luzia a ganhar destaque.

Em termos visuais, o sítio do Padrão apresenta-se visível de todas as áreas, tratando-se de um marco paisagístico, integrando-se numa elevação de terreno considerável que é o Monte Córdova, por isso mesmo, visível a largas distâncias.

Da parte nascente do monte é perceptível em certas áreas a elevação do terreno onde se implanta a Citânia de Sanfins.

4.5 Análise aos dados compilados

Em termos de desenvolvimento do quadro de povoamento, registamos a evolução morfológica dos mesmos ao longo do Iº milénio, sendo aferíveis algumas das assunções por nós consideradas, designadamente, as mudanças ao nível da implantação altimétrica dos povoados em relação a etapas anteriores.

O povoamento em sítios elevados, beneficiando de condições naturais de defesa, à luz dos dados actuais, parece não ter sido a forma de povoamento única no Bronze Final. Nesta altura dá-se uma heterogeneidade nas formas de povoamento, sendo perfeitamente coetâneas as implantações em altitude defensivas e as ocupações de vale, de cariz aberto, comumente designados como “povoados com fossas”^{XIV}.

Como tal, fazemos referência ao povoamento evidenciado para a **Fase I** da nossa área de estudo, comparativamente com os dados registados para as fases posteriores, tendo a análise revelado não só um ligeiro aumento quantitativo dos núcleos de povoamento, bem como alterações de fundo, no que respeita às dinâmicas e motivações que levaram

à criação e disseminação da rede de povoamento, agora em níveis altimétricos já mais próximos do vale e das vertentes fluviais.

Como se vê pela análise

do **gráfico 2**, registam-se núcleos de povoamento com altitudes médias por volta dos 200 metros, estando portanto, localizados topograficamente em áreas de média altitude.

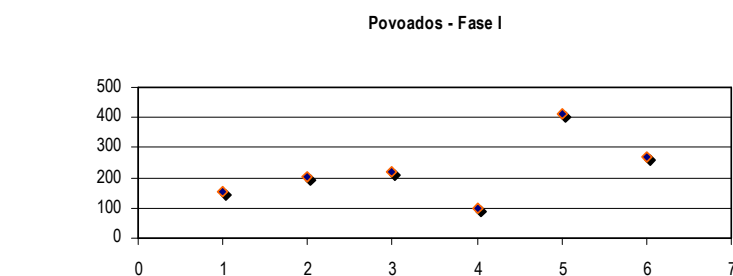


Gráfico 2

^{XIV} Esta forma de habitat caracteriza-se pela ocupação de espaços abertos, sem preocupações defensivas e onde foram identificadas fossas abertas no saibro, que se poderão interpretar como sítios de armazenagem (DINIS, 1993: 154).

Esta forma de povoamento, na nossa área de estudo, foi identificada em Beiriz, Póvoa de Varzim (SILVA, 1983; DINIS, 1993: 154; GOMES et alli, 2005), numa área baixa, precisamente, no sopé da Cividade de Terroso. Cremos que poderá ter sido o habitat original que posteriormente terá dado origem ao povoado fortificado de Terroso.

Apenas em um dos casos, o Monte Padrão, revela uma altitude proeminente, na barreira dos 400 metros de altitude.

No extremo oposto, Terroso e Penices ocupam as posições de relevo mais baixas, respectivamente, 153 metros e 99 metros.

Para este gráfico, registam-se cinco povoados Tipo A e apenas um de Tipo B, precisamente, o Castro do Facho (Caléndario) (F14.H21), V. N. Famalicão.

Por outro lado, a implantação em média altitude parece ter sido o tipo de ocupação preferencial destas comunidades, considerando-se ter havido uma opção clara neste tipo de assentamento. Assim, cerca de 50% dos sítios apresenta uma preferência por esta forma de estabelecimento, enquanto 16,66% da amostra prefere o assentamento em altitude, o caso do Monte Padrão (F16.T28). A restante amostra, cerca de 33,33%, assenta em baixas altitudes, em elevações destacadas da paisagem, é o caso de Terroso (F1.G6) e Penices (F12.G15), precisamente.

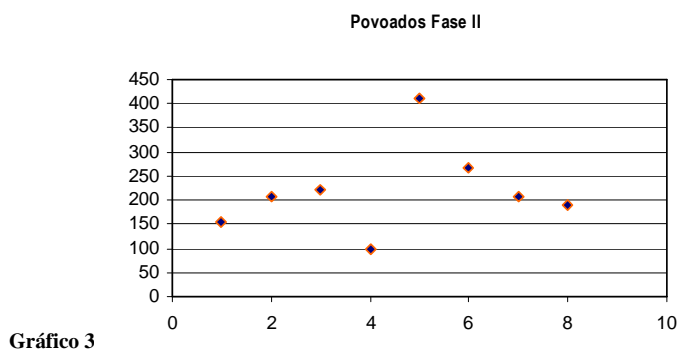


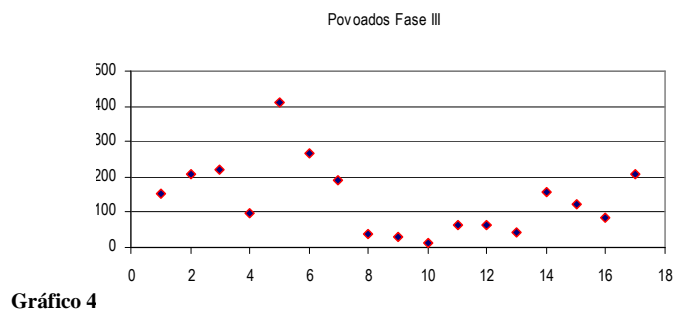
Gráfico 3

Para a **Fase II**, caracteriza-se o povoamento por um único tipo de habitat, o povoado fortificado, com linhas defensivas bastante complexas e com os primeiros indícios da utilização da pedra na formação dos núcleos

habitacionais.

Para esta fase aferem-se os mesmos pressupostos de implantação destas comunidades e a preferência por médias-altitudes, tendo sido registado mais dois núcleos, relativamente à fase precedente, designadamente o Castro de S. Félix (Laúndos) (F2.D7), Póvoa de Varzim e o Castro de S. Miguel-o-Anjo (F13.J22), V. N. Famalicão.

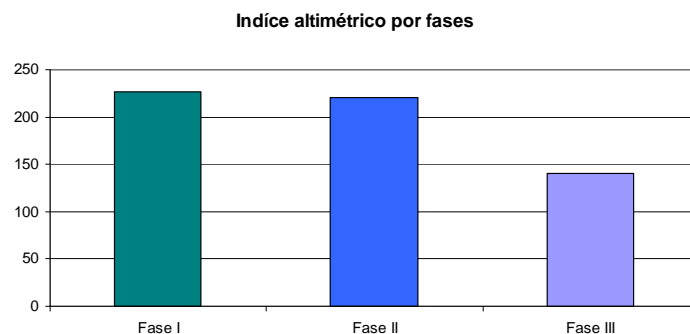
Então, registam-se os mesmos povoados de Tipo A, assim como três de Tipo B (Facho, S. Miguel-o-Anjo e S. Félix).



Para a **Fase III**, é perfeitamente perceptível o aumento exponencial do povoamento, principalmente, em zonas baixas de vale. Como se referiu anteriormente, para a nossa área de estudo, os indícios parecem apontar para os séculos II/I a.C. a criação deste género de povoados, disseminando-se e delimitando-se os respectivos núcleos e territórios das várias comunidades, verificando-se um crescente desenvolvimento e hierarquia social com o advento da romanização, ao ser fomentada a economia de mercado, com consequência particular para a exploração dos recursos disponíveis nos vales. A exceção é verificada no povoado do Lago (MARTINS, 1990) que, como se disse, apresenta uma cronologia de ocupação a partir do século III a.C..

Nesta fase contabilizam-se então todos os povoados de Tipo A e Tipo B e uma nova forma de habitat, o qual integramos na categoria de ocupação C.

Observa-se uma descida acentuada no perfil altimétrico de implantação, assim como se denota uma opção clara, a partir desta fase, para a criação de núcleos de habitat mais perto dos vales. Como média altimétrica apresenta-se para esta fase os 139,8 metros, portanto uma descida considerável relativamente às outras fases, na qual se verificavam 220 metros para a Fase II e 226,83 metros para a Fase I.



Numa primeira análise cartográfica, a implantação real dos raios de influência dos povoados de Tipo A permitiram aferir as áreas potenciais de exploração, bem como discernir os respectivos espaços territoriais pertencentes a cada povoado. Esta conjugação de dados levam-nos a considerar a existência de potenciais redes hierárquicas, onde os castros de Tipo A tiveram grande preponderância, sendo as eventuais “capitais” de territórios específicos.

A rede distributiva que pudémos aferir, revelou-nos uma plena diversidade explorativa destas comunidades, detectando-se possíveis manchas de especialização económica, assim como uma clara divisão dos territórios, de acordo com fronteiras naturais, como elevações de terreno, linhas de água e características geológicas circundantes.

De outra forma, numa breve análise, identificamos que em todos os núcleos Tipo A a escolha do sítio de implantação beneficiava de características potencialmente indicadoras de uma total independência, relativamente ao mundo exterior, através da presença de várias nascentes e linhas de água dentro da área de exploração intensiva do povoado, conferindo ao núcleo a sobrevivência quotidiana das povoações e animais mediante movimentações exógenas de conflito.

De facto, podemos observar nas imagens^{XV} abaixo que todos os sítios encontram no exacto local de implantação elementos suficientes para a auto-suficiência e auto-subsistência comunitária.

Desta maneira, torna-se aparentemente óbvia a escolha de determinado sítio em detrimento de outros com as mesmas condições geomorfológicas.



1



2

^{XV} 1- Cidade de Terroso; 2 – Cidade de Bagunte; 3 – Castro de Penices; 4 – Castro de Alvarelhos; 5 – Castro do Padrão



3



4



5

Por conseguinte, foi possível a definição dos diversos núcleos de concentração de povoamento, no qual presumimos que o Rio Ave terá, de facto, funcionado como fronteira territorial, assim como marco específico da paisagem. A respectiva relevância desta linha de água atesta-se no facto de que em períodos cronológicos de expansão económica, alimentado por uma complexificação e hierarquização social emergente, o

povoamento indígena encontrou nesta linha de água, o motor necessário ao desenvolvimento social destas comunidades, dispersando-se aqui o povoamento, principalmente a partir da Fase III.

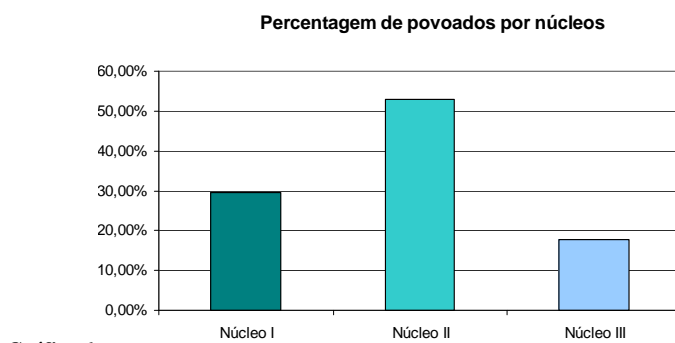


Gráfico 6

Assim, discernimos três núcleos, consoante a sua disposição geomorfológica e onde se denota uma malha de

concentração de habitats, porventura reveladores da riqueza e desenvolvimento social e hierárquico da sociedade indígena em contextos regionais no Iº Milénio a. C.

Para o **núcleo I**, identificou-se uma concentração de povoamento coincidente com a planície marítima, beneficiando de um largo espectro económico, bipolarizando-se os perfis destas comunidades. Aqui, de facto, foram recolhidos elementos que nos possibilitam concluir que proliferou uma economia bipartida, ampliando desta forma o espectro económico. Para este núcleo registaram-se 5 povoados, o que corresponde a 29.41% da amostra total.

O **núcleo II**, corresponde à malha de povoados localizados entre o Rio Ave e o Rio Este, beneficiando economicamente destas linhas de água face à proximidade, assim como dos recursos de vale, encontrando-se aí implantados. Para este núcleo identificamos 9 povoados, perfazendo 52.94% da amostra, revelando a maior concentração da nossa área de estudo.

Por fim, no **núcleo III** consideramos a forma de povoamento implantado a Sul do Rio Ave, sendo que aí foram registados 3 povoados, portanto 17.65% do total.

4.5.1 Exploração do Território - Economia e fronteiras

a) Interpretação da paisagem

O povoado de Terroso (**F1.G6**) é um perfeito exemplo de uma provável dualidade económica, estando localizado numa área de grande potencialidade, beneficiando da proximidade relativamente ao mar, bem como ao vale. Neste caso, a recolha de fauna malacológica^{XVI}, assim como material associado à recolção destes alimentos (pesos de rede, anzóis, etc.), apontam para essa realidade.

Relativamente ao espectro agrícola, a realização dos percursos de marcha permitiu-nos aferir que os vértices dos raios de influência alongam-se, de forma particular, sobre os territórios Sul e Oeste, conferindo a esta parte territorial a maior fatia. Esta situação estará relacionada com o perfil altimétrico que se apresenta mais suave nesta mesma área, assim como coincidente com o perfil geológico dominante, ou seja, as rochas eruptivas ou “*Granito do Porto*”.

^{XVI} Em Terroso foram recolhidas seguintes espécies: *Patella vulgata* (Lapa), *Mytilus Edulis* (Mexilhão), *Monodonta Lineata* (Caramujo), *Nucella Lapilus* e *Trochocochlea* (GOMES et alli, 2005: 176). Da mesma forma foram recolhidos diversos pesos de rede (ibidem: 183).

Creemos, precisamente, que em Terroso se viveu uma dinâmica centrífuga, entre o respectivo núcleo de povoamento e as diversas áreas adjacentes, com particular destaque para as áreas Sul e a Oeste.

Por outro lado, detectámos uma barreira natural, que poderá muito bem ser a fronteira para o território a nascente. Falamos da Serra de Rates como fronteira natural, não sendo de todo possível a visualização do território a nascente desta serra. Como tal, focámos a nossa análise na fundação do núcleo de S. Félix na Fase II, como integrante do território de Terroso, talvez associando a sua implantação a um possível objectivo de controlo efectivo do território para nascente. Os poucos indícios habitacionais de S. Félix, assim como a pouca potencialidade agrícola desta elevação de terreno, levam-nos a considerar que este povoado terá funcionado como possível atalaia de controlo visual da envolvente do território, como medida de protecção ao território de Terroso.

Concomitantemente, a localização de S. Félix parece querer concordar com a riqueza mineral presente na Serra de Rates, designadamente, alguns filões quartzíticos. Da mesma forma, o registo de um tesouro em S. Félix (arrecadas em ouro cronologicamente coevas com a Fase II – tal como se verifica na Cividade de Terroso) permitem aferir, para além dos possíveis fins militares anteriormente considerados, também uma potencial especialização ourives (GOMES et alli, 2005: 73). No entanto, estas serão apenas conjecturas muito difíceis de comprovar, quer pela actual inexistência de elementos na zona, quer pela falta de escavações que nunca decorreram no monte de S. Félix.

Já na Cividade de Bagunte (**F3.K12**), não constatamos o mesmo espectro económico e territorial que se verifica em Terroso. Primeiro pela distância relativamente à orla marítima, cerca de 10 km, bem como a diferente localização altimétrica, onde se evidencia um relevo bem mais acidentado, estando por isso condicionada a forma como o raio de exploração de recursos se processaria.

Por outro lado, a distância em relação às vertentes fluviais, com particular destaque para o Rio Este, poderá conferir a este território uma óbvia relação com esta linha de água. Contudo, a falta de escavações sistemáticas mais recentes em Bagunte limitam uma análise concreta ao espólio, de modo a uma possível identificação de elementos

materiais relacionados com a exploração de recursos marinhos, como em Terroso, e que indiquem uma relação económica com as linhas de água adjacentes^{XVII}.

Neste povoado, os respectivos vértices, a par do que se verificou em Terroso, também se constatou o alongamento para a área Sudoeste, tendo sido igualmente detectado na carta geológica (ver anexo III) a aparente “fuga”, relativamente aos leptossolos, com menos apetência para a prática da agricultura.

Adentro do território dos 45 minutos regista-se o povoado de Santagões, implantado sobranceiramente ao Rio Ave. A localização privilegiada relativamente a esta linha de água, poderá estar relacionada com uma provável exploração fluvial, integrando o território económico de Bagunte, servindo como barreira de controlo do tráfego fluvial, como medida de protecção ao castro principal, a Cividade de Bagunte.

Da mesma forma, o Castro de Retorta poderá ter funcionado como uma primeira barreira de controlo do tráfego fluvial, assim como para exploração dos recursos circundantes. Este sítio localiza-se em terrenos de aluvião, sobranceiros ao Rio Ave, portanto numa área de terrenos agrícolas bastante férteis.

Verifica-se com estes dois sítios, uma provável tentativa de controlo do curso do Ave e terrenos circundantes, no que se poderá enquadrar a marcação territorial, assim como a delimitação do território confinado ao núcleo de povoamento de Bagunte.

Quanto ao Castro de Penices (**F12.G15**), com uma potencialidade actual limitada a Norte e Nordeste para os melhores terrenos agrícolas, apresenta em algumas áreas a Sul um perfil de exploração associado à mineração.

Sobre o Rio Este, estamos convictos que esta linha de água não terá servido como fronteira Norte do povoado, pois como pudemos constatar “in loco”, esta linha de água apresenta-se nesta zona de fácil atravessamento, detendo uma largura de cerca de 10 metros e com um caudal actual que se crê não ser impeditivo à sua passagem.

Tanto na Idade do Ferro, como em época romana esta linha de água poderia ser atravessada por sistema de barcaças (MORAIS, 2005: 84-86). A actual existência de uma ponte, precisamente, no sopé da elevação de Penices poderá indicar ter existido uma anterior, de época romana não sendo, contudo, possível a comprovação desta possibilidade. O que é certo é que estamos convictos que esta linha não seria impeditiva

^{XVII} Designadamente, elementos associáveis à dieta alimentar, como fauna malacológica, assim como ao nível do espólio, concretamente, anzóis e pesos de rede.

e os terrenos a Norte seriam, efectivamente, pertencentes à área de influência do Castro de Penices.

São precisamente estes terrenos graníticos que apresentam o melhor potencial para a prática agrícola, pois como se referiu, os solos a Sul são predominantemente de perfil xistoso, mais adequados à exploração dos recursos mineiros. Por outro lado, os vértices dos anéis de influência reais, comprovam um alongamento para a área Norte.

Respectivamente, os Castro do Facho (**F14.H21**) e de S. Miguel-o-Anjo (**F13.J22**) apresentam-se já a uma distância relativa em relação ao Castro de Penices, sensivelmente 5,32 km para o Castro do Facho e 6,56 km para o Castro de S. Miguel-o-Anjo. Desta forma, estamos convictos que os mesmos não integrariam a rede de influência de Penices, estando sob alçada de um outro núcleo principal, que não nos foi possível identificar.

Por outro lado, a formação pelo menos em finais da Idade do Bronze e sobrevivência ao longo de todo o I milénio a.C. do Castro do Facho, poderá ser indicador da possível centralidade deste sítio, estando então o Castro de S. Miguel-o-Anjo sob sua alçada, de maneira a controlar os terrenos Sul, mais próximos do Rio Ave.

A respectiva implantação do Castro do Facho sob as mesmas condições de Penices, ou seja, sobranceiramente ao Rio Pelhe, e numa área limite entre o perfil geológico dos granitos (localizados a Este e Nordeste) e dos terrenos xistosos (localizados a poente), levam-nos a crer no pleno domínio de um alargado espectro económico, entre a exploração agro-silvo-pastoril e mineira. A recolha no Castro do Facho de elementos associados à exploração dos recursos fluviais, como pesos de rede, atestam esta economia heterogénea (DINIS, 1993: 54).

O castro de Alvarelhos (**F15.U15**) apresenta um perfil económico baseado numa cultura concomitantemente, agro-silvo-pastoril.

Da mesma forma que em Bagunte e Penices, os vértices das áreas de influência parecem indicar primeiro uma “fuga” aos terrenos xistosos, localizados a cerca de 2,5 km, também apontam a escolha dos terrenos a Poente, mais planos e com características mais específicas para a prática agrícola.

Ao nível da aparente relação entre o Castro de Alvarelhos e o Rio Ave, este dista do núcleo de povoamento cerca de 5 km em linha recta, ou seja, a cerca de 1 hora de marcha. Apesar de se localizar algo distante desta linha de água, apresenta as mesmas características de implantação que Bagunte e Monte Padrão.

Parece denotar-se uma propositada forma de implantação, de acordo com uma proximidade relativamente fácil aos terrenos adjacentes a estas linhas de águas, verificando-se da mesma forma, uma aparente protecção e distância relativamente a estas.

Creemos que o Rio Ave funcionaria como fronteira entre os territórios integráveis na rede de Bagunte e os de Alvarelhos.

Por outro lado, a nascente, a fronteira dos mesmos seria ditada pela mancha dos leptossolos que, aparentemente, funcionariam como terreno baldio entre as comunidades de Alvarelhos e as do Monte Padrão. Para o Castro do Padrão (F16.T28), para além do que foi descrito anteriormente acerca da fronteira marcada pelos leptossolos, cabe-nos aferir que a mesma para nascente estaria condicionada pela grande proximidade ao grande *oppidum* de Sanfins. Aqui, pressupomos que a fronteira entre estes dois territórios seria ditada pela geomorfologia da região. Para o Monte Padrão, os terrenos a nascente apresentam-se menos acidentados e mais apropriados para a prática agrícola. Por outro lado, os melhores terrenos para esta prática relativamente à Citânia de Sanfins estariam confinados aos terrenos a nascente, Sudeste e a Norte.

Verificámos que os territórios teóricos e reais entre estes dois sítios não se cruzam, pelo que assumimos que, tanto um como outro, seriam hierarquicamente autónomos.

A Norte, a fronteira óbvia seria o rio Ave, distando do Padrão cerca de 5 km. Neste limite fica situado o povoado de Torre Alta, localizado na margem Norte do Rio Ave e sobranceiro a este. A relação hierárquica entre o Padrão e este sítio apenas poderá ser assumida, porque na margem Norte do Ave não foi identificado um grande povoado, semelhante ao do Padrão que nos permitisse assumir uma relação hierárquica de dominação. A análise que se poderá entender desta possibilidade são duas, que os terrenos do Padrão passariam para a margem Norte do Ave e por outro, que o povoado de Tipo C de Torre Alta, estaria sob dominação de um outro povoado que não foi possível identificar. A nossa interpretação pende para a segunda hipótese.

O quadro de povoados integrados na categoria A, implantados em locais altimétricos diversificados, apresentam uma baliza altimétrica entre os 99 metros para o Castro de Penices (V.N. Famalicão) e os 413 metros para o Castro do Padrão (Santo Tirso).

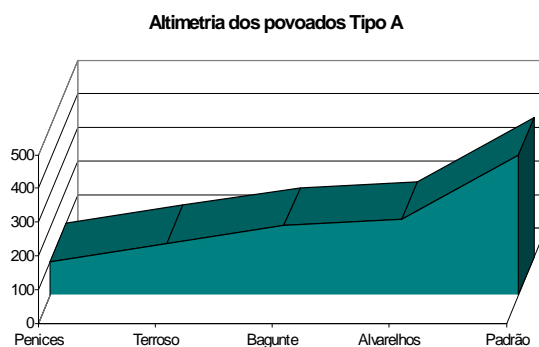


Gráfico 7

Esta variabilidade enquadra-se no tipo de geomorfologia dominante, pois tal como descrevemos no capítulo inicial, as elevações de terreno no Entre-Douro-e-Minho desenvolvem-se sob forma de anfiteatro natural (DINIS, 1993: 10; RIBEIRO, 1995: 269; MORAIS, 2005: 28; CARVALHO, 2008).

De outra forma, estamos convictos que esta variabilidade no perfil altimétrico poderá ter contribuído para alterações na forma de exploração e captação de recursos imediatos de cada povoado, sendo que a diversidade da matéria-prima disponível poderá ser um dos meios potenciadores deste mesmo tipo de localização.

Numa primeira análise à distribuição do povoamento na nossa área de estudo, sendo esta uma análise meramente informativa, é possível perceber que o povoamento castrejo concorda com a disposição actual dos concelhos. Ou seja, registamos em cada um dos concelhos^{XVIII} actuais pelo menos um grande Castro ou de Tipo A.

Numa extrapolação de dados podemos considerar, com as devidas reservas, que os grandes povoados funcionaram ao longo dos tempos como marcos paisagísticos, sendo mesmo espaços centrais estruturadores da paisagem.

Do espectro de povoados analisados para esta categoria, cerca de quatro destes casos (80% da amostra) encontram-se implantados em áreas de vale, normalmente nas imediações de um importante curso fluvial. Apenas num caso (Cividade de Terroso) (20%) se verifica uma implantação sobranceiramente à planície marítima, sendo um outeiro plenamente destacado da paisagem.

Este último povoado encontra-se numa aparente linha de povoados que, numa primeira análise se poderão enquadrar numa faixa de sítios fortificados que se localizam na linha

^{XVIII} Referimo-nos a Terroso, localizado no Concelho de Póvoa de Varzim, a Bagunte, no Concelho de Vila do Conde, a Alvarelhos, no concelho da Trofa, a Penices, no Concelho de Vila Nova de Famalicão e ao Monte Padrão, sito no Concelho de Santo Tirso.

de costa, sendo considerados por alguns investigadores como uma provável primeira linha defensiva do território em relação ao oceano e por outros, como ponto de orientação aos navegantes e às diversas comunidades circundantes (GOMES, 1996; et alli, 2005), podendo ter igualmente servido como marcadores territoriais das respectivas fronteiras.

Destes povoados, para além da Cidade de Terroso, que se situa na nossa área de estudo, destacamos outros mais a Sul, como os povoados de Guifões (Foz do Rio Leça - Matosinhos), Alvarelhos (Trofa) e Bagunte (Vila do Conde), se bem que estes dois últimos já se localizem em áreas de interior, de claro domínio da bacia fluvial do Ave/Este, apesar de ainda dominarem o território poente de forma considerável. A Norte de Terroso, os povoados de S. Lourenço (Esposende), Coto da Pena (Caminha), Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo), Castelo de Neiva e Cidade de Âncora (Viana do Castelo) encontram-se implantados na franja litoral e em posições de domínio (CARVALHO, 2008: 168).

Para a nossa área de estudo, a linha de água dominante é o Rio Ave, apresentando um caudal já intenso e com possibilidades de exploração dos respectivos recursos. O rio Ave é actualmente navegável num espaço de dois quilómetros desde a sua foz para montante (MILLET et alli, 2000), crê-se que no I milénio a.C. o seria até às Caldas das Taipas (CARVALHO, 2008), servindo toda uma linha de povoados que se dispõe na respectiva bordadura do seu curso.

Por outro lado, surge-nos uma outra linha fluvial, afluente do Ave, ao qual se dá o nome de Rio Este. Apesar de ser menor, sem o caudal e/ou potencialidade do Ave, apresenta em diversos pontos do seu curso, alguma potencialidade explorativa. Neste aspecto, a localização dos povoados de Penices e Bagunte parece conferir a esta linha fluvial uma aparente importância ao nível económico durante o I milénio a.C.

Para a Cidade de Terroso, apenas temos o registo de uma linha de água menor, precisamente o Rio Esteiro, que nasce no sopé da Cidade, não apresentando actualmente nem o caudal, nem a potencialidade de recursos dos Rios Ave e Este.

Terroso surge a cerca de 5 km (quarenta e cinco minutos a uma hora de marcha) do oceano Atlântico, o que poderá conferir uma outra matriz de recursos à respectiva área de influência, modificando a possível área óptima de recursos.

Nº Inventário	Povoado	Rio Ave	Rio Este	Rio Vizela
3	Cividade de Bagunte	4500	1500	
15	Castro de Penices	7340	200	
15	Castro de Alvarelhos	4000	12630	
16	Castro do Padrão	5000	17500	6000

Tab. 5 – Indicação das distâncias, em metros, entre os povoados de tipo A e os principais cursos fluviais.

Como se verifica em todos os sítios acima descritos, apresentam uma distância bastante acessível em relação a pelo menos uma linha de água importante, sendo perfeitamente exequível realizar o seu percurso, numa média entre os 30 minutos e a hora de marcha.

No caso de Bagunte (F3.K12) e do Monte Padrão (F16.T28), a localização destes povoados parece-nos bastante sugestiva ao implantarem-se em áreas centralizadas, permitindo um efectivo controlo privilegiado sobre dois importantes cursos fluviais: o vale do rio Ave e rio Este, para o povoado de Bagunte e a bacia dos rios Ave e Vizela para o Castro do Monte Padrão.

Em termos geológicos, 100% da amostra localiza-se em terrenos graníticos, apesar de, em alguns casos, os mesmos se situarem próximos de áreas quartzo-xistosas e de filões minerais. Neste caso, referimo-nos aos povoados de Terroso (F1.G6) (Póvoa de Varzim), e de Alvarelhos (F15.U15) (Santo Tirso), a cerca de 2,5 km de distância.

É possível aferir que a implantação destes povoados obedeceu a um critério plenamente consciente, ou seja, numa observação cartográfica, regista-se a “fuga” às zonas onde se concentram os terrenos xistosos (leptossolos), estando estes povoados localizados nas bordaduras destes mesmos filões (ver *anexo III*).

Esta vertente, apesar de apontar alguma curiosidade, terá a ver com a qualidade dos terrenos para a prática da agricultura^{XIX}, decorrentes da falta de tecnologia capaz de moldar os terrenos xistosos, normalmente, com o problema do substrato rochoso aflorar

^{XIX}Os leptossolos são limitados a uma profundidade inferior a 30 cm, por rocha contínua e dura ou camada cimentada contínua ou com menos de 20 % de terra fina até 75 cm de profundidade. Os leptossolos úmbricos não possuem horizontes de diagnóstico além do um A úmbrico, com ou sem horizonte B câmbico.

Estes solos derivados de xistos e demais rochas metamorizadas são muito evoluídos, detendo um nível de fertilidade química elevado. Devido ao deficiente arejamento associado a processos de redução, estes solos podem apresentar características gleicas abaixo de 100 cm. Têm por vezes alguma dificuldade na drenagem interna, diminuindo assim o tempo de sazão para a realização dos trabalhos de mobilização do solo. A mobilização destes solos fora do período de sazão e o sistema de mobilização baseado geralmente na charrua de aivecas e grades de discos, originam o aparecimento de camadas de impedância mecânica a cerca de 20 a 30 cm desfavoráveis para a drenagem interna do solo e crescimento radicular (in *PDM Póvoa de Varzim – Estrutura ecológica municipal*, pp. 15-16).

logo à superfície, carecendo conseqüentemente, de potência sedimentar adequada à boa prática agrícola, com particular incidência na fertilidade dos mesmos.

Por outro lado, e como se referiu, a falta de tecnologia que permitisse moldar estes terrenos terá sido o principal impedimento à implantação dos respectivos núcleos de povoamento nestas áreas.

É, de facto, curiosa a disposição dos povoados ao longo da bordadura xistosa, onde a implantação em cartografia dos respectivos anéis reais de influência, permitiram aferir uma aparente relação centrífuga, no que respeita ao estabelecimento dos núcleos de habitat e a geologia da área circundante, dando-se uma aparente preferência pelos terrenos graníticos e outras rochas eruptivas^{XX}.

i) Distribuição de povoamento

Quanto à distribuição quantitativa dos sítios enquadráveis na categoria B, localizam-se normalmente, nas imediações de castros de categoria A, o que poderá indicar um rede distributiva da população, em relação ao Castro principal, se bem que a “fuga” de populações do Castro principal poderá ficar a dever-se a causas meramente relacionadas com um possível aumento demográfico, assim como se poderá relacionar com uma ocupação, aparentemente propositada, com fins associáveis à exploração dos recursos da natureza (MARTINS, 1990).

Para esta tipologia de sítios os indícios de uma ocupação romana costumam ser poucos, como se verifica em S. Félix, Argifonso, Boi e Facho. Destes sítios, apenas se conhecem fragmentos de *tegulae* e *imbrex*, de cariz residual, não podendo considerar-se ter havido uma ocupação romana efectiva.

Destes quatro sítios, em Argifonso e Boi, existem registos de uma provável ocupação medievá do espaço, podendo estes mesmos materiais serem pertencentes a esse período, não sendo, portanto, de filiação romana. Por outro lado, as referências incluem pequenas descrições de recolhas de materiais indígenas e de estruturas circulares no seu topo.

Desta forma, é o Castro Boi que ganha relevo, pelo facto de ter sido um dos locais de destaque em épocas medievais, registando-se cerca de 40 documentos, que se incluem

^{XX} Os **cambissolos húmicos** derivados de rochas eruptivas possuem elevada permeabilidade, sendo pobres em calcário e numa maneira geral em bases de troca. São deficientes em ácido fosfórico e, por vezes, também em potássio assimilável, não obstante o granito possuir minerais em cuja constituição entra o potássio, como sejam os feldspatos potássicos e as micas. Devido à sua textura ligeira estes solos são fáceis e trabalhar (id ibidem).

no *Portugaliae Monumenta Historica*^{XXI}. A pervivência deste sítio, poderá estar relacionada com a presença a curta distância da provável Via “*per loca maritima*” (*futura Via Veteris*) (ALMEIDA, 1969; ALMEIDA, 1980), que passaria a poente do Castro de Alvarelhos e que terá adquirido ainda mais importância na época medieval. A localização do mosteiro de Vairão no sopé do monte onde se implanta o Castro Boi, é um perfeito indicador desta possibilidade.

Outro caso, que nos parece mais curioso, é o Castro de S. Miguel-o-Anjo (Calendário – V. N. Famalicão), onde se verificam diversos fragmentos cerâmicos com clara filiação romana, designadamente, material anfórico^{XXII} e um conjunto de *numus*, destacando-se dois denários de Augusto, da série de *Caius* e *Lucius*, assim como dois asses do mesmo imperador e uma outra moeda do reinado de Constantino (CENTENO, 1987: 112; DINIS, 1993: 56).

Esta situação poderá justificar-se pela proximidade deste sítio, em relação à Via XVI (*Cale-Bracara*), o que poderá querer, igualmente, dizer que em virtude desta pequena distância em relação a esta via (cerca de 1000 metros), este sítio poderá ter usufruído de um estatuto próprio, bem como uma longa pervivência, face a esta mesma condição. Não será de todo descabido afirmar, que o Castro de S. Miguel-o-Anjo, poderá ter servido como *mansio* servindo de apoio aos caminhantes que rumavam a *Bracara Augusta*, vindos de Alvarelhos e/ou *Cale*, em épocas romanas.

Ao nível da respectiva implantação, todos estes sítios se localizam nas imediações de terrenos de elevada aptidão agrícola.

Quanto ao Castro do Facho, este localiza-se paralelamente ao Castro de S. Miguel-o-Anjo, distando cerca de 1,61 km. Deste sítio apenas temos referências a materiais de superfície de cariz residual, onde se poderá balizar cronologicamente uma ocupação entre o Bronze Final e a entrada na nossa Era, apesar de serem muito poucos os achados específicos desta fase.

^{XXI} *P.M.H.* – nº 16, 24, 112, 198, 216, 249, 281, 308, 318, 321, 333, 352, 353, 414, 415, 453, 460, 461, 462, 480, 483, 489, 495, 497, 501, 510, 518, 520, 524, 527, 529, 530, 571, 629, 795, 814, 846, 861, 881, 932.

^{XXII} Deste material não são especificados a categorias a que pertencem, pelo que não poderemos, por conseguinte, aferir uma possível origem e prováveis rotas de comércio. Contudo, por se localizar contíguo à Via XVI de ligação a *Bracara*, cremos que os objectos de comércio sejam em tudo idênticos aos verificados, por exemplo, para o Castro de Guifões, *vicus* de Alvarelhos e o *vicus* de *Oculis* (Caldas de Vizela). Extrapolando para outra faixa geográfica, os exemplos relativos ao Outeiro dos Picotos ou da Felícia (Fonte Boa - Esposende) e Forte de Lobelhe (V. N. de Cerveira), poderão revelar-se semelhantes a este nível.

Resta-nos contudo, saber o grau de importância deste sítio no contexto castrejo, pois, pela falta de escavações sistemáticas assumimos, a partir do acervo cerâmico recolhido em anteriores trabalhos (DINIS, 1993) que este poderia ser um sítio de relativa importância, face à escassez de sítios de Tipo A nas imediações.

Estamos por isso convictos que o Castro do Facho sobreviveu a todo o Iº milénio a.C., sendo particular a sua tipologia. Referimo-nos obviamente ao seu grau Tipo B, bastante raro no contexto da Fase I da Idade do Ferro, o que nos leva a considerar a possibilidade de terem havido diferentes formas de povoamento que terão permanecido desde o Bronze Final. De outra forma, esta condição poderá ser um indicador de uma possível centralidade do Castro do Facho, relativamente aos terrenos circundantes.

A proximidade em relação ao Castro de S. Miguel-o-Anjo faz supôr numa evolução de povoamento decorrente da necessidade de alargamento das áreas arroteadas, assim como forma de marcação territorial. Por conseguinte, considera-se a pervivência destes dois sítios em relativa proximidade como o alargamento do espectro económico, conferindo uma aparente relação com o Rio Ave, que dista poucos quilómetros de S. Miguel-o-Anjo. Então, os contactos comerciais documentados a partir do século II a.C. e nos quais se regista para este período um aumento de materiais de origem meridional em várias estações vizinhas (Castro de Penices, por exemplo) poderão ter como exemplo o Castro de S. Miguel-o-Anjo, exemplificativo desta mudança idiossincrática das sociedades castrejas.

Da mesma forma, relacionámos estes dois sítios com uma rota natural de intercâmbio comercial^{XXIII} que levaria o ouro da Lagoa Negra (Laúndos, Póvoa de Varzim), passando por S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), Penices, Facho, S. Miguel-o-Anjo (V. N. Famalicão), Torre Alta, Padrão (Santo Tirso) e Sanfins (Paços de Ferreira).

Esta rota ganhará um cariz mais permanente a partir da romanização. Estas são, no entanto, apenas conjecturas face aos diversos momentos crono-tipológicos evidenciados a partir de dados recolhidos em anteriores trabalhos (DINIS, 1993).

Quanto aos povoados de Tipo C, como se referiu anteriormente, implantam-se sobretudo nas áreas marginais das linhas fluviais, de forma sobranceira a estas, bem como em terrenos predominantemente aluvionares, de conhecidas capacidades agrícolas e de grande fertilidade.

^{XXIII} O desenvolvimento desta possibilidade será amplamente discutida nos capítulos referentes à romanização deste território, designadamente nos pontos relativos à viação romana.

Para a nossa área de estudo, o conjunto de povoados inventariados, localizam-se preferencialmente na bacia do Ave. Assim, foram registados sete casos, dos quais cinco se implantam nas margens do Rio Ave, portanto, 71.42% da amostra.

Nas margens do Rio Este, apenas registamos um único caso, o Castro de Casais (14.28%), que se implanta numa pequena elevação de terreno sobre esta mesma linha.

Nas margens do oceano Atlântico identificamos igualmente um caso, o Castro de S. Paio (14.28%), Labruge.

	Rio Ave	Rio Este	Atlântico
Povoados Tipo C	71.42%	14.29%	14.29%

Tab. 6 – Percentagens relativas à ocupação do território nas margens das vias de comunicação naturais.

Como se constata, o Rio Ave terá funcionado como o principal pólo dinamizador e centralizador do povoamento indígena, sendo a linha orientadora de praticamente $\frac{3}{4}$ dos sítios de tipologia C.

A implantação nas margens das linhas fluviais, beneficiando de excelentes terrenos para a prática agrícola, parece ter sido o principal critério idealizado por estas comunidades. Mais tarde, com o advento da romanização, este critério tornar-se-á bipolar, ou seja, para além do aproveitamento agrícola dos terrenos férteis, também agora estes sítios serão integrados na rede comercial romana, consoante localizações mais específicas em termos geo-estratégicos. Será o caso de Retorta, Ferreiró, Santagões, S. João e Torre Alta.

O primeiro localiza-se numa área preferencial, ao dominar o curso do Ave, tanto a montante como para jusante. A comprovar esta rede de comércio, o registo dos vidros de cronologia romana, estudados por Jorge e Adília Alarcão em 1963 (197-199), tendo sido possível efectuar uma balizagem cronológica para as peças entre o século I d.C. e o século IV d.C.

As peças exumadas são particularmente numerosas em contextos do Noroeste Peninsular, sendo integradas no grupo das taças caneladas ou *Phiales Côtelées*. Foram registadas as formas *Isings 3*, nomeadamente, uma com pança baixa, com nervuras alongadas até à base, a qual a autora (ALARCÃO, J. e A., 1963: 197), compartimentou

num subtipo A. Igualmente, uma peça com a pança profunda e com nervuras alongadas até à base (Tipo B) e uma terceira, com as nervuras cortadas sobre a pança (Tipo C).

Datadas do século I d.C., encontram-se na tipologia mais emblemática encontrada em substratos indígenas (MOREIRA, 2002: 145).

Encontram-se diversos paralelos por todo o Noroeste, nomeadamente em Alvarelhos (MOREIRA, 2002: 145), em Monte Mózinho, Penafiel (SOEIRO, 1984, 186, fig. LXXXIX nº 9, 203, fig. XCIV, nº 12), no Castro do Monte de Santa Maria, Vila da Feira (ALARCÃO, 1971: 31-33, Est. II, nº 17), no Castro de Bagunte, Vila do Conde (ALARCÃO, 1971: 31-33, EST. II, nº 18-19), na Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim (ALARCÃO, 1971: 34, Est. II, nº 21), Citânia de Briteiros, Guimarães (ALARCÃO, 1963: 15, Est. III, nº 9, Est. IV, nº 28), Carvalheiras, Braga (DELGADO; LEMOS; 1984, 162, Est. IV, nº 17), Citânia de S. Julião, Vila Verde (MARTINS, 1988: 222).

Por fim, foi exumada uma taça, igualmente em vidro, datável do século IV d.C. (ALARCÃO, 1963, 197; MOREIRA, 1997: 29-30, Est. XIV, 71-75; 2002: 145-146).

Por outro lado, a passagem de uma provável via romana (ALMEIDA, 1968; ALMEIDA, 1980), nas imediações do Castro de Retorta poderá ser um perfeito indicador da importância deste local no processo de redistribuição económica romana.

O Castro de Ferreiró apresenta no respectivo acervo cerâmico recolhido e armazenado no Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila do Conde, fragmentos de cerâmica micácea decorada, com paralelos ao Castro Máximo, Braga e ao Monte Padrão, Santo Tirso. Para além destes achados, um bordo para provisões, tipo *dolium*, com ressalto interno para assentamento do testó (DINIS, 1993: 49-50).

O Castro de Santagões, apresentando idênticas características geomorfológicas, localiza-se numa pequena elevação de terreno, com grandes possibilidades estratégicas, nomeadamente, o controlo do curso do Ave a montante e jusante, para além de se situar adentro do território de 45 minutos relativamente à Cividade de Bagunte.

Este sítio foi em tempos considerado como um possível acampamento militar romano (DINIS, 1993: 42). Apresenta-se actualmente bastante destruído, quer pela extracção de pedra, quer pelo intenso eucaliptal que domina a vegetação do sítio^{XXIV}.

^{XXIV} No âmbito desta dissertação efectuamos uma pequena visita ao local, no sentido de avaliarmos e identificarmos possíveis estruturas que ainda fossem visíveis e que foram descritas por António Dinis (1993: 42), quer os materiais que ainda poderiam ser visíveis no solo. No entanto, apenas constatamos que o local se encontra em perfeito abandono, muito delapidado, face à exploração

Os materiais recolhidos aqui por António Dinis (1993: 42), apresentam uma clara filiação romana, não sendo contudo, especificadas as suas características morfo-tipológicas.

Por outro lado, a importância deste sítio no contexto da romanização terá sido relevante, pois crê-se que nas suas imediações (Sudeste) passaria a *Via per loca maritima*, futura *via veteris*. Actualmente, apenas se consegue observar a localização da ponte D. Zameiro de cronologia medieval.

No entanto, este sítio pelas condições extraordinárias da sua localização, poderá ter sido um dos importantes pólos de redistribuição de produtos vindos pelo Atlântico em época romana, prosseguindo posteriormente, pela *Via per loca maritima*, em direcção a Alvarelhos e/ou Bagunte.

O Castro de S. João, pela sua implantação teria sido um importante sítio arqueológico. Sobranceiro ao Rio Ave, domina plenamente a foz deste rio o que lhe poderia conferir um cariz militar acentuado e/ou um possível entreposto marítimo, uma primeira porta de entrada para o território de vale e onde se localizam os importantes sítios de Alvarelhos e Bagunte.

Actualmente, implanta-se no seu topo o mosteiro de Santa Clara, bem como parte da estrutura urbana que terá sido desenvolvida a partir da época medieval, com a construção do referido mosteiro.

Não havendo indícios de ocupação castreja e romana, apenas se poderá adivinhar uma possível ocupação pela excelente localização, assim como pelo registo em documentos datados de 953 (Cfr. FERREIRA, 1923: 11 *citado em* DINIS, 1993: 100), numa venda na qual se faz referência à existência de um castro neste espaço.

O Castro de Torre Alta, localizado de forma sobranceira, na margem Norte do Rio Ave, encontra na sua implantação uma excelente relação, beneficiando de uma economia agro-silvo-pastoril, assim como uma provável exploração dos recursos fluviais.

Das poucas referências a este sítio, algumas referem a existência de uma pequena torre no local, entretanto destruída, com o objectivo do aproveitamento da pedra para a execução de uma ponte sobre o rio Ave (Cfr. LIMA, 1956, 225-227 *citado em* DINIS, 1993: 60). Recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos de cariz indígena, assim como

da pedra, onde pudemos visualizar grandes cortes no afloramento e grandes áreas abertas. De outra forma, o cariz de abandono deste sítio também se reflecte no intenso eucalptal que domina a vegetação, não sendo actualmente possível a visualização do solo. Por isso, não deciframos quaisquer estruturas, nem materiais cerâmicos e outros.

de filiação romana, destacando-se o fragmento de lucerna encontrado pelo Abade Pedrosa, assim como alguns fragmentos de mós e material laterício (DINIS, 1993: 60).

Anteriormente, referimo-nos a um provável eixo de comunicação que ligaria a Lagoa Negra, S. Pedro de Rates, Penices, Facho, S. Miguel-o-Anjo, Torre Alta, Padrão e Sanfins. Apesar de desenvolvermos esta possibilidade em capítulos posteriores, fica aqui o registo de uma provável rota comercial pré-romana que ligava os vários estabelecimentos, assim como a distribuição dos produtos metalíferos explorados nas diversas jazidas. Estamos convictos que esta exploração terá ganho preponderância em épocas romanas.

Este sítio domina plenamente a paisagem circundante, de montante a jusante do rio Ave, pelo que seria um excelente ponto de redistribuição dos produtos comerciais que viriam pela linha fluvial e agrícolas, produzidos nos campos adjacentes, com destino quer ao Castro do Padrão, quer para a Citânia de Sanfins, assim como com destino a S. Miguel-o-Anjo, Facho e Penices.

Ao nível militar, a existência de uma Torre, poderia conferir alguma importância ao sítio, nomeadamente, no controlo efectivo da linha fluvial, protegendo tanto a margem Norte como Sul.

A Romanização

5. O povoamento na época romana

a) Conquista e ocupação do território

As transformações operadas no Noroeste Peninsular a partir do século II a.C., trouxeram uma nova forma de estabelecimento, uma nova geografia ao mundo indígena.

É assente na comunidade arqueológica, que um dos marcos cronológicos mais importantes no quadro historiográfico do Noroeste Peninsular, dá-se entre 138/136 a.C, no momento da passagem, rumo aos terrenos sobre o Douro, de Décimo Júnio Bruto, Governador da *Hispania Ulterior*.

A mutação social e organizativa do mundo indígena culmina com a reorganização do território por Augusto, aquando da criação das três capitais conventuais *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, perfazendo um triângulo administrativo que, juntamente com as capitais regionais e de *Civitates*, perfilharam as mudanças definitivas no mundo organizacional indígena.

Esta reorganização do território provocará alterações fisionómicas da paisagem, incidindo fundamentalmente no aumento das áreas de cultivo e das rotas de comércio, bem como nas alterações arquitectónicas dos grandes *oppida* cabendo-nos aferir que neste período de contacto com os primeiros contingentes romanos se denota, arqueologicamente, uma aumento das linhas de muralha, o aparecimento de elementos ao nível do simbolismo indicando alterações sociais, como as estátuas de *Guerreiro Galaico*, assim como indícios de um proto-urbanismo emergente e o registo mais insistente de cerâmica de importação proveniente das zonas meridionais.

Por outro lado, regista-se uma nova forma de estabelecimento, sem preocupações defensivas, mais próximas dos recursos a explorar, assim como das linhas de comércio naturais, precisamente a rede fluvial, planície marítima e rede viária.

A reorganização do território implementada por *Augusto*, parece ter incidido especialmente nas áreas e povoados indígenas mais desenvolvidos social e economicamente, denotando-se, dessa forma, uma aparente hierarquização do território indígena (SILVA, 1986; MARTINS, 1990; CARVALHO, 2008). De forma heterogénea, esta linha hierárquica terá beneficiado um conjunto de povoados que, à luz dos finais do Iº Milénio a.C., apresentava um emergente desenvolvimento, quer nas relações de domínio perante outro conjunto de povoados e vias de comunicação, quer

na centralidade territorial demonstrada, com exemplos claros na influência exercida na paisagem, nos elementos de ourivesaria existentes e nos materiais cerâmicos de importação aqui recolhidos^{XXV} (MARTINS, 1990).

De fora ficaram outras áreas, que por não se situarem em zonas territoriais de exposição exógena mais facilitada, não apresentam os mesmos níveis de desenvolvimento (LEMOS, 1993). Dentro deste quadro ficam as áreas de Trás-os-Montes e Zamora, prolongando-se este território até à zona arqueológica de “*Las Médulas*” (CARVALHO, 2008).

Os primeiros contactos com os contingentes romanos parecem ter provocado na fisionomia dos povoados alterações profundas. O contacto com o mundo clássico parece ter acelerado este desenvolvimento estrutural do mundo indígena, culminando com o domínio pleno e o progressivo abandono das anteriores formas de habitat em detrimento de outras.

Um novo estado ocupacional do território começa a ganhar forma, sendo a partir da passagem de *D. Júnio Bruto* que começam a ser mais visíveis mudanças físicas nos povoados.

Já anteriormente, o interesse demonstrado por Roma na *Hispania* parece associar-se a uma eventual ligação económica, face ao conhecido potencial da Península e das diversas zonas plenamente circunscritas, que demonstravam uma especial riqueza mineral (BLÁSQUEZ MARTINEZ, 1977; TRANOY, 1981). Esta aferição é corroborada pelos autores clássicos como *Estrabão*, *Plínio*, *Posidonius*, *Silius Italicus* e *Floro* (CARVALHO 2008: 81).

Estrabão (III) e *Plínio* (XXXIV, 47) referem, de forma precisa, que:

[“...a terra dos iberos estaria cheia de metais...” e “...que o ouro não estaria somente nas minas, mas também surge nas águas dos rios e nas torrentes...”] (ESTRABÃO, III)

[“...é sabido que o estanho é um produto da Lusitânia e da Galécia...”] (PLÍNIO, XXXIV,47).

b) Incursões a Norte do Douro

Servílio Cipião inicia as campanhas contra os *Galaicos* e *Vetões*, no que se tornará a primeira abordagem aos terrenos a Noroeste.

^{XXV} Entre estes materiais, encontra-se a cerâmica de proveniência Itálica, como os contentores anfóricos vinários, cerâmicas campanienses, lucernas, entre outros (FABIÃO, 1998c: 184).

Em 138 a.C., *Décimo Júnio Bruto* assume o controlo do governo da *Hispânia Ulterior*, sendo registados diversos estabelecimentos deste general por todo o território actualmente português. Refere-se que terá fortificado *Olisipo* (Lisboa) e terá usado *Moron* (Chões de Alpompé, Santarém) como base operacional. Também se regista que terá obrigado a cidade de *Talabriga* (entre a Douro e Vouga) a render-se (ARRUDA, 1998b: 166-167).

Dirigiu preferencialmente os seus ataques ao Noroeste Peninsular, travando batalhas intensas contra os *Galaicos*. Este general terá atravessado o Douro, ultrapassando o Lima e estabelecendo-se nas margens do Rio Minho (MARTINS, 1990: 166).

Através de *Apiano* (id ibidem), tem-se conhecimento que terá unicamente existido uma batalha entre o contingente romano e os *Bracari*. Esta batalha teria ocorrido a 9 de Junho de 137 a.C., tendo sido comemorado o feito ao construir-se um templo em Roma (TRANOY, 1981: 128; MARTINS, 1990: 166). Contudo, as marcas desta indissociável passagem de *Brutus* pelos terrenos a Norte do Douro, revelam a provável ocorrência de mais conflitos, alguns indicadores de grande violência.

Na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), uma dessas batalhas terá deixado marcas desta imputável passagem, ao terem sido registados níveis de cinza e destruição^{XXVI}, cronologicamente integráveis neste período (FABIÃO, 1998c; GOMES et alli, 2005).

A passagem do general *D. Júnio Brutus* terá servido como uma posição clara de força, indicando às populações indígenas a intencionalidade que estaria por detrás deste ataque, indicando igualmente à comunidade arqueológica ser este um marco decisivo em termos cronológicos no Noroeste Peninsular, quer pela importância ao nível político, quer nas consequências que daí advirão ao nível da estruturação dos habitats indígenas a partir deste ponto.

Relativamente a estas mudanças físicas no espaço indígena, denota-se a partir de certa altura, alterações substanciais na arquitectura dos espaços na Cividade de Terroso,

^{XXVI} O registo deste nível de cinza foi efectuado na Casa VII, onde se exumou, abaixo desta camada espessa de cinza e destruição, os níveis referentes à Fase II, entre 500 e 200 a.C.. A partir do “nível de *Brutus*”, ergue-se um outro, atribuível à Fase III desta cividade. Nesta fase, os níveis superiores atestam claramente a crescente influência romana, na reorganização urbanística e no espólio material. Dá-se um reposicionamento das construções (GOMES et alli, 2005: 113), alteração da dimensão e formas, novas técnicas construtivas e aparecimento das construções quadrangulares e o registo da *tegulae* como material de cobertura, exumado nos vários níveis de derrube.

aferindo-se níveis claros de romanidade, do ponto de vista material^{XXVII} e estrutural. Verificam-se traçados mais rectilíneos e alterações fisionómicas nas habitações, passando das tradicionais “casas redondas” castrejas, para estruturas habitacionais quadrangulares e rectangulares.

Neste contexto de conflito aparente, crê-se que os *Galaicos* terão conservado alguns dos seus privilégios, ao registarem-se indícios de abertura comercial mais notória com o Sul da Península e com o restante mundo romano, bem como pela manutenção de parte dos anteriores espaços indígenas, especificamente os *oppida* de grandes dimensões, que terão sobrevivido até pelo menos o início do século II d.C.. Outros terão evoluído e mantido a sua posição de domínio dentro do quadro administrativo romano, até pelo menos ao século III e IV d.C..

Estes contactos exógenos parecem ser confirmados, quer pelo aumento dos materiais e do comércio provenientes do mundo meridional, assim como a presença de alguns tesouros monetários nos mais importantes *oppida* da região, o caso de Alvarelhos (MARTINS, 1990: 166; DINIS, 1993; MOREIRA, 2002, 2004), Sanfins (SILVA, 1986) e no Castro de Penices (DINIS, 1993). Alvarelhos apresenta um tesouro monetário do reinado de Augusto, podendo ser eventualmente uma consequência da instalação do contingente militar romano neste espaço.

Entre este período e as campanhas de César na Península, em 61 a.C., a historiografia é omissa, registando-se uma nova campanha no território em 96 a.C., com propósitos económicos subjacentes.

A passagem de César pelo território é associada a um conjunto de sítios, de cariz militar, sendo possível perceber a rota deste governante, especialmente na zona centro do actual território português. Um desses sítios é o estabelecimento militar da Lomba do Canho (FABIÃO, 1988; 1998f: 191-192; PERESTRELO, 2002: 128).

César viria a efectuar diversas campanhas a Noroeste da península, talvez com uma finalidade económica, exclusivamente na zona litoral, chegando a atacar o local onde se viria a formar a cidade costeira de *Brigantium* (Corunha) (MARTINS, 1990: 166).

As incursões de Júlio César pela Lusitânia terão provocado as deslocações das povoações para as terras acima do Douro, explicando-se talvez o aumento dos materiais de importação e dos níveis comerciais ocorridos por esta altura.

^{XXVII} Entre estas alterações constata-se o paulatino registo de materiais de importação de proveniência itálica, sobretudo cerâmica campaniense, moedas republicanas e ânforas vinárias (MARTINS, 1990: 165).

Mais tarde, em 27 a.C. dá-se a chegada de Augusto à *Hispania* e o início do domínio pleno do território peninsular. A 26 a.C. inicia as campanhas contra os Ástures e Cântabros (Guerras Cântabras), sendo frequentes as inúmeras batalhas, avanços e recuos do domínio romano na Península, culminado a 19 a.C. na conquista definitiva do Noroeste Peninsular e com a dominação efectiva dos Ástures e Cântabros, assim como os Galaicos, que se crê que já o teriam sido por volta de 26 a.C.. Esta possibilidade advém do facto de *P. Carisius*^{xxviii} ter efectuado um ataque militar contra os Ástures, entre 27 e 24 a.C. a partir da região litoral (MARTINS, 1990: 166).

Em 19 a.C., com a dominação efectiva do território, Augusto reorganiza administrativamente a *Hispania*, por forma a combater a desigualdade existente, assim como a efectivação de um controlo mais ajustado à nova geografia do Império.

Com efeito, será nos finais do século I a.C. ou mesmo no início do século I d.C que se fundará a cidade de *Bracara Augusta*, integrando-se a mesma no triângulo administrativo promovido por *Augusto*, na referida reorganização do território. A par de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusti*, *Bracara Augusta* será o centro administrativo da área mais ocidental da Província da *Tarraconensis*, dominando os terrenos e as povoações até às margens do Rio Douro.

5.1 Quadro do Povoamento Romano

a) Tipologias de assentamento

Como refere Férmin Pèrez Losada (2000; 2002: 15) na publicação acessória à sua tese de Doutoramento, o povoamento romano enquadra-se nos parâmetros de civilização urbana, sendo **a cidade** [*“a principal forma de ocupação do espaço, o modelo ideal que estrutura toda a paisagem do mundo clássico”*].

O Império é formado por uma múltipla rede de cidades-estado, nas quais é possível observar uma extensa e variada teia de relações sociais, políticas e comerciais, assim

^{xxviii} Aliás, temos o registo de uma moeda de *P. Carisius* no Castro de Penices (DINIS, 1993: 52; ALARCÃO, 1995: 398), datada entre 25 e 23 a.C., com associação a um nível de derrube de uma habitação. De facto, este achado, ainda que incipiente, poderá aferir o pressuposto que a área nesta altura estaria já sob domínio romano. Numa outra perspectiva, aferimos que *P. Carisius* poderá mesmo ter efectuado o seu ataque contra os Ástures a partir do Castro de Penices. Contudo, esta será apenas uma mera possibilidade, tendo-se ressalvado por conseguinte todas as interpretações passíveis de serem aferidas a partir deste elemento cronológico. Com efeito, a sustentar esta linha interpretativa, registou-se inúmero material exógeno ao povoado como cerâmica *campaniense* de cor clara e verniz negro de boa qualidade, um fragmento de *sigillata itálica*, metade de uma lucerna de volutas decorada com duas figuras e fragmentos de um pequeno vaso de paredes finas, com decoração vegetal, além de grande quantidade de material anfórico vinário, alguma de época republicana (DINIS, 1993: 52).

como uma hierarquização de povoamento óbvia, com uma ocupação dos espaços sempre em função de uma lógica comercial.

Contudo, nem só das cidades vive o Império. Necessita para sobreviver de fontes de exploração capazes de dar rendimento à máquina estatal movendo os motores das cidades, fomentando a vida urbana. É esta a visão do mundo romano visível por toda a Europa. Considera-se a cidade como a forma de vida ideal, o local principal de uma elite social, onde os jogos políticos proliferam avidamente.

A estruturação da paisagem romana encontra no mundo rural a base de apoio às idiossincrasias urbanas, precisando do campo para subsistir e desenvolver (*ibidem*). Tal como hoje, o fornecimento dos produtos que alimentam a *urbe* é proveniente do campo, estabelecendo-se um círculo dinâmico em movimentos centrípetos campo/cidade. A cidade funciona como uma força magnética que absorve toda a massa produtiva rural, daí as formas de estabelecimento se localizarem, preferencialmente, de forma circundante aos núcleos urbanos e/ou ao longo das vias de acesso a esses mesmos núcleos.

Tendo em consideração esta lógica, que subjaz à génese do povoamento romano no vale do Ave, torna-se possível o agrupamento em núcleos, consoante o perfil tipológico específico. Este quadro apresenta-se sob uma bipolarização conceptual, balizando-se entre o perfil urbano/rural e/ou agrupado – *ciudades, vici e Castella* – e o mundo rural e/ou disperso e individual – genericamente denominadas por *villae*, granjas e casais (*id ibidem*). Neste grupo poderão enquadrar-se, igualmente, as *stationes, mutationes e mansiones*, que se associam à rede viária..

Com efeito, esta forma de compartimentação do habitat romano encontra paralelos em outras áreas do Império. Referimo-nos à área circunscrita do vale do Côa, onde se evidenciam inúmeros núcleos num território que se crê, essencialmente, rural. Para o território actualmente espanhol, na província de Salamanca desenvolvem-se os mesmos modelos de povoamento (PERESTRELO, 2002).

b) Civitates, Vici, Castella

O modelo das *civitas* é o que melhor espelha a ideologia subjacente à romanização no nosso território. É uma mistura entre a *Urbs* (núcleos urbanos) – espaço de criação e desenvolvimento das ideologias - e o *Territorium* (mundo rural circundante aos núcleos urbanos) – espaço onde se localiza a massa produtiva (PÉREZ LOSADA, 2002: 15).

Por outro lado, para além da conceptualização bipolar Cidade/*Villae* encontramos outros conceitos intermédios associados ao mundo rural como os *Vici*^{XXIX} e os *Castella*^{XXX}.

Para a área em estudo - a franja litoral e a vertente do baixo Ave - a tipologia de assentamento perfila-se e insere-se no denominado mundo rural, estando subjacentes diversos estabelecimentos consubstanciados na sua maioria em meros achados ocasionais onde se registam alguns elementos cerâmicos, que nos possibilitam inferir determinados pressupostos, assim como perceber que o grosso do povoamento rural procedeu-se consoante a disposição das vias terrestres e ao longo das vias de comunicação naturais, como os rios Ave e Este, e a franja marítima.

Estamos perante uma tipologia de povoamento de matriz agro-silvo-pastoril e mineira localizando-se essencialmente entre a *urbe Bracara Augusta* e a capital de *civitas Cale* (Porto) e, com as devidas reservas, *Oculis* (Caldas de Vizela). Mais a Sul domina a capital de *civitas Tongobriga* (Marco de Canaveses).

Pérez Losada (2002: 329) aponta exemplos, do ponto de vista jurídico-administrativo, referindo o caso do povoamento da zona da Terra Chá (Lugo). A influência exercida pela proximidade de um núcleo urbano como *Lucus Augusti* polarizou toda e qualquer influência ao nível político, social e económico, não se verificando quaisquer capitais administrativas numa franja de terreno alargado, sob influência da capital de *Conventus*. Com efeito, a proximidade da nossa área de estudo a *Bracara Augusta* faz perceber de imediato alguma semelhança relativamente à área *Lucense*. Verificamos uma simetria na forma como os primeiros aglomerados secundários se dispõem relativamente à capital *Bracara*.

Verificamos que os vértices do triângulo administrativo referente à área de influência da capital bracarense, se alongam até a uma faixa de 21 quilómetros (em linha recta), sendo que no vértice Sudeste se implanta a capital de *Civitas Oculis* (Caldas de Vizela)^{XXXI} e

^{XXIX} Os *vici* enquadram-se num tipo de estabelecimento secundário onde, ao contrário dos núcleos primários por excelência, as cidades, carecem ou estão limitados na função política visível nos núcleos urbanos principais. Fontes clássicas aferem que depois das cidades e *villae*, é a forma de habitat mais comum existente no mundo romano. O *vicus* rural encontra então semelhanças com o *vicus* urbano, ou seja, um agrupamento de casas individualizado, sem sistema defensivo, mas localizado *in agris*, ou seja, em território rural (PÉREZ LOSADA, 2002: 26-27).

^{XXX} Os *castella* são povoados, na sua maioria fortificados, genericamente, de matriz indígena.

^{XXXI} *Oculis* (Caldas de Vizela) poderá ter sido, efectivamente, capital de *civitas* e *vicus* termal, de acordo com os apontamentos do *Parochiale Suevo* (CARVALHO, 2008: 209), que indicam que este sítio terá sido sede de paróquia, a par de *Tongobria* ou *Tongobriga* (Marco de Canaveses).

no vértice Sudoeste cremos que existiria um outro local de referência ao nível político-administrativo, contudo a análise arqueológica até agora efectuada não permitiu, com segurança, identificar os mesmos padrões de povoamento existentes por exemplo em *Oculis* e Meinedo (*Magnetum*). Neste aspecto, consideramos o Castro de Penices^{xxxii}, como um provável centro administrativo, que terá usufruído de um estatuto próprio no contexto regional, aspecto este que pretendemos desenvolver ao longo desta exposição.

Comprovadamente a Sul, o Castro de Alvarelos terá funcionado como *vicus* viário, pois implanta-se a cerca de 1 quilómetro da via *XVI Cale-Bracara* e da via “*per loca maritima*” (futura *via Veteris*). Este castro localiza-se a cerca de 16 quilómetros da capital de *Civitas Cale* e a cerca de 13 quilómetros do Castro de Penices. Ao implantar-se a meio caminho, terá sido um apoio a quem efectuaria a viagem entre *Cale* e *Bracara*. Por se localizar numa área com excelentes terrenos agrícolas, terá beneficiado de uma centralidade exclusiva.

Os estabelecimentos de fundação indígena funcionaram como pontos orientadores e reguladores da actividade social e económica das populações, sendo a ligação administrativa entre a capital conventual *Bracara Augusta*, capitais de *civitates* e os diversos estabelecimentos rurais que, paulatinamente, foram sendo assimilados e integrados em termos político-sociais pela administração romana.

O Castro de S. João (Vila do Conde), Castro de Penices e Castro das Eiras (V. N. Famalicão) terão funcionado como prováveis centros administrativos, adquirindo funções intermediárias entre os vários *vici*, as capitais de *civitates* e a grande capital administrativa do *conventus*, tendo mesmo funcionado como núcleos centrais dos diversos *populi* da região. Outros não terão sido integrados na rede de capitais de *civitates* criadas na época Flaviana, tendo esmorecido a sua importância a partir dessa fase (PÉREZ LOSADA, 1998: 166). Falamos da Cidade de Terroso, Cidade de Bagunte, entre outras.

O processo de criação, por parte da administração romana, dos lugares centrais com alguma responsabilidade jurídico-administrativa, teve em consideração o povoamento pré-romano existente no Noroeste Peninsular. Por isso, toda e qualquer análise deverá

^{xxxii} Esta assunção deriva da análise espacial que pretendemos desenvolver posteriormente neste capítulo.

incidir sobre os diversos *Castella* existentes um pouco por todo o Noroeste Peninsular (CARVALHO, 2008).

Com efeito, os vários ensaios sobre esta temática, procurando dar alguma resposta sobre o processo de povoamento romano, consubstanciaram as formas de estabelecimento pré-romanas, principalmente, a análise aos prováveis espaços centrais indígenas que, para determinados autores (TRANOY, 1981; SILVA, 1986; MARTINS, 1990; ALARCÃO, 1992, 1995-96; ALMEIDA, 1996; 2003; MACIEL, 1997), teriam transposto uma linha administrativa, passando da dominação pré-romana estabelecida, para o controlo efectivo romano.

Assim, dos sítios que poderão ter exercido alguma centralidade na Idade do Ferro, conhecemos alguns, apesar de muitos não terem sido suficientemente escavados ou não o terem sido efectivamente.

Por outro lado, apesar do conhecimento razoável sobre alguns destes mesmos locais, os respectivos níveis de abandono indicam-nos que terão ocorrido a partir dos finais do século I d.C., precisamente aquando da criação das várias *Civitates*. Nesta altura, a epigrafia revela o desaparecimento do termo *Castella* como comunidades de origem, passando a surgir a denominação de *Civitas*. Esta mudança terá ocorrido na época flaviana (final do século I d.C.), como resultado da aplicação dos *Ius Latii Minus* concedido por Vespasiano^{xxxiii} (PERESTRELO, 2002: 141).

Contudo, alguns dos antigos povoados pré-romanos continuaram a exercer efectiva influência, do ponto de vista administrativo, mas certamente em menor número. Esta condição terá forçosamente uma associação com as melhores condições de implantação, um maior afastamento relativamente à capital de *conventus*, assim como maior proximidade às vias de comunicação e a áreas ricas em termos minerais. Estas condicionantes associam-se a um novo estado político-social, promovido por uma nova forma de povoamento subjacente ao estado de paz, visível a partir de Augusto.

Na nossa área de estudo encontramos alguns dos povoados que apresentaram uma pervivência cronológica mais tardia, apresentando níveis ocupacionais tardios e/ou com

^{xxxiii} Assume-se que a partir desta altura, muitos dos *Castella* terão funcionado como capitais de *Civitates*, o que terá provocado o aparecimento da denominação *Civitas* como referência à *origo* pessoal ou aos nomes formados a partir dos topónimos dos castros ou *populi* (PERESTRELO, 2002: 141).

reocupações. Neste quadro encontram-se o Castro de Penices, o Castro das Eiras, Castro de Alvarelhos e o Castro do Padrão^{XXXIV}.

Estas unidades territoriais, integradas por Roma no seu sistema administrativo e político, possuem dimensão variável, uma capital administrativa e uma estrutura de governação própria que terá sido entregue às elites indígenas, originárias dos vários castros circundantes (CARVALHO, 2008: 207).

Em termos cronológicos aponta-se a criação deste sistema por Augusto, [“...*tendo em conta a circunstância de as mesmas serem referidas no Edicto del Bierzo de 15 a.C.*”] (*id ibidem*) ou serem de facto da época dos Flávios, considerando o carácter de *capita viarum*, referidos em inúmeros miliários (*id ibidem*; ALARCÃO, 1995) com datação posterior à dinastia flávia.

Dos problemas cronológicos que nos possibilitem aferir o momento de criação das *civitates* deparamo-nos com as limitações inerentes à falta de investigação sistemática na maioria dos sítios arqueológicos aqui referenciados.

Como poderemos então assumir determinado sítio como potencial centro administrativo? Como se distingue um *vicus* de uma *villa*? A atribuição da categoria de capital de *civitas* e/ou *vicus*, não poderá ser feita de forma leviana, pelo que teremos de possuir dados bastante específicos, capazes de atenuar a falta de conhecimento científico na maioria dos sítios arqueológicos.

Um dos instrumentos que poderá atenuar esta limitação é a análise espacial arqueológica que vai beber parte da sua fundamentação à Geografia.

Uma outra forma de análise poderá ser o estudo das várias fontes históricas, nomeadamente, a análise da toponímia, de acordo com os registos inseridos nos vários documentos do período suevo e visigótico^{XXXV}. A evolução fonética, apesar de não ser totalmente homogénea na forma de transposição dos termos para a actualidade, em

^{XXXIV} O Castro de Penices revela uma ocupação até inícios do século II a.C., com uma reocupação a partir do século IV d.C., através da exumação de várias moedas de *Galieno*, *Constantino I* e *Constantino II*, assim como conseqüentes da escavação de dois pequenos muros rectos e por um espólio dominado pela presença de *tegulae* e alguma cerâmica comum (DINIS, 1993).

O castro das Eiras apresenta elementos que permitem assumir que o nível de abandono terá ocorrido por alturas do século III d.C., através da exumação de várias cerâmicas *calaico-romanas*, locais e de importação, assim como *tegulae* e imbrices.

Já o Castro de Alvarelhos apresenta um abandono por volta do século III d.C.

Por fim, o Castro do Padrão apresenta uma diacronia de ocupação bastante longa, apresentando um primeiro abandono no século III d.C. e uma posterior reocupação no século X d.C. até ao século XVI e depois no século XVIII.

^{XXXV} Neste ponto referimo-nos ao *Parochiale Suevo* (obra do século VI d.C. (572 e 582)), assim como a *Chronica Gothorum*.

determinados casos poderá revelar-se de grande utilidade, evoluindo de forma paralela ao longo de vários períodos cronológicos.

Apontam-se determinados exemplos, sendo certa a ajuda proveniente destes documentos e como estes terão contribuído para a compreensão da evolução administrativa de alguns dos sítios. Será o caso de Caldas de Vizela, sede de paróquia sueva, que terá evoluído a partir do estatuto administrativo romano que possuía, ou seja, seria capital de *Civitas* e *vicus* termal e viário, passando de *Oculis* para *Oculis Calidarium* em época sueva. Da mesma forma, *Tongobriga* ou *Tongobria* (Freixo, Marco de Canaveses) o terá sido, assim como Meinedo ou *Magnetum*, sede de paróquia sueva e mais tarde, paróquia da diocese Bracarense (conforme as actas do segundo Concílio de Braga (572)) (ALARCÃO, 1995: 396).

Com efeito, alguns ensaios inseridos na temática da Arqueologia Espacial foram sendo efectuados (HAGGET, 1976: 65-154; HODDER et alli, 1979: 61). Da mesma forma, para o Noroeste Peninsular, esta problemática ganha novos horizontes, assumindo-se várias linhas de investigação (ALARCÃO, 1995; 1998a; PÉREZ LOSADA, 1998; 2000; 2002). Apesar de alguns dos cálculos parecerem coincidentes, o que é certo é que a falta de escavações sistemáticas condicionou a transposição de resultados, faltando o elo de ligação entre o trabalho de campo e o de gabinete.

Numa outra vertente mais optimista, alguns destes exercícios revelaram-se potencialmente indicativos das formas de povoamento, sendo mesmo integráveis numa linha de pensamento multidiversificada. Como tal, a utilização destas ferramentas será sempre útil quando manejadas de forma coerente e com as devidas reservas interpretativas.

Assim, procederemos à aplicação em cartografia dos respectivos raios de influência dos vários territórios de *civitates* até agora conhecidas. Como se disse, reconhecemos a provável capital de *civitas Oculis* (Caldas de Vizela), assim como *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) e *Cale* (Porto)^{xxxvi}, como centros administrativos da região mais ocidental a Norte do rio Douro, tratando-se, por inerência desse cargo, de espaços

^{xxxvi} Apesar das dúvidas relativas à localização da Capital de *Civitas Cale* (Porto ou V.N. Gaia), a descoberta recente de vários núcleos com associação mais que provável a uma ocupação romana efectiva de toda a zona da Sé do Porto, considera-se que a localização da possível capital dos *Callaeci* poderia estar implantada no morro da Sé desta cidade (CARVALHO, 2008:209; SILVA, 2000: 100-101).

centralizadores e difusores de uma influência multifacetada sobre o restante território rural.

Jorge de Alarcão (1995: 387- 401) refere num ensaio efectuado, que numa área não muito acidentada, os aglomerados urbanos principais apresentariam uma tendência a distribuírem-se pelos vértices de triângulos equiláteros, significando que os territórios administrativos e económicos serão hexagonais (ibidem: 396), seguindo as propostas de (HAGGET, 1976). Os respectivos aglomerados secundários desenvolver-se-ão nos respectivos vértices destes hexágonos ou a meio da linha de ligação dos respectivos vértices. Sendo norma no Império Romano a distância média de 32 quilómetros entre capitais de *Civitas* (PERESTRELO, 2002: 140)^{xxxvii}, poderemos por conseguinte delinear um hexágono correspondente à respectiva área de influência. Mas, qual o raio de influência de cada sítio?

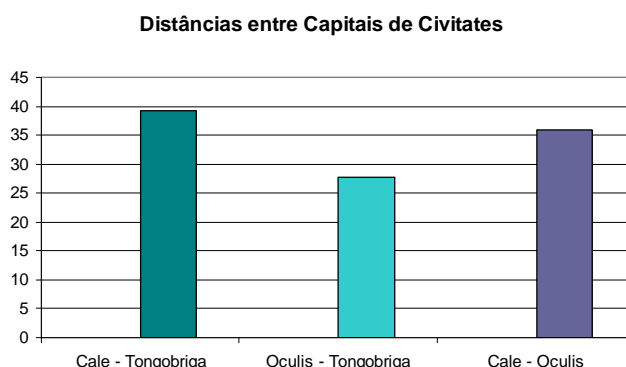


Gráfico 8

As distâncias médias entre as várias zonas do Império estarão condicionadas de acordo com a topografia da região, podendo por isso, apresentarem-se ligeiros desfasamentos. Da mesma forma, a aplicação destes anéis hexagonais relativos à área de influência, deverá apresentar uma correspondência, se possível, com a rede viária romana, pois como se sabe, estas poderiam passar por determinados corredores mais favoráveis topograficamente. O que se querará dizer é que as condições geomorfológicas influem na forma como se processa a implantação de um determinado sítio. Nem tudo será linear. Só desta forma se compreenderão os vários desvios.

^{xxxvii} O exemplo considerado integra-se no Vale do Côa, onde se verificam distâncias entre as *Civitas Aravorum* e *Cobelcorum* de 32 quilómetros (PERESTRELO, 2002).

Nº	Troço	Distância
1	Cale-Tongobriga	39.28 kms
2	Oculus-Tongobriga	27.60 kms
3	Cale-Oculus	35.92 kms
Distância Média		34.26 kms

Tab. 7 - Distância em quilómetros entre as várias capitais administrativas em linha recta.

A distância média entre possíveis capitais de *civitates* é de 34.26 quilómetros. Se dividirmos esta distância por três (ALARCÃO, 1995: 396)^{xxxviii}, obteremos a localização provável de um aglomerado secundário.

Deste modo, considerámos como medida-padrão os 12 quilómetros de raio (8 milhas ou múltiplos de oito), medida esta que se enquadra na distância-padrão entre estações viárias romanas (id ibidem), segundo o Itinerário de Antonino.

Analisando a implantação dos vários hexágonos, verificámos alguns dos pressupostos considerados, ou seja, salvo as especificações relativas às condicionantes físicas inerentes à paisagem onde se inserem estes locais, aferimos a relativa correspondência com alguns dos vértices hexagonais.

São eles, Meinedo e Monte Mózinho que distam da capital *Tongóbriga* cerca de 13.48 quilómetros e 13.76 quilómetros respectivamente e que ocupam, de forma sequencial, os vértices Noroeste e Oeste.

O Castro das Eiras e o Castro do Padrão apresentam uma distância em relação a *Oculus* 13.84 quilómetros e 13.75 quilómetros, respectivamente ocupando os vértices Noroeste e Sudoeste do hexágono.

Para *Cale* dá-se a concordância com um dos vértices apenas, ou seja, coincidente com o Castro do Couce e o complexo mineiro de cronologia romana de Santa Justa (Valongo), distando desta cerca de 13.26 quilómetros. A implantação deste sítio ocupa quase perfeitamente, o vértice Este. O vértice Nordeste fica implantado a meio caminho entre o Castro do Couce e o Castro de Alvarelos. Não sendo, todavia, conhecido nenhum

^{xxxviii} A divisão por múltiplos de três corresponde à medida preconizada para a distância referente a 8 milhas (12 quilómetros) entre as várias estações viárias intermédias (*mansiones*, p. ex.). Ou seja, sendo a distância média entre *Civitates* para a nossa área de estudo de 34.26 quilómetros, a divisão por múltiplos de três, 11.42 quilómetros, corresponderá às distâncias intermédias e onde se poderão localizar, de forma aproximada, estações de apoio aos viajantes entre os vários aglomerados principais. Estas poderiam ser antigos *Castella* ou povoados criados *ex-novo*. Em alguns dos locais de fundação *ex-novo* é ciente que os mesmos poderiam evoluir para um povoamento mais constante, assim como originários de posteriores aldeias. Com efeito, em locais privilegiados em termos geomorfológicos e que se localizam em áreas de intersecção, bafejadas pelo movimento milenar, encontrando-se em corredores de passagem naturais, terão evoluído para um povoamento mais desenvolvido e com uma diacronia de ocupação mais tardia.

sítio arqueológico nas imediações do vértice Nordeste, cremos que o mesmo seria ocupado pelo Castro de Alvarelhos, que dista de *Cale* cerca de 16 km. O referido desfasamento terá a ver com a própria geomorfologia da região ou mesmo com a implantação da rede viária (via XVI) que poderá ter obedecido a um corredor natural de passagem pré-romano.

A distância média entre os sítios considerados e as respectivas capitais situa-se nos 13.70 quilómetros, o que vem aferir a distância média entre as estações viárias romanas. Considerando a implantação de sítios de acordo com as medidas por nós calculadas, denota-se uma ligeira assimetria no que respeita à implantação de sítios centrais.

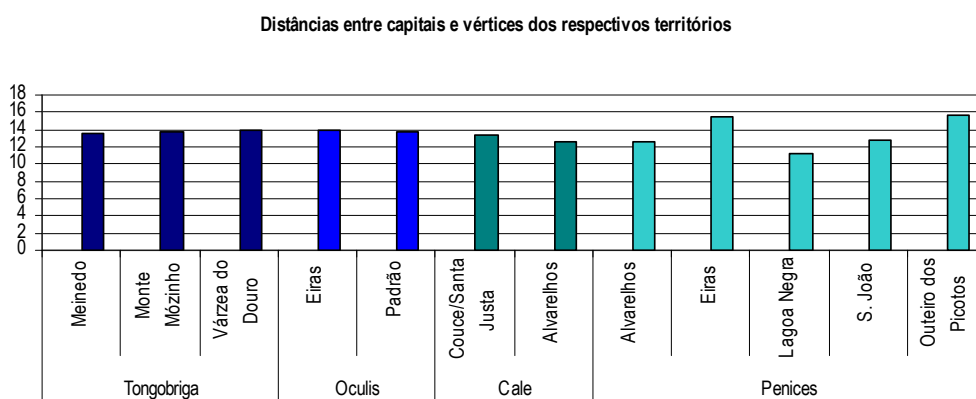


Gráfico 9

Observamos na imagem abaixo (*gráfico 10*) que para além do triângulo equilátero, correspondente aos aglomerados principais, neste caso *Bracara Augusta*, *Tongóbriga* e *Cale*, o restante povoamento secundário desenvolve-se nos respectivos vértices hexagonais, formando entre si uma dinâmica triangular.

Oculis, como capital de *civitas* e *vicus* viário e termal, aparenta ter desenvolvido uma relação de domínio para com o Castro das Eiras e o Monte Padrão, que se localizam num espaço fortemente centralizado e apoiado por várias redes económicas, terrestres e fluviais. De facto, vislumbra-se a formação de um triângulo.

Mais abaixo, *Tongobriga* aparenta uma relação semelhante com Meinedo e Castro de Monte Mózinho que, por sinal, também se desenvolvem nos respectivos vértices de um triângulo, onde o vértice superior e único se localiza no Castro do Padrão.

A assimetria de implantação que nos referimos incide na faixa Oeste deste mapa, precisamente no lado oposto do trinómio *Oculis*-Eiras-*Padrão*.

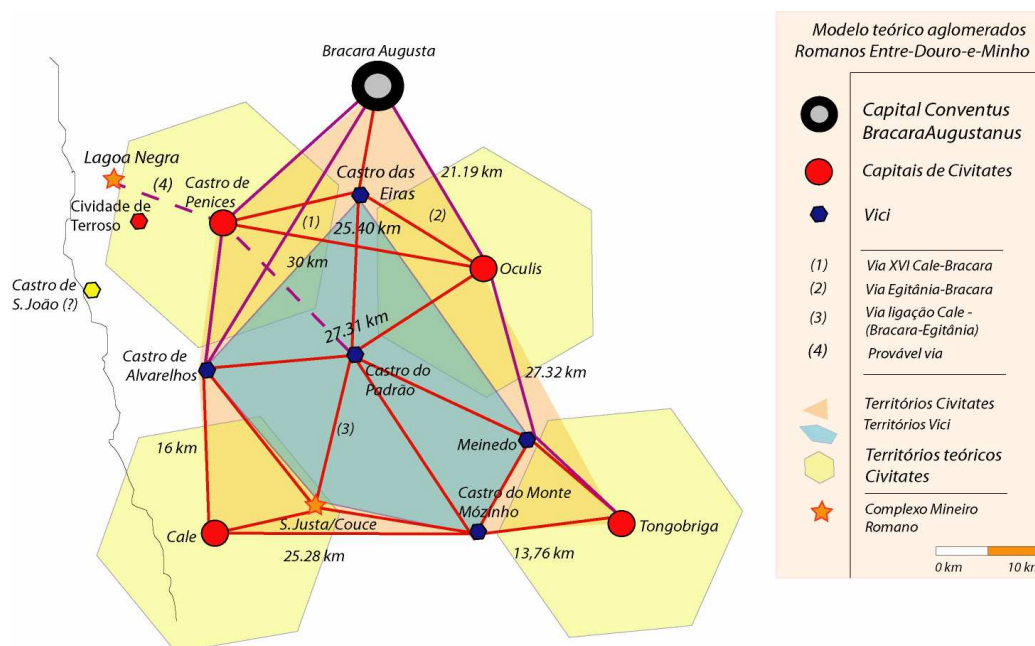


Gráfico 10 - Implantação dos vários territórios administrativos a Norte do Douro

A mesma presunção territorial não nos foi possível aferir para o lado Oeste, onde não possuímos dados concretos e suficientes para afirmar que determinado sítio terá desenvolvido a mesma funcionalidade administrativa que *Oculis*. De facto, faltarão um vértice Sudoeste ao território de influência de *Bracara Augusta*.

Se aplicarmos, por conseguinte, a regra atrás descrita, ou seja, da divisão do território em múltiplos de três, a partir da capital de *Conventus Bracara Augusta*, deparamo-nos com o Castro de Penices. A respectiva implantação cartográfica parece querer aferir os mesmos pressupostos descritos para *Oculis* e os respectivos vértices.

Jorge Alarcão (1995: 398-9) refere esta mesma possibilidade, ao conferir ao Castro de Penices a potencial localização de um centro administrativo de maior relevância, tendo em linha de conta não só o tipo de materiais que foram aqui exumados, mas também outras características que poderão indicar uma especial centralidade desta estação.

Esta presunção é decorrente das intervenções efectuadas neste castro e que confirmaram uma intensa ocupação pré-romana, pelo menos a partir do Bronze Final até aos finais do século I d.C., com posterior reocupação a partir do século IV d.C. (DINIS, 1993: 50-52). Terá mesmo havido um hiato temporal entre o final do século I d. C. e o século IV d.C. ou os níveis correspondentes ainda não terão sido identificados? Refira-se que as

escavações neste sítio ainda continuam, pelo que aguardamos pelos respectivos resultados.

Com efeito, neste sítio exumou-se imenso material exógeno, mormente cerâmica ática, campaniense, ânforas vinárias, *sigillata itálica*, paredes finas e uma moeda de *P. Carisius* que, apesar de se tratar de apenas um elemento, poderá ser indicativo, com as devidas reservas, da possibilidade de uma passagem militar por este sítio aquando das investidas aos Ástures e Cântabro entre 27 e 23 a.C..

Foi um sítio preferencial para o estabelecimento militar romano nestas campanhas ou apenas um espaço de passagem?

A riqueza material de Penices indicia ter sido este um ponto, não só de passagem com fins comerciais, mas também um espaço com uma ocupação efectiva romana, a atestar pelos muros exumados, associados às moedas de *Constantino I, II* e *Galiano*, com filiação clara ao século IV d.C.

Analisando, por conseguinte, a respectiva triangulação de acordo com as medidas atrás descritas, verificamos que o vértice Sul se apresenta coincidente com o Castro de Alvarelhos, um importante estabelecimento militar e *vicus* viário. Os restantes vértices, Nordeste e Sudeste, coincidem, com ligeiras discrepâncias, com o Castro das Eiras e o Castro do Padrão, respectivamente. O vértice Noroeste, localiza-se a meio caminho entre a mina romana da Lagoa Negra (Laúndos, Póvoa de Varzim) e o importante sítio romano de Outeiro dos Picotos – Barca do Lago (Esposende), nas margens da foz do Cávado. A Sudoeste, o vértice corresponde ao Castro de S. João, na foz do Rio Ave.

Anteriormente nesta dissertação alertámos para a possibilidade do Castro de Penices integrar uma importante rede comercial, perfazendo um círculo económico juntamente com Lagoa Negra – S. Pedro de Rates – Facho/S. Miguel-o-Anjo (Calendário, V.N. Famalicão) – Torre Alta/Monte dos Saltos (Santo Tirso) – Padrão e, provavelmente Sanfins.

Sendo a lógica comercial bastante característica do mundo romano, logo a implantação desta rede deve-se à intencionalidade da circulação de bens de toda a espécie, principalmente, do material proveniente das várias minas de ouro e de estanho desta zona.

Atente-se à implantação de duas importantes explorações mineiras de ouro na fachada ocidental deste território, em que todo o sistema administrativo e povoamento parece

beneficiar desta rota, desenvolvendo-se juntamente com a rede viária, de forma a integrarem um círculo dinâmico.

A importância destas estações encontra correspondência com a identificação de uma série de vestígios de clara filiação romana, principalmente, em duas áreas distintas: a Norte do Castro de Penices, registando-se os sítios da Lobeira (Gondifelos), Fiança, Eirados e Igreja Velha II, que revelaram materiais cerâmicos diversos, sepulturas antropomórficas e vários prováveis aglomerados habitacionais (Igreja Velha I)^{XXXIX}. A sul, na travessia do Ave, nas imediações de Torre Alta e Monte dos Saltos/Portos, identificou-se um alinhamento de sítios que fazem antevêr a presença de uma via. São os sítios do Cimo da Vila (Areias, Santo Tirso) (**R52.M27**), talvez um casal pelos seus 1000 m² de dispersão de materiais e os sítios de Lugar da Igreja (Areias, Santo Tirso) (**R51.M27**), com conotação à *villae Valerii* (CORREIA, 1989a: 44) e Caldas da Saúde (Areias, Santo Tirso) (**R53.L27**), onde se identificou a presença de umas prováveis termas (MOREIRA, 2004).

Vasco Mantas (1996: 372) estudou um troço de via romana, que saindo da povoação de Muro (Trofa), se desloca em direcção ao centro do hexágono, provavelmente, para o Castro de Penices (ALARCÃO, 1995: 399). Com efeito, a localização da necrópole da Maganha (Muro, Trofa) (**R20.Q16**) entre esta pretensa via e a *via XVI (Bracara-Cale)*, assim como o casal da Grova (Muro, Trofa) (**R27.U15**), poderão antevêr a presença da mesma via que seguiria para o Castro de Penices pois, se era comum a localização das necrópoles “*para lá do mundo dos vivos*” (PERESTRELO, 2002), ou seja, do lado de lá das vias e/ou linhas de água, relativamente ao local de habitat, a implantação destes núcleos (ver *anexo III*) poderão aferir esta possibilidade.

Se de facto o Castro de Penices não adquiriu tal importância, de acordo com o contexto administrativo a que nos referimos, porquê a presença desta via? Sabemos que o Rio Este não apresenta as mesmas características de navegação que o rio Ave, contudo, exumaram-se grandes quantidades de material exógeno (cerâmica ática, campaniense, ânforas vinárias, *sigillata* itálica, paredes finas (QUEIROGA, 1992; DINIS, 1993; ALARCÃO, 1995: 398), associado ao comércio meridional.

Uma outra via transversal à rede principal *Cale-Bracara* (MANTAS, 1996), percorreria as freguesias de V.N. de Famalicão, passando por Vermoim e Requião, prosseguindo,

^{XXXIX} <http://arqueologia.vilanovadefamaliao.org/>

após a passagem por V. N. de Famalicão, por Ontiz (Gondifelos) e encruzilhava com a via que passaria em S. Pedro de Rates vinda da Ponte de Arcos (Vila do Conde) rumo à Lagoa Negra (Laúndos, Póvoa de Varzim). Se a passagem por Gondifelos é presumível, então a mesma via passaria nas imediações do Castro de Penices, pertencente igualmente à freguesia de Gondifelos^{XL}.

Prevê-se, por conseguinte, que o mesmo beneficiaria de intensa movimentação de pessoas e bens, sendo a centralidade deste território ao nível político e administrativo bastante evidente com o advento da romanização.

O Castro de Penices, para além de beneficiar de um conjunto de acessos viários e rotas naturais de passagem, encontra-se numa área baixa, em plena várzea do Rio Este, onde o terreno não se revela muito acidentado. Da mesma forma, este sítio arqueológico enquadra-se numa altitude não muito elevada, cerca de 99 metros, pelo que poderá ter beneficiado desta condição aquando dos primeiros contactos com os romanos.

A cerca de 5 quilómetros localiza-se a povoação de S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), importante pela sua relação com o Santo que terá dado nome à vila^{XLI}. Com efeito, a descoberta no adro da Igreja Românica de níveis visigóticos atribuíveis ao século VI d.C. e mesmo do período anterior (GOMES et alli, 2005: 235-277)^{XLII},

^{XL} A descrição desta via encontra-se na dissertação de Doutoramento de Vasco Mantas (1996), na qual o autor refere a existência de uma via que percorreria a margem direita do rio Este, passando por Gondifelos e dirigindo-se para poente, para Touginhó e culminando em Vila do Conde.

^{XLI} As provas da relação entre S. Pedro de Rates, o mítico fundador da diocese de Braga (GOMES et alli, 2005: 238) e a construção da referida Igreja, parecem encontrar várias incongruências, tendo sido feitas várias tentativas furjadas para atribuir a fundação desta Igreja ao século VI d.C.. Uma dessas tentativas foi proposta por Frei Leão de S. Thomaz, na *Benedictina Lusitana*, t. I, p. 423, que, para aferir a antiguidade do templo de Rates, afirma que Estevão, abade do mosteiro, terá assistido ao *III Concílio de Toledo* e que tivera assinado as respectivas actas. Este facto foi desmentido após análise aos ditos documentos.

^{XLII} Os níveis arqueológicos exumados durante a intervenção efectuada em 1997-1999 por José Flores Gomes, permitiu aferir uma ocupação anterior à actual Igreja que data do século XI/XII d.C.. De facto, o conjunto de achados na área da fachada da Igreja, constitui um dos mais importantes trabalhos efectuados na sua envolvente (GOMES et alli, 2005: 253). Os achados permitiram aferir a existência de um outro templo anterior ao actual e que, segundo a carta de doação do Convento ao Priorado de “*La Charité sur Loire*” por D. Henrique e Dona Teresa, já estaria em muito mau estado (id ibidem). O referido templo pré-românico evidente pelas estruturas exumadas, insere-se no século IX ou anterior.

O conjunto estrutural é maioritariamente em silhares graníticos, ao invés da geologia xistosa dominante na área. Com efeito, alguns silhares graníticos projectavam-se para o interior destas estruturas, “...de finalidade desconhecida...” (id ibidem), mas que segundo o Dr. Luis Oliveira Fontes, a mesma situação é visível em Braga, em estruturas datáveis dos finais do mundo romano (id ibidem).

Já no Campo da Catequese (ibidem), foram exumados dois muros, também graníticos, mas agora associados a cerâmicas datáveis do período Visigótico.

Outra descoberta permitiu retirar deste conjunto de intervenções outra possível interpretação para a cronologia dos achados, quer do espaço fronteiriço ao templo, quer no Campo da Catequese. Foi então posta a descoberto uma estela, profusamente ornamentada com motivos encadeados, de forma oblonga e com moldura a toda a volta. A destacar o desenho ténue de um “*Chrismon*” de um

poderão alimentar a possibilidade de aqui ter existido um importante povoado romano, talvez uma *mansio* como refere Vasco Mantas (1996), apesar dos vestígios serem bastante poucos. Crê-se que S. Pedro de Rates se situaria numa área bifurcada (MANTAS, 1996; CARVALHO, 2008: 387), encontrando-se no ponto de confluência de duas rotas pré-romanas importantes, a primeira que percorreria o território Norte-Sul e uma outra que se desviaria para Nordeste em direcção a *Bracara Augusta*.

Num breve recurso à fotografia aérea, podemos supôr que a implantação deste local parece beneficiar de movimentos transversais, estando a paisagem estruturada desta forma, sendo visível que esta vila se encontra numa encruzilhada de caminhos, percebendo-se ainda o percurso que percorreria o território Norte-Sul e um outro que vinha de nascente, pelas margens do rio Este e que passaria pelo Castro de Penices.

Face à construção da linha férrea V.N. Famalicão/Póvoa de Varzim, actualmente inutilizada, alertamos para o facto da possível destruição de vestígios, nomeadamente os que poderiam dar indícios de antigas vias e pontos de circulação. O percurso desta linha em muito se assemelha às várias possíveis rotas. O trajecto que percorreria as imediações do Castro de Penices, passaria em Rates, entroncando com a via Sul/Norte, vinda de Alvarelhos em direcção à Lagoa Negra/Outeiro dos Picotos (Barca do Lago – Esposende)^{XLIII}, para além de se implantar nos melhores terrenos, menos acidentados, o que de facto coincide com o modelo viário preconizado pela administração romana.

lado e do outro uma inscrição funerária latina e um conjunto ornamental (ibidem: 261), onde se vislumbram os motivos em corda, típicos do mundo castrejo (SILVA, 1986: 63, est. CXXVI), complementada por motivos solares e um crescente lunar. Estes motivos encontram correspondência por todo o Noroeste Peninsular e em todas as regiões do Império (Gomes et alli, 2005: 263).

^{XLIII} Com isto apenas queremos aferir a possibilidade de a linha de caminho-de-ferro seguir um percurso idêntico à rota romana, tendo destruído os vestígios que ainda pudessem aí existir.

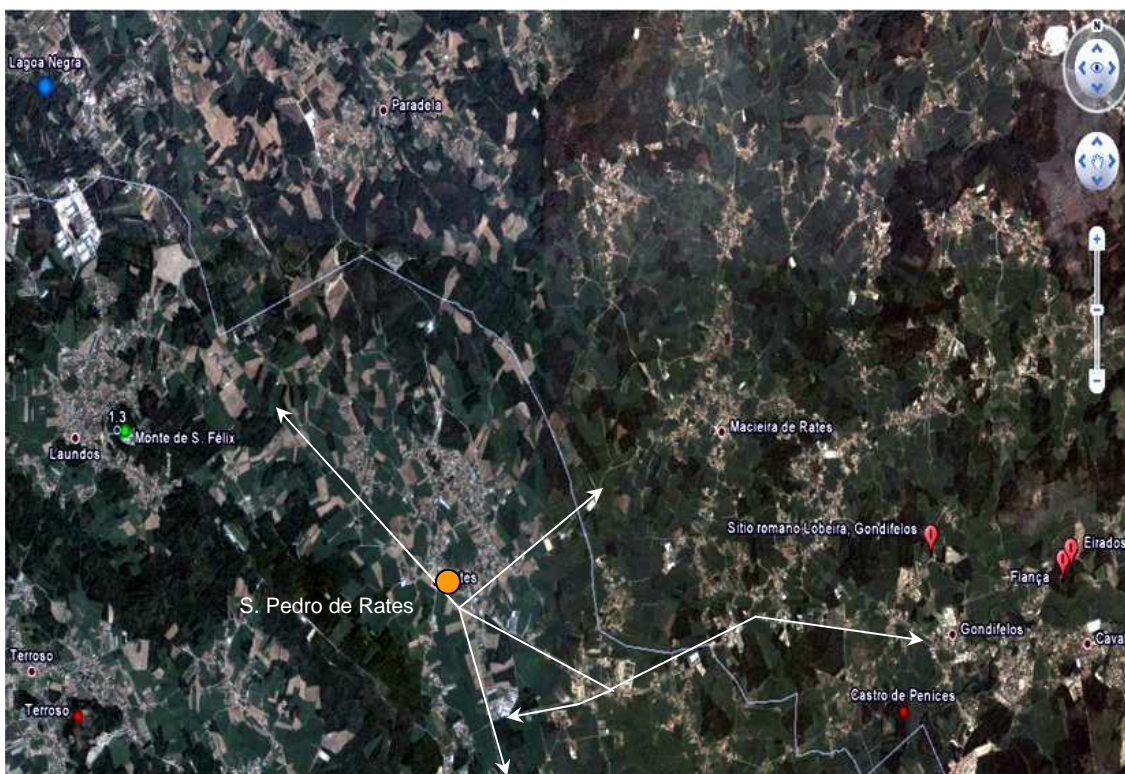


Foto 1 - Implantação cartográfica das possíveis rotas de passagem por S. Pedro de Rates

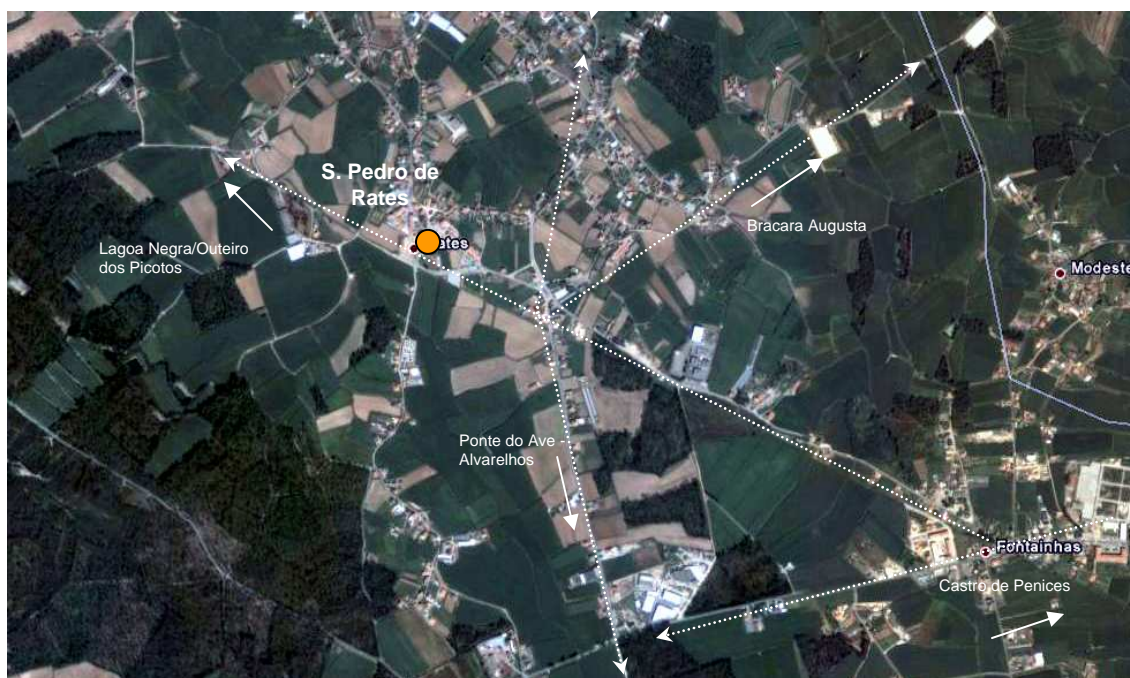


Foto 2 - Implantação cartográfica das possíveis rotas de passagem por S. Pedro de Rates (plano aproximado).

A localização de S. Pedro de Rates numa área geológica predominantemente xistosa e com pouca capacidade para a agricultura, leva-nos a considerar que a existir um povoado romano neste espaço, este seria associado ao comércio e/ou ao apoio aos

viajantes e não um espaço com uma ocupação direccionada para a prática agrícola. Esta assunção deriva da análise aos outros sítios de filiação romana e que pretendemos divulgar nesta dissertação. Todos eles se implantam em terrenos de grande fertilidade, predominantemente graníticos. Aferimos também que apenas os espaços funerários se implantam em zonas xistosas. Em S. Pedro de Rates foram identificadas inúmeras sepulturas (CORTEZ, 1949: 8) e uma estela funerária de época romana. A associação deste sítio a um local de confluência de rotas, de passagem apenas, parece agora ganhar correspondência.

Consideramos a possibilidade de o Castro de Penices obedecer aos parâmetros que o colocariam como um potencial centro administrativo, não possuindo, contudo, as mesmas valências que, por exemplo, *Oculus*. De facto, e como refere Pérez Losada (2002), o povoamento romano em termos político-administrativos beneficiará determinados centros de povoamento com graus de importância distintos, sendo um povoamento hierárquico dentro da própria esfera regional.

Os centros políticos principais, como *Bracara Augusta*, serão coadjuvados por outros, de menor dimensão como *Aquae Flaviae* (Chaves), *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) e *Cale* (Porto ?), que, por conseguinte, serão apoiados pelas várias capitais de *civitates*. No fim da cadeia aparecerão os vários *vici*, com elo de ligação com o restante povoamento rural.

O Castro de Penices terá sido não uma capital de *civitas*, mas sim, provavelmente, um centro administrativo de menor dimensão, mas que no contexto local, por variadas conjunturas, enquadrar-se-ia devidamente nas necessidades político-administrativas das várias comunidades rurais circundantes^{XLIV}.

A proximidade de um enorme centro administrativo como *Bracara Augusta*, talvez terá condicionado a implantação de outros grandes centros, com outras funções e delineados de raíz, como *Tongóbriga* e *Cale*.

^{XLIV} De referir que esta presunção é meramente hipotética, de acordo com os dados existentes e que pensamos ter demonstrado. No entanto, os mesmos poderão reflectir um possível grau indissociável, relativamente a outros sítios nesta franja geográfica. Da mesma forma, queremos aqui salvaguardar a nossa interpretação, pois consideramos que ainda faltarão mais alguns dados capazes de suprir a nossa falta de conhecimento para este sítio, mas a serem encontrados ou exumados poderem ser indicativos de uma linha de pensamento transversal à nossa.

c) Povoados Fortificados romanizados

O contexto administrativo da romanização contemplou os vários núcleos de povoamento indígena, integrado-os na sua esfera de controlo do território e não ostracizando-os, como alguns autores vinham veiculando ao longo do século XX. Apesar de ter havido conflitos, os mesmos não se revelaram, fazendo crer nos vestígios arqueológicos, aparentemente profícuos. Duas observações poderão então ser feitas relativamente a esta posição:

- 1- Que a romanização aproveitou parte do povoamento anteriormente estabelecido, não rompendo bruscamente com a cultura indígena, mas antes terá assimilando e adaptado o seu modelo às idiossincrasias autóctones que aqui vigoravam.
- 2- E por conseguinte, que a cultura indígena terá absorvido rapidamente o modelo cultural romano e parte dessa presunção parte da estrutura física proporcionada pela administração romana, dotando o território com múltiplas redes de cariz económico, muitas delas com tradição milenar e já efectuadas pelas populações ao longo de todo o I milénio a.C..

O contexto de paz promovido a partir de *Augusto*, alterou de sobremaneira o estado social destas comunidades, trazendo a possibilidade às gerações futuras de uma segurança que até aí não haviam experimentado. A entrega dos terrenos circundantes aos anteriores povoados fortificados, para exploração agro-silvo-pastoril e até mineira, às comunidades autóctones, terá contribuído para uma maior coesão e pacificação do território, assim como um controlo mais eficiente do mesmo.

Estas comunidades não terão sido obrigadas a abandonar repentinamente os seus anteriores locais de habitat, assim como se terá verificado a pervivência de alguns até ao século III d.C., dentro da esfera cronológica da dominação efectiva romana no nosso território.

O povoamento rural romano, distribuído vulgarmente por *villae*, granjas, casais e até aldeias, desenvolveu-se a partir dos vários povoados fortificados. Na nossa zona de estudo, identificámos vários núcleos, tendo sempre como ponto orientador da paisagem um importante povoado fortificado.

Como refere Helena Carvalho (2008: 396): [*“A diversidade distributiva observada pôde, assim, numa primeira triagem, ser parcialmente relacionada com o papel desempenhado pelos povoados fortificados, como pólos de difusão de povoamento, desenhando uma primeira etapa de fixação de*

populações nas áreas de vale, a qual pode ser situada logo entre finais do século I a.C. e inícios do século I d.C..”].

Alguns dos povoados fortificados identificados parecem desenvolver-se ao longo da rede viária, aproveitando antigos corredores e passagens comerciais, assim como em outros casos terão sido criados aquando da construção da rede viária.

Os povoados que continuaram ocupados com o advento da romanização são os de grande dimensão, que integravam os melhores terrenos circundantes, com grandes aptidões minerais, assim como seriam os locais de melhor enquadramento paisagístico, beneficiando do controlo das vias fluviais por excelência, assim como das rotas naturais de passagem.

Na nossa área verificamos o abandono, com o advento da romanização, de cerca de 65% dos povoados fortificados, o que irá ao encontro do que se verifica em outras áreas do Noroeste Peninsular. Referimo-nos às áreas do Cávado e de Trás-os-Montes, as quais apresentam um índice de abandono de cerca de 70% (PERESTRELO, 2002: 141).

Destacámos as que demonstraram, ao invés de outras detentoras de diferentes condições, especial capacidade produtiva, assumindo uma concentração de povoamento. Referimo-nos à planície marítima, centrando o seu núcleo principal na faixa Oeste da Cividade de Terroso.

Esta constatação permite-nos considerar que o processo evolutivo de povoamento, deu-se a partir do século I a.C., denotando-se a formação de novas tipologias de ocupação espacial, instalando-se em sítios com menor capacidade defensiva, menor altitude e mais próximas das fontes produtivas: o vale, o oceano e as várias linhas fluviais.

Nesta parte concreta do território, registam-se outras formas de povoamento associáveis à frente marinha, nomeadamente complexos industriais de salga de peixe e preparados piscícolas. Neste caso, referimo-nos à Vila Mendo (Estela, Póvoa de Varzim) e Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim). Mais a Sul, o complexo de Angeiras (Lavra - Matosinhos) também na orla de um importante povoado fortificado como o de Guifões (Leixões, Matosinhos).

Os respectivos níveis de ocupação do espaço parecem querer aferir uma baliza cronológica entre os finais do século I a.C. e a entrada do Iº milénio d.C., pois são frequentes os materiais de filiação indígena.

Na faixa litoral identificaram-se outras formas de povoamento, de perfil fortificado, mas de baixa altitude. De entre os vários núcleos, exclusivamente, no território a poente da

Cidade de Terroso, destacamos o Alto da Vinha (Beiriz, Póvoa de Varzim), o Castro de Argivai (Argivai, Póvoa de Varzim) e o Castro de Navais (Navais, Póvoa de Varzim) (GOMES et alli, 2005).

A importância destes habitats associam-se aos elementos epigráficos exumados em Alto da Vinha (Beiriz, Póvoa de Varzim), assim como os materiais recolhidos claramente indicativos do contacto entre as comunidades autóctones e a administração romana.

Todos eles encontram-se a baixa altitude, mais próximos dos vales e direccionados para os terrenos mais férteis.

Estruturalmente identificou-se nesta área a via “*per loca maritima*” que atravessaria, de forma paralela à linha de costa, o território Sul/Norte. A respectiva implantação cartográfica dos sítios supra mencionados revelam uma aparente relação entre esta via e os povoados romanizados descritos (ver *anexo III*), o que levará a inferir na possibilidade de os mesmos serem já consequência da romanização, assim como cronologicamente coevos com a implantação da rede viária no território e a fundação da cidade de *Bracara Augusta*, processo este atribuído a Augusto.

Também poderemos assumir que a presença desta via e destes povoados poderão ser um indicador de uma rota comercial pré-romana, que efectuará a ligação entre o Cávado e o Ave, passando pelo complexo mineiro da Lagoa Negra e que terá sido reaproveitada pela administração romana para a instalação da referida via, em terrenos bastante planos.

As populações de Terroso poderão ter polarizado a sua ocupação territorial para a Vila Mendo, Alto de Martim Vaz, Alto da Vinha, Castro de Navais e Castro de Argivai, dando novos horizontes ao processo de captação de recursos e domínio territorial com o advento da romanização.

Em zonas de vale identificámos outras áreas, onde se vislumbram vários núcleos de povoados, todos eles associados a antigos castros fortificados.

A zona a Sul do Rio Ave parece apresentar especial apetência para a concentração do povoamento, sendo que o mesmo incide especialmente nos terrenos a Norte do Castro de Alvarelos e do Castro do Padrão, portanto entre a linha do Ave e o povoado indígena propriamente dito.

A presença da rede viária revela-se fulcral na análise ao povoamento romanizado, pois tanto Alvarelos como Padrão apresentam indícios claros de terem sido servidos por uma rede viária bastante eficaz. Em Alvarelos identificaram-se duas vias que serviriam

o território a nascente e a poente. A concentração do povoamento rural incide sobre estas duas vias, aproveitando o vale até às margens do rio Ave. Da mesma forma se aplica ao Castro do Padrão, circundado por uma via, que percorreria toda a faixa poente do Castro, até às margens dos cursos dos rios Ave e Vizela.

A norte, nas margens do Rio Este, nas imediações do Castro de Penices, identificou-se outro núcleo de povoamento. Nos três casos apresentados parece que o povoamento romano incidiu particularmente sobre uma via que percorreria a margem do Este e que circundaria a Serra de Cavalões até Vermoim, interseccionando a via XVI *Cale-Bracara* (MANTAS, 1996). Verificamos que os mesmos locais assentam em áreas geológicas mais favoráveis para a prática agrícola, registando-se a “fuga” aos leptossolos (xistos), dando-se preferência aos terrenos graníticos, com vista à instalação dos vários núcleos e prática agrícola.

d) *Villae*

O respectivo levantamento e estudo dos vários complexos do mundo rural romano associam-se, quase exclusivamente e de forma incompreensível, aos grandes e luxuosos conjuntos, sendo por conseguinte “esquecidas” as unidades rurais mais básicas, com um nível de complexidade mais simplificado e com um espólio condizente com a respectiva finalidade de utilização.

Os complexos luxuosos – as *Villae* – encontram-se profusamente divulgados por toda a “*Hispania*”, sendo relativamente bem conhecidos.

A faixa mais ocidental da Província da *Tarraconensis*, a nossa área de estudo, o conhecimento relativo a estes complexos rurais é ainda incipiente, carecendo de planos e acções sistemáticas de escavação, de estudo e divulgação do respectivo espólio.

O conceito de *villa* romana é comumente associada a uma unidade de exploração agro-pecuária equipada com funcionalidades urbanas. Esta designação apesar de descrever as funcionalidades comprovadas destes complexos, peca por escassa, por consignar dois aspectos que nos parecem importantes e que se revelam [*“desfocadas por duas inoperâncias fundamentais...”*] (CARNEIRO, *no prelo*: 125): um [*“...entendimento míope”*], pois dá-se a preocupação excessiva em descrever e exaltar os valores da ruralidade do espírito humano e uma [*“...focagem excessiva”*], no que respeita ao entendimento dado pela comunidade arqueológica apenas àquilo que se vê e que

apresenta ao olhar, um grau de beleza que outras estruturas, igualmente importantes, não detêm (ibidem).

Referimo-nos obviamente ao nível de conhecimento actual das estruturas urbanas das *villae*, relativamente a outras de índole rural (de produção) e que detinham um grau de importância muito elevado no processo do desenvolvimento rural e na interacção com os centros urbanos.

Torna-se cada vez mais importante o estudo destas estruturas rurais dentro do espaço das *villae*, por forma a serem identificados os indícios de toda a produção efectuada nestes espaços pois, apesar de serem normalmente consideradas as explorações agropecuárias como as mais óbvias nestas formas de estabelecimento, estamos cientes que outras se poderiam juntar e que as *villae* seriam mais do que estabelecimentos agrícolas, detentoras de inúmeras cabeças de animais. Por tudo isto, na análise efectuada aos limites económicos e respectivos *fundi*, será sempre necessário identificar com precisão quais as valências produtivas de cada uma delas, pois o respectivo limite económico certamente variava conforme o volume produzido^{XLV}.

No Sul de Portugal, comprovam-se as várias valências das *villae* no processo produtivo económico romano, sendo que a produção de perfumes, de minério, de vinho e azeite, tecelagem seriam produzidos intensivamente. Sabemos que a economia romana funcionava a larga escala, pelo que teria de dar resposta adequada ao volume exigido.

Documentam-se exemplos desta variedade produtiva. Torre de Palma (Monforte) (BRUN, 2004) estaria relacionada com a criação de animais de elevada estirpe, como o cavalo^{XLVI}. Para o baixo Alentejo, na zona de Aljustrel e ao longo da faixa piritosa, a exploração mineira terá sido dominante. No Norte de Portugal, em Trás-os-Montes, o sítio de Tresminas associa-se a um importante povoado focalizado na exploração mineira.

^{XLV} Os cálculos propostos por vários investigadores (ALARCÃO, 1998b) considerando determinada medida como limite médio de exploração, esbarra nos condicionalismos morfológicos que surgem de forma subsequente à falta de conhecimento sobre estes complexos. Desta forma, Alarcão (1998b) propõe como área limite de exploração das *villae* uma medida entre os 75 e os 100 hectares, para as granjas 10 a 50 hectares e casais entre 2 a 10 hectares para o Noroeste Peninsular, de acordo com as limitações impostas pela geomorfologia da região.

De acordo com as medidas preconizadas (ver *anexo III*), verificamos que as áreas das *villae* sobrepõem-se à circunferência económica das granjas e dos casais, ao contrário do verificado para o Vale do Côa (PERESTRELO, 2002: 154).

^{XLVI} Para esta presunção, a análise aos mosaicos exumados nesta estação e que revelaram maioritariamente representações de cavalos.

Os autores clássicos, como *Columela* e *Catão*^{XLVII} exaltam a vida rural e descrevem a fundamentação da vida “*in agris*” e todas as características a ter em consideração, ao bom desenvolvimento destas estruturas rurais, nomeadamente, o tipo de localização, por forma a poderem beneficiar de aspectos tão importantes como a visualidade, condições de salubridade mais adequadas, sendo imperativo a fuga às zonas baixas, mais próximas dos lodos e dos terrenos húmidos.

A implantação destas estruturas obedece à localização preferencial em terrenos mais férteis ou com maior potencialidade de exploração, próximo dos cursos de água e/ou nascentes (PERESTRELO, 2002: 152).

Na grande maioria, o levantamento efectuado é consequência de acções de prospecção sistemática, com a atribuição do respectivo grau de povoamento como resultado apenas dos materiais registados e das condicionantes ao ambiente circundante.

Tendo em consideração a mesma lacuna apontada por Manuel Perestrelo, esta situação leva inúmeras vezes a uma descrição tipológica do povoamento pouco concreta, sendo recorrente a utilização de expressões como [*“estabelecimentos de tipologia indeterminada ou indefinida”*] (2002: 144).

Dos dados até aqui compilados referimos que os mesmos provieram, grosso modo, de acções de prospecção sistemática (90.90%), num conjunto de sessenta indícios de ocupação romana^{XLVIII}, contra os seis sítios que foram alvo de intervenções programadas de escavação (9.1%).

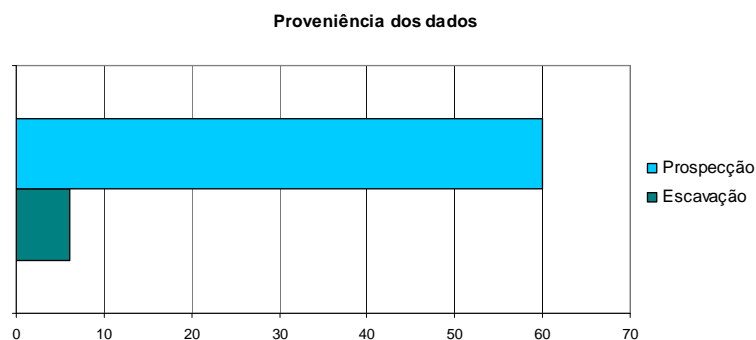


Gráfico - 11

Desta forma, verificamos por todo o Império Romano diferenças relativamente às características dos vários complexos, sendo frequente no discurso arqueológico, o

^{XLVII} Estes autores escreveram manuais relativos a esta temática, designadamente, Catão com “*De agri cultura*” e Columela com “*De re rusticae*” e “*Liber de arboribus*”.

^{XLVIII} E aqui incluímos no nosso inventário material epigráfico isolado ou em associação, achados de material superficiais, troços de via e respectivos miliários, pontes e necrópoles.

debate sobre quais os critérios de análise a adoptar e como definir uma *villae* de um casal e/ou granja.

Para Alarcão (1998a), um dos critérios, para além das estruturas e equipamentos relacionados com a exploração rural (lagares, tanques de salga, etc.), será a presença de materiais finos, assim como a proliferação de mosaicos como reveladores de uma exclusividade e riqueza únicas, diferenciadoras de uma outra matriz de “*aedificiae in agris*”, mais orientada para a exploração do território, ocupada por pessoas mais modestas. Para além da presença de termas e colunatas (GORGES, 1979: 271) este autor aponta a presença de pinturas, mosaicos e esculturas como indicadores da presença de uma *villa*, para além da tipologia de implantação destes estabelecimentos que seria exclusiva e privilegiada, com uma extensa área construída. Outros ainda, consideram que se está perante uma *villa* se forem registados materiais romanos associados a vestígios arquitectónicos ou a material epigráfico (MARTINS, 1990: 224). Verificamos que a referida proliferação de mosaicos como reveladora de uma *villa* não poderá ser considerada como indício-director, pelo menos para a nossa área de estudo, pois tal especificidade não se apresenta como regra, mas sim a excepção, que faz do processo de identificação e diferenciação entre os vários complexos uma tarefa bastante dúbia. Neste caso, a tal verificar-se e os mosaicos serem reveladores de uma potencial *villa*, então apenas registamos o Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim) (**R2.J2**), o sítio de Vila Boa (Guilhabreu, Vila do Conde) (**R15.U13**) e Paiço (Guilhabreu, Vila do Conde) (**R10.U13**) como estações detentoras desta especificidade. No entanto, esta situação apresenta-se irrealista e bastante limitadora.

Outra forma de compartimentação dos indícios de superfície será o grau de dispersão dos materiais. É, por sinal, verdade que os processos pós-deposicionais poderão influir, de sobremaneira, na forma como actualmente visualizamos um sítio e o delimitamos, integrando-os numa baliza tipológica que, afinal, poderá não ser a mais correcta.

Face a todas estas condicionantes e dificuldades de aferição entre os vários complexos rurais romanos, inúmeros ensaios foram realizados (POTTER, 1986: 147; MARTINS, 1990: 224; SALINAS de FRÍAS, 1992-93: 178; LEMOS, 1993: 409, 417; CARRERAS MONFORT, 1996: 99; DÍAZ de GARAYO, 1996: 29; ALARCÃO, 1998b: 92; PERESTRELO, 2002: 144-151), no sentido de compartimentar os dados provenientes do campo, por forma a balizar e uniformizar os vários indícios, sendo que a maior

diferenciação entre sítios incide, essencialmente, na mancha de dispersão dos achados e no quadro tipológico dos materiais apresentado (PERESTRELO, 2002: 144-145).

No caso das *villae* a mancha de dispersão revela-se de grande densidade. Para uns (POTTER, 1986: 147) consideram-se os 4700 m² como indicadores de uma possível *villa*, pelo menos para o Sul da Etrúria, o que não será necessariamente assim para o Noroeste Peninsular.

Outros (DÍAZ de GARAYO, 1996: 29), para a região do vale do Douro (Castela e Leão) revelam que a mancha de dispersão de um *vicus* ascenderá a 1 hectare, numa ampla dispersão de telhas e com uma pobreza notória de materiais. Neste caso concreto, distingue-se apenas o povoamento disperso entre as *villae* e as granjas, não contemplando outras estruturas de cariz menos rico, com uma especialização económica notória, pois será apenas essa a sua função. Referimo-nos aos casais que se revelam, na nossa área, profusamente enraizados, pelo menos face aos achados de superfície e tipologia de materiais observáveis. Sande Lemos (1993: 409, 417) refere que é possível apenas a distinção de dois tipos de povoamento para a região de Trás-os-Montes Oriental, as *villae* e os casais. Carecendo a segunda de materiais nobres como os capitéis, bases de colunas, *opus signinum*, mosaicos e indícios de termas.

Na área do Cávado, Manuela Martins (1990: 224) distingue os casais das *villae*, pois apresentam uma pequena mancha de dispersão de materiais, na sua maioria *tegulae*, associada ou não a mós e a pedras de muros, ao invés das *villae*, que evidenciavam vestígios arquitectónicos ou material epigráfico.

De acordo com as medidas de dispersão propostas por Jorge de Alarcão (1995; 1998b: 92), a nossa área de estudo poderá apresentar os seguintes sítios como sendo, de facto, *villae*.

Nº Inventário	Sítios	Área de dispersão	Materiais	
			Mosaicos	Outros ^{II}
1	Vila Mendo	Vila escavada		•
2	Alto de Martim Vaz	Vila escavada	•	
3	Caxinas	Vila escavada		•
4	Campos Pereira	7000 m ²		•
5	Vila Boa	20000 m ²	•	
6	Paiço	_____	•	
7	Rorigo Velho	90000 m ²		•
8	Devesa	_____		•
9	S. Simão	60000 m ²		•
10	Sobreiral	40000 m ²		•
11	Monte dos Saltos	_____		•
Totais			27.27%	72.72%

Tab. 7 - Tabela relativa aos estabelecimento rurais – *villae* – de acordo com a tipologia e extensão dos vestígios materiais.

O autor integra no seu quadro tipológico a diferenciação entre *villae*, granjas e casais. As *villae* apresentariam os pavimentos em mosaico, revestimento de estuque pintado nas paredes, vestígios de termas, cerâmica comum e *sigillata*, numa área de dispersão

entre os 5000 e os 25000 m². De acordo com os dados compilados (ALMEIDA, 1969; ALMEIDA, 1998; MOREIRA, 2004; GOMES et alli, 2005) este parece ser o quadro tipológico que melhor se insere na nossa área geográfica, tendo em consideração a extensão da área de dispersão dos vestígios, assim como tipologia de achados, se bem que talvez se devessem acrescentar os vestígios de índole epigráfica, tal como aponta Manuela Martins (1990: 224).

Em apenas três destes sítios foram exumados mosaicos, pelo que, salvo indicações contrárias provenientes de futuras escavações, este elemento não parece situar-se no grupo dos materiais mais comuns entre os vestígios de *villae*. Contudo, é de referir que, pelo menos no caso dos mosaicos do Alto de Martim Vaz, estes surgem em contexto de escavação, pelo que esta condição poderá ser um indicador da possível exumação de mais conjuntos, a partir do momento em que se intervenha em todos estes 9 sítios de forma sistemática.

Em termos da área de dispersão dos vestígios materiais, os mesmos parecem ocorrer numa medida enquadrável na tipologia de Jorge de Alarcão, ou seja, entre os 5000 e os 25000 m², sendo apenas suplantada esta marca nos sítios de S. Simão (Santo Tirso) (R41.P29), que apresenta uma área de 60000 m², no sítio do Sobreiral (Santo Tirso) (R42.R32), com cerca de 40000 m² e no sítio de Rorigo Velho (Bougado, Trofa) (R24.R18), com uma área de dispersão de 300 por 300 metros (90000 m²).

Esta condição poderá ser associada aos processos pós-deposicionais, pois tal como refere Álvaro Moreira (2004: 30) para o sítio de S. Simão: [*“Actualmente toda a vertente norte da Serra de Monte Córdova, evidencia intensa ocupação humana e actividade agrícola. A topografia actual revela intensos trabalhos de terraceamento para a criação de largas plataformas de cultivo, que resultaram no aumento significativo da espessura do solo e consequentemente no encobrimento dos vestígios.”*].

Por isto mesmo, as medidas avançadas, tanto para S. Simão como para o sítio do Sobreiral e Rorigo Velho poderão advir deste mesmo indício, pois consideramo-la fora dos padrões normais, pelo menos para uma área rural como a nossa área de estudo. Não se evidencia na envolvimento imediata uma proximidade com um qualquer núcleo romano urbano de relevo e, consequentemente, com as respectivas elites locais^{XLIX}. O

^{XLIX} Neste particular, destacamos apenas a proximidade para o sítio de Rorigo Velho da cidade de *Cale*, a cerca de 16 quilómetros de distância para Sul e a cidade de *Bracara Augusta*, a cerca de 32.34 quilómetros. Enquanto que para os restantes sítios, estes encontram-se a cerca de 12 quilómetros de *Oculis* e a 26 quilómetros de *Bracara*. Contudo, apesar de serem distâncias perfeitamente alcançáveis num dia de jornada entre estas *villae* e as cidades descritas, cremos que a própria topografia não

tamanho das *villae*, assim como a qualidade dos materiais evidentes, teriam uma aparente relação com as estruturas urbanas e se estas estariam tão próximas quanto pudessem exercer uma relativa polarização económica e política, no que respeita às suas elites urbanas (PERESTRELO, 2002) favorecendo com isto a instalação de comunidades rurais mais ricas que pudessem adquirir determinado tipo de bens de luxo. As *villae* em análise apresentam, grosso modo, materiais que nos possibilitam discutir e correlacionar apenas níveis de ocupação relativa, de tal forma, que teremos de interligar os mesmos com os provenientes das várias necrópoles, que se associam a alguns destes locais de habitat e que revelam, neste caso, cronologias absolutas^L.

Desde já e por forma a simplificar a análise, poder-se-ão excluir os sítios do Sobreiral (Santo Tirso) e Campos Pereira (Vila do Conde) (**R17.P11**), pois não se apresentam quaisquer dados que nos possibilitem uma integração cronológica suficientemente credível. Apenas são referenciados os achados de *tegulae* e cerâmica comum, muito pouco para uma extrapolação de dados.

Outros sítios revelaram a mesma dificuldade de leitura, face à escassez de informação relativamente aos conjuntos de *Terra Sigillata*, não sendo de todo aferível um quadro tipológico, tendo-nos sido apenas possível discernir uma cronologia provável de ocupação, face à contextualização deposicional relativamente a outros elementos que foram exumados, concretamente conjuntos de *numus* e material epigráfico. É o caso de Vila Boa (Vila do Conde), Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim) e S. Simão (Santo Tirso) que revelaram, respectivamente, uma ara funerária do século IV, cerâmica bracarense^{L1}, uma ara votiva e um conjunto de moedas de *Constantino*.

Noutros, apenas conseguimos prevêr uma diacronia de ocupação através de dados provenientes das respectivas necrópoles dos seguintes sítios: Rorigo Velho (Santiago do Bougado, Trofa) (**R24.R18**) e o sítio da Devesa (Santo Tirso) (**R46.P26**).

O primeiro apresenta cerâmica comum e material de construção romano, numa área com cerca de 90000 m² e o segundo, onde não foram exumados nem recolhidos

convidava a propriedades com relativa extensão, facto ainda hoje visível no parcelamento rural desta área geográfica. Por isso, cremos que as *villae* mais extensas seriam as que estariam circundantes aos próprios núcleos urbanos, onde proliferariam as respectivas elites locais que dominavam o movimento político cidadão.

^L Para este caso referimo-nos às necrópoles de Caxinas (Vila do Conde), Necrópole de Vila Boa e Paiço (Guilhabreu, Vila do Conde), Rorigo Velho (Bougado, Trofa) e Devesa (Santo Tirso).

^{L1} O que nos poderá reportar para a proveniência desta peça no contexto regional. Existe a concreta possibilidade deste tipo de cerâmica ser oriunda de *Bracara Augusta*, fabricada a partir dos caulinos da orla litoral, nomeadamente da zona de Esposende e Barcelos (MORAIS, 2005; CARVALHO, 2008). Associa-se a um momento cronológico relativo ao Alto-Imperio (Séc. I d.C.).

materiais cerâmicos e/ou outros que nos indicassem uma provável cronologia e integração tipológica, para além de vestígios de um provável hipocausto.

No entanto, a existência da respectiva necrópole bem próxima ao sítio de Rorigo Velho (ver anexos) e na qual foram exumados materiais cerâmicos associáveis ao século IV/V d.C., designadamente, as *Sigillatas* Clara D, forma *Hayes 67* e a cerâmica de engobe vermelho de imitação de *sigillata*, com imitação das formas *Hayes 59 B*, *Hayes 59/67* e *Hayes 73*, assim como através da exumação de uma pulseira em vidro, de perfil plano-convexo e de cor negra, enquadrável num período alargado, que vai do século I ao século V d.C. permitiu balizar a ocupação deste sítio, pelo menos entre o século III e o século V d.C., já no Baixo-Império (MOREIRA, 2002: 69-87).

No segundo caso [o sítio da Devesa], localizado na Quinta da Devesa e com associação a uma necrópole, que poderá ter pertencido e integrado o *fundus* da *villa* da Devesa. Localiza-se na respectiva orla, a cerca de 150 a 200 metros para Sul, revelando um conjunto arefactual com associação provável ao século IV d.C., integrando-se no grupo das cerâmicas de engobe vermelho imitação de *sigillata*, concretamente a forma *Hayes 61* (MOREIRA, 2004: 7-14).

Os sítios a litoral, nomeadamente as *villae* das Caxinas (Vila do Conde) (**R8.M3**), Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim) e a Vila Mendo (Estela, Póvoa de Varzim) (**R1.A2**) apresentaram indícios de uma clara ocupação do espaço, sempre em função da lógica comercial e aproveitamento dos recursos marinhos. Identificaram-se estruturas de salga do peixe em Alto de Martim Vaz^{LII}, bem como, indícios de fauna malacológica^{LIII} e pesos de rede em xisto em Vila Mendo (GOMES et alli, 2005), o que nos leva a aferir que estes espaços estariam vocacionados economicamente para a prática pesqueira e de preparação de derivados de peixe^{LIV}.

Estes complexos encontram correspondência com outros com idêntica implantação, nomeadamente, na área de Matosinhos e Leça da Palmeira, designadamente, o complexo de salga de peixe de Angeiras (Lavra) (MOREIRA, 2002:41).

^{LII} Foram exumados conjuntos de tanques associáveis à exploração do *garum*.

^{LIII} As várias espécies exumadas associam-se a águas costeiras e pouco profundas, podendo ser apanhadas na maré baixa e nos rochedos. Entre estas espécies estão a Lapa (*Patella vulgata*), Mexilhão (*Mytilus galloprovincialis*), búzio comum (*Charonia lampas*) e Litorina, Caramujo (*Littorina littorea*).

^{LIV} Para este facto, não será de todo estranho a quantidade invulgar de elementos cerâmicos exumados com associação aos grandes contentores (*dolium*), assim como alguidares e bacias provavelmente com a finalidade da preparação do peixe. Em alguns destes alguidares e painéis surge um orifício no seu interior, na parte central, não tendo sido detectado nenhum paralelo em outras *villae*, nem foi identificada a sua funcionalidade aparente (Gomes et alli, 2005: 229).

Os materiais exumados em ambiente de escavação, como em Caxinas e Vila Mendo, permitem-nos inferir que o nível de ocupação primária destes espaços terá sido indígena, pois foram recolhidos fragmentos cerâmicos de clara filiação às cerâmicas micáceas com paralelos ao mundo do Iº milénio a.C.^{LV} nesta parte concreta do território e em sítios como Terroso, Bagunte, Alvarelhos, Padrão e Penices, entre outros. Por outro lado, há registos de um “tesouro” em ouro e prata, apresentando paralelos com a cultura indígena, nomeadamente, no Monte de S. Félix (**F2.D7**), em Terroso (GOMES et alli, 2005) (**F1.G6**) e Bagunte (LADRA FERNANDÉZ, 2003) (**F3.K12**). Com efeito, a recolha de um “*sestércio*” de Adriano, datável do século II d.C. (117-138 d.C.), permitem, a par da *Sigillata* e da cerâmica cinzenta fina polida, datar com segurança os níveis médios de ocupação desta *villa* (Vila Mendo) no século II d.C. (GOMES et alli, 2005).

Com isto, assumimos que esta forma de estabelecimento terá emergido a partir do século I a.C., num movimento gradual das comunidades “castrejas”, que começaram a ocupar a planície marítima e a explorar mais insistentemente os recursos marinhos ou mesmo por povoadores exógenos, como é documentado no Castro do Monte Murado (V.N. de Gaia), através do registo de duas “*Tesserae hospitales*”^{LVI}. Estas indicam um pacto de hospitalidade celebrado em 7 d.C. / 9 d.C., entre um romano e indígenas pertencentes aos *Turduli Veteres*, habitantes do povoado fortificado (SILVA, 1986: 310-314), constituindo excepcional importância para o estudo da organização social indígena na Antiguidade e das relações que estabeleceram com os invasores romanos.

Desta forma, e face aos elementos recolhidos e aqui analisados, podemos aferir uma baliza cronológica para os complexos até agora identificados entre o século I a.C./d.C., através dos vestígios exumados na Vila Mendo (Póvoa de Varzim) e Caxinas (Vila do Conde) e o século IV/V d.C., de acordo com os dados provindos de sítios como Rorigo Velho, S. Simão, Vila Boa e Devesa.

^{LV} Como forma de exemplo, dentro do grupo das cerâmicas recolhidas na Vila Mendo (GOMES et alli, 2005; ALMEIDA, 1998) destacam-se as cerâmicas de pasta grosseira e outras com elevado número de mica como desengordurante nas pastas, assim como outros exemplares decorados de forma incisa, com motivo em espinha e de perfil em “SSS”.

Para além da cerâmica de associação ao mundo indígena, foram exumados elementos de ourivesaria, nomeadamente, duas arrecadas em ouro, um colar articulado, uma cabeça de torques e um “bolo” em prata (GOMES et alli, 2005: 225-226). De facto, este tesouro “escondido” poderá associar-se à crise do século III d.C., com os primeiros contactos e investidas “Bárbaras” na região.

^{LVI} As *tesserae* referidas são duas placas de bronze de tipologia e cronologia aproximada (ano 7 d.C. e ano 9 d.C.) contendo duas inscrições latinas referentes a dois pactos de hospitalidade entre *Decimus Iulius Cilo*, da tribo *Galeria*, e vários indivíduos indígenas dos *Turduli Veteres*.

De facto, estas conclusões levam-nos para outras, dentro da esfera local de ocupação:

Que os indícios até agora recolhidos atestam que a ocupação das *villae* se procedeu mais precocemente nas áreas litorais, sendo que o mesmo processo para as áreas de vale ter-se-à desenvolvido mais tardiamente. Assim como apontamos a faixa litoral como área já sob domínio administrativo romano efectivo, nos finais do século I a.C..

Esta aparente relação incide nos indícios indígenas exumados tanto na Vila Mendo como em Caxinas e que a falta dos mesmos na área de vale parecem aferir que nesta parte concreta do território, para além do processo de mudança incidir de forma mais tardia, o povoamento rural ocupa preferencialmente povoados fortificados, de baixa altitude, os quais integramos no tipo de povoamento indígena, precisamente, nos Castros de tipologia C (ver *anexo III*). Esta forma de povoamento estaria mais vocacionada para a agricultura, divergindo da tipologia de ocupação do litoral que parece especializar-se na criação de espaços industriais focalizados essencialmente na exploração dos recursos marítimos e no comércio anfórico do vinho e azeite.

A litoral, o povoamento parece ter-se desenvolvido de forma centrífuga a partir da Cividade de Terroso, direccionando-se numa primeira fase (séc. I a.C.), para outros de índole “agrícola”, de baixa altitude localizados na faixa poente do território e os quais parecem estar associados à criação da primeira rede viária, precisamente à via “*per loca maritima*”.

Este processo culmina com a instalação das primeiras comunidades indígenas em *villae*, desenvolvendo a partir dessa fase todo o processo industrial de produção dos preparados de peixe. A noção de que a emergência deste fenómeno seria decorrente do século II d.C., não poderá ser agora considerada, pois o registo de materiais autóctones contrapõe em definitivo este ponto de vista. Não será um processo claramente romano, mas sim uma consequência da romanização.

O aparecimento nas *villae* de materiais mais tardios é frequentemente associado ao florescimento, no Baixo-Império, deste tipo de estabelecimentos, num período em que se deu um maior destaque à produção agro-pecuária (PERESTRELO, 2002: 150). De facto, parece ter existido alguma dificuldade de implantação deste género de povoamento no século I d.C, sendo por isso, um fenómeno raro, tornando-se mais frequente a partir de inícios do século II d.C..

Nas zonas de vale, a administração romana parece ter preferido manter essencialmente o povoamento de matriz indígena, visível em povoados de Tipo C e alguns de Tipo A que

perduraram até finais século I d.C., sendo que será a partir desta linha cronológica que se torna visível uma proliferação das *villae* e outros complexos no Noroeste Peninsular. Um outro caso que aponta uma cronologia de ocupação entre os séculos II/IV d.C., é o sítio do Monte dos Saltos que, em escavações recentes, parece ter revelado *Sigillata* hispânica, lucernas de fabrico local e regional, material no baixo-império como *Sigillata* Claras e cerâmica de engobe vermelho imitação de *Sigillata*, moedas de *Constantino* e uma estela funerária. A especificidade deste sítio relaciona-se com a sua implantação de forma sobranceira ao rio Ave, sendo integrante de uma possível rota comercial provinda por esta linha de água e através da inclusão numa rota económica terrestre, que levaria os produtos recolhidos no Ave, redistribuindo-os quer para Sul, para o Castro do Padrão e Sanfins e para Norte, para o Castro de Penices, Alto das Eiras e *Bracara Augusta*. Não apresentando quaisquer indícios de ter sido uma *villa* resolvemos considerá-lo e integrá-lo como tal, pois cremos que seria um estabelecimento destacável no quadro económico da região, talvez mesmo comparável a Outeiro dos Picotos (Barca do Lago, Esposende), também um importante centro redistribuidor localizado nas margens do Cávado.

i. Exploração dos *fundi* – economia das *villae*

Uma outra problemática decorrente do estudo destes complexos é a dificuldade na delimitação do respectivo *fundus* que, como se sabe, terá cabido às *villae* o papel estruturante nas novas formas de apropriação do espaço (CARVALHO, 2008: 393).

As mudanças processadas com o advento da romanização na paisagem rural não só incidiram na estrutura física de povoamento, mas também no arroteamento do espaço, rompendo com a tradicional estrutura social indígena de ocupação. As novas formas jurídicas e administrativas, bem como um novo regime de tributação (ibidem), decorrentes de uma apropriação privada do espaço, apresentam-se praticamente impossíveis de definir, mas que representaram certamente uma revolução paisagística nunca vista até então.

Em termos gerais, a nossa área de estudo apresenta todas as características descritas no anteriormente, sendo perfeitamente detectáveis núcleos de povoamento rural, de acordo com a disposição dos melhores terrenos para a prática agrícola e para a exploração dos recursos marinhos e fluviais.

Pretendemos com a nossa exposição tentar demonstrar que esta multidiversidade económica características destes terrenos, reflectiu-se na tipologia de estabelecimento rural romano, parecendo haver formas de povoamento específicas, consoante a especialização económica destes complexos.

Tal como referimos relativamente ao povoamento indígena deste mesmo território, procedeu-se de forma intencional à “fuga” aos terrenos xistosos (leptosolos), mais difíceis de moldar para a prática agrícola. Com esta verosimilhança, deparamo-nos com a possibilidade de o povoamento do Iº milénio a.C. efectuar uma escolha criteriosa dos seus terrenos de implantação, de acordo com as reais capacidades agrícolas dos mesmos. Para o povoamento romano, também verificamos esta mesma especificidade geomorfológica, pois, após a implantação em cartografia referente à geologia da área circunscrita (ver anexo III), os diversos núcleos de habitat parecem deter uma relação, aparentemente, centrífuga face aos terrenos xistosos.

As *villae* do litoral parecem detêr graus de especialização na transformação dos recursos do mar e terem desenvolvido a sua economia especificamente a partir desta condição. Aqui consideramos o comércio marítimo, nomeadamente, a importação de ânforas.

Nas áreas de vale, o grosso do povoamento instala-se em zonas de meia-encosta, com uma visualização plena, pelo menos em dois sentidos, normalmente, nascente-poente, de acordo com o curso da linha dominante que é o Rio Ave^{LVII}.

A geomorfologia e o relevo dominantes parecem influir na instalação destes complexos, pois verificamos que os mesmos acompanham as linhas de água preferenciais, capazes de contribuir economicamente para o desenvolvimento comercial. Aqui consideramos não só as linhas fluviais, mas também a possibilidade económica decorrente da rega dos campos de cultivo. Verificamos que muitas destas estações instalam-se nas bordaduras das elevações de terreno, nas vertentes norte do Monte Córdova, com vista para o Rio Ave; na face nascente do Monte Grande, com vista para a Ribeira da Aldeia e nas faces a poente destas elevações, dominando os vales correspondentes.

Outros estabelecimentos mais pequenos, pequenos casais integrantes do *fundi* destas *villae*, implantam-se preferencialmente nas zonas mais baixas, porventura relacionando-

^{LVII} De facto, registamos que o grosso do povoamento rural romano se efectivou ao longo ou beneficiando desta linha de água e menos ao longo do rio Este que, ao contrário do que é possível observar durante o I milénio a.C., não parece detêr o mesmo tipo de atracção económica. Estará esta situação relacionada com as maiores necessidades económicas da administração romana?

se mais directa e incisivamente na função específica que detinham, ou seja, a prática da agro-pecuária.

Comparando com outras áreas do nosso território, aferimos as mesmas características que as da nossa área de estudo, designadamente, no Baixo Côa e no Douro, onde se previligiam os locais com boa aptidão agrícola (PERESTRELO, 2002: 152).

As várias concentrações de povoamento parecem corresponder a um corredor natural de passagem milenar, dispendo-se o povoamento rural ao longo da faixa geológica entre o Monte Grande e o Monte Córdova e planície marítima. Acresce o facto que as vias mais importantes que atravessavam o território (*Olisipo-Bracara Augusta* e via de ligação entre *Cale* e o troço *Bracara-Egitânia*) desenvolvem-se nestas mesmas faixas.

Identificámos que as “*villae a mare*” apresentam como altitude média os 8.33 metros, enquanto as de vale os 132 metros. Para as granjas detectámos uma altimetria média de 144.5 metros, enquanto que para os casais esta média baixa consideravelmente para os 127.09 metros, facto que realçamos no que nos parece ser uma óbvia opção de povoamento.

Já as necrópoles apresentam uma altitude média de 92.18 metros, o que nos parece ser uma medida reveladora da especificidade de povoamento, enquanto os locais de habitat se mantinham a meia-altura, as várias necrópoles implantam-se em zonas mais baixas, para lá do mundo dos vivos, precisamente no lado oposto das linhas de água e/ou rede viária.

Altimetria dos vários estabelecimentos

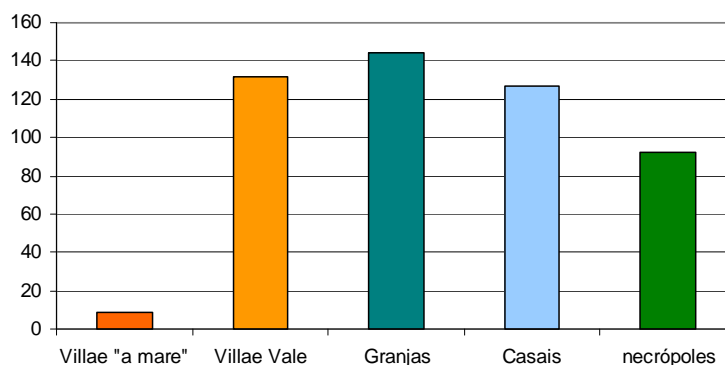


Gráfico - 12

O tipo de implantação das *villae* obedece a alguns critérios que não queremos deixar de referir por poderem ajudar-nos a interpretar os parques dados que possuímos.

Será comum às *villae* do Alto-Império localizarem-se preferencialmente junto à rede viária e fluvial, por forma a beneficiarem do “princípio do transporte” (MARTINS, 1990: 230), ou seja, como pólos integrantes da rede de comércio, favorecida por uma rede viária implementada com vista a promover a troca de bens e pessoas intensivamente. Atendendo a este critério, apesar de em certos casos os vestígios materiais apontarem para ocupações do baixo-império, cremos que alguns destes estabelecimentos já estariam implantados antes do século III d.C..

Também parece ser comum aos estabelecimentos do Alto-Império implantarem-se nos terrenos de influência de um antigo povoado fortificado, no que se poderá considerar como a ocupação do *fundus* pelas elites indígenas que, com a romanização, alcançaram alguma preponderância no contexto social local. Vemos como exemplo o sítio de Vila Boa e S. Simão. Estas estações localizam-se a Norte dos respectivos povoados fortificados, respectivamente, Alvarelhos e Padrão.

Já de forma inversa, os estabelecimentos associados ao baixo-império parecem preferir zonas baixas de vale, por forma a explorarem mais intensivamente os recursos agro-pecuários (id ibidem; PERESTRELO, 2002: 150).

O caso de Vila Boa, implantado nos terrenos de influência do Castro de Alvarelhos, apresenta materiais concordantes com uma possível ocupação (pelo menos a fase de abandono) durante os séculos IV/V d.C.. Contudo, não são referenciados quaisquer materiais anteriores a essa fase. Localiza-se sobre a encosta poente do Monte Grande, dominando os terrenos de vale até Guilhabreu, Vilar e Malta (Vila do Conde), desenvolvendo-se sobre a via “*per loca maritima*” que passaria a não mais que um quilómetro deste local. De facto, a mancha de dispersão de materiais deste sítio indicia a sua importância no contexto administrativo romano, nomeadamente, pelos indícios epigráficos recolhidos nos seus terrenos.

O aparecimento de uma pátera em prata^{LVIII} nos terrenos da Quinta do Paiço, datada do século II/III d.C., lança à discussão esta mesma possibilidade, sendo discutível a interpretação da sua inscrição, ou seja, se “SAUR (...)” seria um teónimo indígena ou apenas o cognome desconhecido do dedicante. Hubner (1871, 69), Leite de Vasconcelos (1905: 310-311), Blásquez (1962: 124-125; *CIL*, II, nº 2373) e Encarnação (1975: 270-274) consideram-na como uma abreviatura do Deus, pois a acompanhar esta designação

^{LVIII} Esta pátera em prata detinha a seguinte inscrição: “S (*extus*). ARQUI (*us*). CIM (*bri*) L (*ibertus*). SAUR (...). V (*otum*). S (*olvit*) . L (*ibens*) . M (*erito*).” (MOREIRA, 2002: 59).

surge uma figura que parece ser a de Marte. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1969: 28-29) e Alain Tranoy (1981: 314), consideram, de acordo com a representação figurativa da pátera, como sendo a abreviatura do dedicante em associação à imagem figurativa do Deus. Esta peça é única no contexto do Noroeste Peninsular face à escassez de representações similares (MOREIRA, 2002: 60)^{LIX}. A possível associação a um teónimo indígena poderá aferir a possibilidade de ocupação de Vila Boa ter sido efectuada por indígenas a partir dos finais do século I d.C.

Da mesma situação poderá ter beneficiado o sítio de Rorigo Velho, implantado contiguamente à via XVI (*Cale-Bracara*), numa zona onde os vestígios romanos associados a esta via se revelam bastante profícuos, assim como nos parece ter sido uma área bastante movimentada ao longo do tempo e beneficiada por duas rotas viárias, uma como se disse, integrando a via XVI e uma outra, que saindo da povoação do Muro, parece dirigir-se para Norte em linha recta até ao Castro de Penices (MANTAS, 1996, ALARCÃO, 1995). Esta *villa* localiza-se precisamente entre as duas vias, o que leva a considerar ser um provável estabelecimento do Alto-Império, aquando da criação da rede viária por Augusto.

Este sítio encontra-se na vertente nordeste da elevação que se desenvolve para as margens do rio Ave, precisamente na zona onde actualmente se implanta a cidade da Trofa.

Já o sítio de S. Simão (Burgães, Santo Tirso) parece ir ao encontro desta mesma especificidade na forma como se encontra localizado, ou seja, na vertente Norte do Monte Córdova, sobranceira às margens do Ave e ladeado pela via de ligação entre *Cale* e *Bracara-Egitânia* que se desenvolvia na sua vertente Oeste e Norte.

Este parece ser o critério preconizado para estabelecimentos do Alto-Império, localizado-se nas imediações dos terrenos de exploração de um antigo castro fortificado, sempre nas áreas de influência acima dos 30 minutos para Norte, fora da área de exploração intensiva do povoado fortificado. É o caso de S. Simão e de Vila Boa, o que poderá querer dizer que a sua instalação procedeu-se, quando os referidos povoados fortificados ainda mantinham algumas das suas funções administrativas e políticas, pois tanto Alvarelhos como Padrão apenas começaram o processo de abandono progressivo durante o século III d.C.. A *Sigillata* Hispânica recolhida em Santa Cruz, sendo esta

^{LIX} Encontram-se paralelos provenientes do Santuário de Nossa Senhora da Piedade (Penafiel) e outra que se encontra em depósito no Museu Soares dos Reis no Porto (TRANOY, 1981: 314; MOREIRA, 2002: 60).

uma provável granja integrada no *fundus* de S. Simão, afere que a criação e ocupação destas *villae* terá sido efectuada a partir de finais do século I ou durante o século II d.C. e pelas elites locais que provinham destes mesmos povoados fortificados.

O sítio do Monte dos Saltos/Portos (Lamas, Santo Tirso), implantado na vertente sul das margens do Ave, apresenta imenso material de importação, associado a um possível estabelecimento de escoamento, recolha e redistribuição dos produtos que chegavam pelo rio Ave, ou seja, um grande porto e grande receptor de mercadoria rumo a *Bracara Augusta* (MORAIS, 2005; CARVALHO, 2008). Cremos que nessa área se estabelecerá uma outra via que ligaria uma possível rota económica entre Monte Padrão/Sanfins, Torre Alta/Monte dos Saltos, Castro de S. Miguel-o-Anjo (Calendário, V. N. Famalicão), Castro de Penices, S. Pedro de Rates e Lagoa Negra/Outeiro dos Picotos (Barca do Lago, Esposende) até às margens do Cávado. Esta possibilidade associa-se ao nível de povoamento romano, onde se identificaram diversos núcleos em zonas correspondentes ao nosso circuito. Em Monte dos Saltos, ao correr uma via a partir do Ave para Noroeste, deparamo-nos com os sítios de Lugar da Igreja e Cimo da Vila, possíveis casais que se associam a um outro, pensa-se, de finalidade termal, como é o caso de Caldas da Saúde (MOREIRA, 2004).

O sítio da Devesa, ao implantar-se em plena zona de várzea do rio Ave, a uma altitude bastante baixa (61 metros), parece associar-se a um estabelecimento do baixo-império, apesar da proximidade da mesma via que circunda o sítio de S. Simão e dos materiais recolhidos em Dinis, que se associam ao alto-império. Os indícios materiais apontam para o século IV/V d.C.. pelo menos para a sua fase de abandono, o que aliado à sua implantação geomorfológica, uma medida propositada no sentido da exploração intensiva dos terrenos bastante férteis das margens do rio Ave, uma provável fundação do baixo-império, a partir do século III d.C.^{LX}.

Da mesma forma, o sítio de Campos Pereira parece adequar-se às mesmas condições que Devesa, pois implanta-se a baixa altitude (51 metros), precisamente nos terrenos de aluvião das margens do Rio Ave.

^{LX} Relativamente ao sítio de Dinis, a recolha de materiais do Alto-império (*Sigillata* Hispânica), admite a possibilidade do sítio da Devesa poder integrar-se nesta baliza cronológica. Presumimos esta condição face à relativa proximidade do sítio de Dinis em relação a Devesa, sendo perfeitamente possível integrá-lo no *fundus* de Devesa.

Aguardamos mais informações sobre este sítio, concretamente indícios de materiais balizáveis no Alto-império.

De outra forma, a localização da Devesa em plena malha urbana Tirsense, poderá impedir uma futura análise. Aguardam-se por possíveis resultados no âmbito de acompanhamentos arqueológicos na área urbana de Santo Tirso.

Para esta estação não possuímos dados cronológicos que nos permitam retirar quaisquer outras conclusões, pois como se aferiu anteriormente, apenas foram recolhidos pequenos fragmentos de cerâmica comum e *tegulae* numa área superior a 7000 m².

As estações implantadas no litoral como o Alto de Martim Vaz, Caxinas e Vila Mendo, parecem ser estabelecimentos do Alto-Império, numa estratégia intencional no sentido da exploração intensiva dos recursos do mar. Estes sítios implantados na faixa costeira beneficiam igualmente de uma linha viária “*per loca maritima*” que permitia a comunicação entre os vários estabelecimentos.

O quadro seguinte sistematiza o processo cronológico das *villae*, de acordo com a leitura dos dados geomorfológicos característicos de cada um deles.

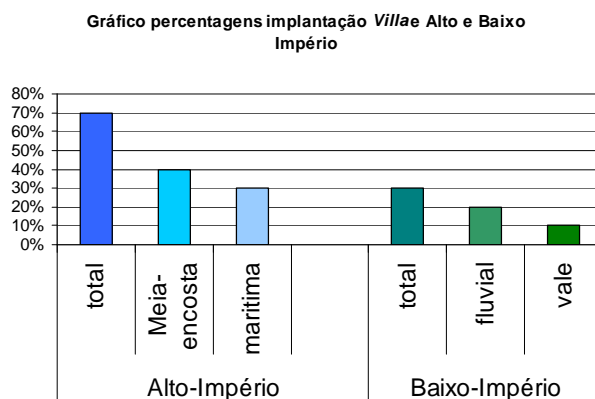


Gráfico 13

Atendendo aos dados inseridos no quadro em baixo, verificamos que há um predomínio dos sítios associáveis ao Alto-Império, cerca de 70% do conjunto. Constatamos que 50% da amostra prefere uma implantação a meia-encosta, de forma sobranceira aos terrenos de vale e são também estes sítios que aparentam uma conotação ao Alto-Império. Os restantes 50% dividem-se entre o povoamento em áreas baixas fluviais (20%) e marítimas (30%). Para esta última percentagem, as estações associam-se também ao povoamento relativo ao Alto-Império.

N ^o inv.	Sítio	Concelho	Altimetria (metros)	Vias	Tipo implantação			Cronologia de implantação	
					Planície			Alto-Império	Baixo-Império
					marítima	Fluvial	Vale ^{LXI}		
R1.A2	Vila Mendo	P. Varzim	13	•	•			•	
R2.J2	Alto de Martim Vaz	P. Varzim	6	•	•			•	
R8.M3	Caxinas	P. Varzim	6	•	•			•	
R15.U13	Vila Boa	Vila do Conde	147	•			•	•	
R24.R18	Rorigo Velho	Trofa	35	•			•	• (?)	
R41.P29	S. Simão	Santo Tirso	130	•			•	•	
R39.N28	Monte dos Saltos	Santo Tirso	85	• (?)			•	•	
R46.P26	Devesa	Santo Tirso	61	•		•			•
R42.R32	Sobreiral	Santo Tirso	420	— (?)			•		•
R17.P11	Campos Pereira	Vila do Conde	51	•		•			•
TOTALS				8 (80%)	3 (30%)	2 (20%)	5 (50%)	7 (70%)	3 (30%)

LXII

^{LXI}Entenda-se aqui por vale, os sítios que se localizam nas vertentes de meia-encosta, sobranceiramente aos terrenos de vale e/ou várzea fluvial.

^{LXII} **Tabela 8**, relativa aos aglomerados rurais, de acordo com a tipologia de implantação e cronologias.

e) Granjas e Casais

Dentro da área de exploração das *villae*, outras estruturas poderão ser detectadas. Estas terão como finalidade a exploração económica do *territorium*, alargando as áreas limites de exploração, assim como a diversidade explorativa.

Estas formas de povoamento revelam-se difíceis de discernir. As condicionantes pós-deposicionais limitam a análise e identificação, tornando-se difícil a distinção entre uma granja e uma *villae*.

Como se constata, quaisquer interpretações efectuadas sobre as formas de povoamento,

Nº inv.	Sítio	Concelho	Área de dispersão	Materiais associados
R13.Q12	Quinta Vilas Boas	Trofa	>4000 m ²	Cerâmica Comum/Tegulae
R32.R14	Aldeia/Outeiro	Trofa	3500 m ²	Cerâmica Comum/Construção/Sigillata Hispânica/Sigillata Clara D
R35.S14	Cerro	Trofa	4000 m ²	Cerâmica Comum Tardo-Romana/Sigillata Clara D/Cerâmica Comum Engobe vermelho imitação Sigillata
R33.S14	Cidói	Trofa	3000 m ²	Cerâmica Comum/Tegulae
R14.V14	Palmação	Trofa	4000 m ²	Cerâmica Comum/Tegulae/Cosoiros
R48.P27	Mosteiro I	Santo Tirso	5000 m ²	Cerâmica Comum/Tegulae
R40.Q29	Santa Cruz	Santo Tirso	—	cerâmica comum/tegulae/Sigillata Hispânica
R43.U26	S. Paio Guimarei	Santo Tirso	4000 m ²	Numus Tardo-romana/Cerâmica Comum/Tegulae

Tab. 9 - Tabela indicativa das quintas em análise

tendo apenas em consideração os achados revelados à superfície poderá induzir em erro o arqueólogo.

As **Granjas** poderão diferir das *villae* em tamanho, ocupando uma área entre os 1000 e os 5000 m² (ALARCÃO, 1998: 95-96). Poderão revelar superficialmente fragmentos de *opus signinum*, tijolos de colunas, fuste tosco de pedra local, capiteis simples toscano e *sigillata*. Assim, como referencia Perestrelo (2002: 147): [“...a distinção entre este tipo de habitat é apenas de natureza metodológica.”]; mencionando de igual modo as dificuldades relativas à distinção entre as *villae* e os complexos mais pequenos, as granjas.

Neste particular, considerando o processo metodológico preconizado por vários autores, para a nossa área de estudo,

enquadramos os casos seguintes como integráveis nesta categoria tipológica. De ressaltar que apenas consideramos os vestígios de superfície, factor igualmente limitador, face às inerências da exploração agrícola intensiva desta área geográfica.

Numa análise simples podemos verificar que são oito as estações que aparentemente apresentam, pelas suas características, machas de dispersão de materiais mais pequenas, como consequência de edifícios de menores dimensões pertencentes a proprietários de recursos mais limitados e com menos acesso a produtos de luxo e a construções grandiosas (PERESTRELO, 2002: 147).

De destacar que estes complexos apresentam uma baliza cronológica de ocupação entre o século I/II d.C. (*Sigillata* hispânica) de Aldeia/Outeiro (Trofa) (**R32.R14**) e Santa Cruz (Burgães, Santo Tirso) (**R40.Q29**) e o século IV d.C., registando-se pequenos fragmentos de *Sigillata* Clara D para os sítios de Aldeia/Outeiro e Cerro (Trofa) (**R35.S14**), assim como cerâmica comum de engobe vermelho imitação de *Sigillata* (séc. IV d.C.), para o sítio do Cerro e um conjunto de *numus* tardo-romano para o sítio de S. Paio de Guimarei (Santo Tirso) (**R43.U26**) (MOREIRA, 2002, 2004).

De facto, para as granjas não surgem vestígios ocupacionais entre o século I a.C. e o século I d.C., tendo sido recolhidos elementos que nos permitam inferir que este tipo de estabelecimentos serão cronologicamente mais tardios, relativamente aos grande complexos (*villae*).

De forma a aferir esta possibilidade dever-se-á recorrer a intervenções sistemáticas programadas, de maneira a serem decifrados os níveis mais fundos, precisamente do momento construtivo destas estruturas.

Ao nível da implantação destes complexos divide-se o mesmo entre dois tipos: 1- Os terrenos mais baixos e mais perto de linhas de água, concretamente, contíguo à Ribeira da Aldeia/Rio Ave; 2- E o povoamento em zonas mais elevadas, já acima da média altimétrica verificada para as *villae*. Desta forma detectámos uma percentagem de 62.5% relativo ao povoamento de granjas em zonas mais elevadas e 37.5% para o povoamento em zonas baixas/várzea.

Identificamos os povoados de Palmazão (Guilhabreu, Vila do Conde) (**R14.V14**), Cidói (Muro, Trofa) (**R33.S14**), Santa Cruz (Santo Tirso) (**R40.Q29**), Quinta das Vilas Boas (**R13.Q12**) e S. Paio de Guimarei (Santo Tirso) (**R43.U26**) que se encontram implantados de forma sobranceira ao vale e/ou margens do Rio Ave/Ribeira da Aldeia

ou ao vale relativo aos terrenos actuais de Guilhabreu e Malta. Os sítios de Mosteiro I, Cerro (Muro, Vila do Conde), Aldeia/Outeiro (Trofa) integram o povoamento em zonas mais baixas, concretamente, as margens do Rio Ave e Ribeira da Aldeia.

Cronologicamente, os sítios de S. Paio de Guimarei, Cerro e Palmazão apresentam materiais associáveis ao Baixo-Império ou pelo menos referentes ao seu nível de abandono.

Considerando os pressupostos anteriores, relativamente ao tipo de implantação geomorfológica e paisagem envolvente, cremos que o sítio de Cerro, terá sido provavelmente criado durante o Baixo-Império, pelas condições agrícolas privilegiadas em que se encontra e pela relativa proximidade ao sítio de Aldeia/Outeiro, cerca de 300 metros. No entanto, tal como se referiu, o registo de *Sigillata* hispânica em Aldeia/Outeiro confere ao mesmo uma cronologia a partir do século II d.C. A proximidade de Cerro relativamente a este sítio terá a ver, provavelmente, com o aumento destas formas de estabelecimento a partir do baixo-império e em áreas mais baixas, mais perto dos vales.

O sítio de Palmazão dista do Castro de Alvarelhos cerca de 900 metros e localiza-se a meia-encosta para o vale a poente, sendo um ponto destacável da paisagem a partir do vale. Apesar de surgirem referências medievais referindo-o como “(...) *villa Palmazani* (...)” (MANTAS, 1996; MOREIRA, 2002: 136), terá sido uma granja que, pelas condições de implantação, terá integrado o *fundus* de Vila Boa, distando desta cerca de 800 metros. Além disso, pensa-se que uma via que seguiria para poente saindo de Alvarelhos, passaria exactamente por Palmazão inflectindo para Norte logo de seguida, rumo ao litoral atravessando o Ave nas imediações do Castro de Retorta (ALMEIDA, 1980; MANTAS, 1996).

Por sua vez, os sítios de Cidói e Santa Cruz apresentam uma altitude mais elevada, 111 e 309 metros, respectivamente, indiciando as suas origens no Alto-Império, confluindo interesses com as respectivas *villae* da região. Circundando os mesmos sítios, surge a Ribeira da Aldeia para Cidói e a via de ligação entre *Cale* e a via *Bracara-Egitânia*.

O sítio de Santa Cruz apresenta materiais associáveis a este período cronológico, ao terem sido recolhidas *Sigillata Hispânica*, o que poderá ser um indicador do exercício que temos vindo aqui a debater e da possibilidade deste sítio ser parte integrante do *fundus* de S. Simão.

O que nos leva a crer é que as granjas do Alto-Império apresentam uma finalidade de exploração multidiversificada do respectivo *fundus*. Enquanto as *villae* se localizavam a meia encosta dominando as linhas fluviais e/ou os vales, permitindo com isso, ser o centro polarizador dos terrenos agro-silvo e pastoris, as granjas, implantando-se numa média altimétrica superior às *villae* poderão relacionar-se com a necessidade de suprir outras necessidade económicas, designadamente, a recolha de todo o material necessário à vida rural, como as forragens para animais, a lenha para o aquecimento e construção de todo o mundo rural.

Para o Baixo-Império a aparente descida altimétrica poderá relacionar-se com uma maior necessidade agrícola e pecuária. Com o abandono de alguns dos antigos castros com a romanização e outros a partir do século III d.C., terá havido uma reflorestação destes locais, tornando mais fácil o alcance ao material arbustivo e florestal necessário à sobrevivência das comunidades.

Os *casais*, por seu turno, seriam pequenos complexos direccionados exclusivamente para a prática agrícola, sendo habitados por agricultores e suas famílias. Por esta condição, os materiais provenientes destes locais são normalmente pobres (cerâmica comum e *tegulae*), com clara filiação à exploração agrícola, sendo comum a recolha em trabalhos de prospecção de pequenos fragmentos de mó.

Jorge de Alarcão (1998b) refere que a possível mancha de dispersão destas estruturas se situará entre os 100 e os 1000 m² para o Norte de Portugal, sendo por essa condição mais difíceis de identificar, por se poderem confundir com outros *aedificiae in agris*, que serviriam de apoio às *villae* e granjas. Referimo-nos aos *tuguria* ou *campanna*, sobretudo se os casais integram o *fundus* de uma *villae* e/ou granja.

Nesta perspectiva, compartimentamos os sítios seguintes que, por apresentarem manchas de dispersão de materiais irrisórios ou difíceis de definir e vestígios de materiais pobres (cerâmica comum e *tegulae*), poderão representar certamente, estruturas de apoio à exploração agrícola dos vários *fundi*.

Nº inv.	Sítio	Concelho	Área de dispersão	Materiais associados
R9.H11	Moldes	Vila do Conde	----- -----	-----
R12.R13	Póvoa/ Campelo	Trofa	----- -----	Cerâmica Comum/Tegulae
R34.R14	Póvoa	Trofa	----- -----	<i>Cerâmica comum/Tegulae</i>
R30.P16	Bairros	Trofa	----- -----	Cerâmica Comum/Tegulae
R27.U15	Grova	Trofa	----- ---	Talhas/cerâmica comum/Tegulae
R50.Q27	Dinis	Santo Tirso	----- -----	Telhas/cerâmica comum/Sigillatas hispânicas e cerâmica comum de engobe vermelho imitação sigillata
R44.T26	Vermoim	Santo Tirso	----- -----	Cerâmica Comum/Tegulae/c onstrução
R45.Q30	Pinguelo	Santo Tirso	----- -----	<i>Tegulae/cerâmica comum</i>
R51.M27	Lugar da Igreja	Santo Tirso	----- ---	Líticos/cerâmica comum/ânfora e mós
R52.M27	Cimo da Vila	Santo Tirso	1000 m ²	Pedra faceada/tegulae/m ós/cerâmica comum

Tab. 10 - Tabela indicativa dos casais em análise

Desta forma, destacamos o sítio de Moldes (Arcos, Vila do Conde) (R9.H11) implantado sobranceiramente ao Rio Este, na sua margem Norte. Aquando da realização de obras nesta área foram encontrados, a cerca de 3m de profundidade, vestígios arqueológicos de época romana. Foi ainda identificado um muro de pedra seca que divide o cabeço no sentido do sopé para o cume. No topo do cabeço foram identificados

muros de pedra seca formando estruturas de forma rectangular e derrubes de pedras (JESUS, 1998)^{LXIII}.

Face à escassez e pobreza de materiais, com associação a muros sem um contexto aparente, aferimos a possibilidade deste sítio se tratar de um local integrado no *fundus* de uma *villa* e/ou granja e que seria, pela sua tipologia e pela análise artefactual, apesar de limitadora por não serem descritos que tipo de vestígios de época romana estariam ali localizados, parte integrante das estruturas que serviam de apoio à *villa*, os denominados *tegoria* ou *campanna* (ALARCÃO, 1998b: 95). O facto de não se terem referido quaisquer existência de material de cobertura “tipicamente” romano, como *tegulae* e/ou *imbrices*, o que nos remete para uma estrutura bastante pequena e pobre, um casebre de apoio à exploração agrícola e/ou à exploração dos recursos fluviais, face à proximidade do rio Este.

Os restantes sítios analisados, para além da pobreza material demonstrada, apenas se terá registado cerâmica comum e vestígios de *tegulae*. São os casos de Póvoa/Campelo (**R12.R13**), Vermoim (**R44.T26**), Bairros (**R30.P16**) e Pinguelo (**R45.Q30**).

Este último caso encontra-se na área de dependência da *villae* de S. Simão, pelo que poderá ser um pequeno casal integrado no *fundus* daquela *villae*.

Póvoa/Campelo localiza-se na proximidade de outros sítios de maior dimensão como Cerro e Aldeia/Outeiro e, que por esta condição, poderá ser parte integrante do *fundus* destas granjas. Pela sua implantação e por se localizar na orla deste último (cerca de 900 metros), apontamos para a possibilidade de se tratar de um pequeno casal de apoio a este sítio.

Vermoim implanta-se na esfera de dominação da granja de S. Paio de Guimarei, pelo que consideramos tratar-se de um exemplo semelhante ao descrito no anterior parágrafo. Os sítios restantes apresentam características que poderão revelar-se úteis, quando analisadas contextualmente com outros sítios imediatos.

Para o sítio de Dinis (**R50.Q27**), ao registarem-se *sigillatas* hispânicas, bem como cerâmica comum de engobe vermelho imitação de *sigillata* foi-nos possível balizá-lo cronologicamente entre os séculos II e IV d.C.. A respectiva especificidade material contextualiza o achado possivelmente como integrante do *fundus* da *villae* da Devesa,

^{LXIII} Levantamento arqueológico do IC5, Vila do Conde - Vila Nova de Famalição. Relatório final dos trabalhos de prospecção arqueológica efectuados pela empresa GAIAA, Lda.

sito a cerca de um quilómetro para Norte deste local. Apesar de nesta *villae* se terem recolhido materiais do baixo-império, a contextualização do sítio de Dinís poderá alimentar a possibilidade de uma possível fundação entre o século II e III d.C..

Os sítios de Lugar da Igreja (**R51.M27**) e Cimo da Vila (Areias, Santo Tirso) (**R52.M27**), apresentam materiais associáveis ao comércio fluvial, nomeadamente, o material anfórico, assim como associado à exploração agrícola, concretamente, mós. Como tal, e por ser aparente a finalidade imediata destes sítios, apontamos que os mesmos estariam dependentes do *fundus* de Monte dos Saltos (Lamas, Santo Tirso), localizado sobranceiramente ao rio Ave e claramente associado à exploração económica da região, entre os séculos II e IV d.C., designadamente, aos movimentos comerciais provindos do Rio Ave (MENÈNDEZ et alli, 2002)^{LXIV}.

Os casais mantêm ao longo de toda a pervivência, Alto e Baixo-Império, a mesma tipologia de implantação, preferindo os terrenos baixos, mais próximos dos vales e linhas de água, direccionando-se para a mera exploração agro-pastoril da região. Apresentam, por isso, uma média altimétrica mais baixa que os restantes estabelecimentos. No nosso quadro de análise destacamos os terrenos de várzea do Rio Ave e linhas de água associadas como implantação-tipo desta forma de estabelecimentos.

Não queremos deixar de realçar que estas conclusões poderão ser meramente especulativas na medida em que alguns dos sítios analisados carecem de estudos bem mais aprofundados. Remetemo-nos exclusivamente para dados provenientes dos vários trabalhos de prospecção sistemática, pelo que as relações entre as formas de povoamento do Alto e do Baixo-Império poderão revelar-se desfasadas da realidade. Jogando com os dados disponíveis, estes permitiram-nos pelo menos relacionar formas de povoamento e possíveis anacronias ocupacionais entre épocas que apresentam necessidades político-administrativas, sociais e económicas distintas.

5.2 Vias de Comunicação

a) Rede viária romana

Analisado, em capítulos anteriores, o espectro do povoamento rural romano do baixo Ave, não poderia ser descurada a referência às vias de comunicação. Primeiramente, por

^{LXIV} Sondagem efectuada no âmbito do EIA - Remodelação da Linha de Guimarães - Troço Santo Tirso/Lordelo. Relatório da empresa Arqueologia & Património.

se tratar de matéria primordial ao nível do desenvolvimento social do Império, mas também por ser parte integrante do alicerce de uma estrutura dinâmica de povoamento, que os dados aqui compilados e debatidos parecem querer demonstrar.

A função primordial das vias terrestres acabará por ser administrativa, ao favorecer a transmissão de ordens, através do serviço do *cursus publicus* (MANTAS, 1996; PERESTRELO, 2002; MORAIS, 2005: 109; GOLDSWORTHY, 2007-2009: 34; CARVALHO, 2008), mas também porque vai orientar a forma como os diversos estabelecimentos rurais se irão dispôr no território.

Para além de se tratar de um meio de união física, ao ligar as várias capitais de província, irá ser um meio de unificação social, revelando-se decisiva no processo de formação e consolidação do Império (CARVALHO, 2007: 127; CARVALHO, 2008).

A orgânica de funcionamento do estado ao nível político, económico e cultural, inflacionadas dinamicamente pelas forças sociais do mundo provincial, encontra na construção das vias a chave de ignição desta mobilidade social.

A fluidez de ideias, gentes e produtos é efectuada através destas artérias, sendo que os movimentos económicos, culturais e sociais encontram, com a construção das vias, uma forma de expansão e disseminação por todo o *territorium* Imperial.

A função administrativa irá ganhar preponderância em relação à vertente militar. Se, numa primeira fase de conquista, os intentos da construção da rede viária associavam-se a objectivos fincadamente militaristas, por forma a vincar uma posição política e invascionista, igualmente com o propósito de uma deslocação mais rápida e sistemática dos diversos contingentes militares, função essa que se irá desvanecer, consoante a paulatina aculturação dos povos autóctones e a crescente assimilação dos valores de Roma.

Rui Morais (2005: 110) atesta esta mesma variante afirmando: [*“Neste sentido, os vestígios arqueológicos do período de Augusto e da época Júlio-Cláudio são uma prova da evolução de um sistema viário que gradualmente perde a sua função militar para adquirir uma função preferencialmente administrativa, comercial e de integração da população indígena.”*]

O planeamento das vias obedeceu a critérios vários, entre eles o traçado rectilíneo sempre que o terreno assim o permitia (ALMEIDA, 1980: 155) e o aproveitamento de antigos corredores de passagem milenares, utilizados pelas diversas comunidades autóctones (PERESTRELO, 2002: 161; CARVALHO, 2007: 128).

Estes antigos corredores faziam parte do conhecimento que estas comunidades tinham sobre o seu território, enquadrando-se, geomorfologicamente, em eixos topográficos melhor enquadrados e acessíveis. Nestes roteiros circulavam os bens comerciais (agrícolas e minerais), bem como alguns dos percursos associados aos ritmos transumantes (VILAÇA *et alli*, 1998; CARVALHO, 2007: 129, *nota 114*). A administração romana mais não fez que aproveitar e requalificar alguns destes eixos, sendo que alguns deles não foram construídos sob fundação *ex novo* (CARVALHO, 2007: 129, *nota 114*).

Nesta mesma linha, *Bracara Augusta* localiza-se na intersecção de dois eixos de comunicação proto-históricos: Um, oriundo do vale do Tejo (Atlântico) e outro que ligava a Meseta à Orla Marítima (MARTINS, 1996: 187; MORAIS, 2005: 110; CARVALHO, 2008: 242). A particularidade de *Bracara Augusta* leva Sande Lemos (2002) a considerá-la como [*“...a plataforma viária do Noroeste Peninsular.”*].

Alain Tranoy (1981), aponta também o local da futura cidade romana, como antigo ponto de confluência das comunidades indígenas da região (CARVALHO, 2008: 242). Ao encontro desta possibilidade documenta-se para esta cidade a existência de um balneário castrejo que foi identificado na área da actual estação de caminho-de-ferro, o que poderá ser indicativo desta possibilidade^{LXV} e *Bracara Augusta* ser, de facto, um ponto de confluência de rotas.

Foi com a reorganização administrativa do território realizada por Augusto^{LXVI}, na qual se procedeu a uma divisão tripartida das províncias da *Hispania*, que se efectuou a construção das vias no Noroeste Peninsular, objectivando a união entre as capitais conventuais à capital Roma.

A lógica que valorizava o estreitar de relações entre os vários territórios do Império, conferia prioridade máxima à economia de mercado (*ibidem*). Das três capitais conventuais saíam inúmeras vias que se ligavam entre si, como a outros pontos do império. Para além da rede principal haveria inúmeras outras, de cariz secundário e terciário, denominadas de *viae vicinales* e *viae privatae*. As primeiras retomariam outros caminhos intermédios, como a ligação às capitais de *Civitas*. As segundas, de

^{LXV} <http://www.castrenor.com>; http://www.uaum.uminho.pt/projectos/apc/Balneario_Pre_Romano.pdf

^{LXVI} Alguns autores atribuem esta reorganização do território à época *Flaviana*, contudo assume-se que a mesma, seja pertencente a Augusto.

carácter privado, garantiam o acesso às diversas propriedades agrárias da região, sendo constituídas por carreiros e caminhos rurais.

As referências literárias a estas vias, para além dos dados epigráficos existentes, surgem das várias fontes latinas e medievais. Como descritor máximo das vias e toda a sua envolvência, é comum a consulta do *Itinerarium Antonini Augusti*^{LXVII} ou Itinerário de Antonino.

Da cidade de Bracara confluíam várias vias entre elas a Via XVI (*Olisipo – Bracara*), a Via XIX (*Bracara – Asturica*), a Via XVII (*Via Nova* e que ligava *Bracara* a *Asturica*) e a Via XX (*Via per loca maritima*, que ligava *Bracara – Asturica – Lucus* seguindo pelo litoral). Uma outra via não mencionada no Itinerário de Antonino servia de ligação entre *Bracara* e *Augusta Emerita* passando por *Viseu* e *Egitania* (MORAIS, 2005: 111).

b) As vias no Vale do Ave

As vias da área em análise são relativamente bem conhecidas, tendo o seu traçado sido alvo de inúmeros estudos (ALMEIDA, 1968; ALMEIDA, 1980; MANTAS, 1996; MOREIRA, 2004).

Os testemunhos da rede viária são ainda em grande número, sendo que alguns foram detectados “*in situ*”, sendo possível delinear o seu traçado real de forma bastante concreta.

Para além dos vestígios até agora conhecidos e que possibilitam a identificação de troços da Via XVI, à falta de marcos miliários nas imediações do povoamento que nos indiquem a provável passagem de uma via, a disposição dos povoados poderá indiciar possíveis redes de comunicação. Outra forma de discernir o traçado das vias poderá ser o estudo das pontes que apresentem indícios de alguma romanidade, pois grande parte delas terão sido assimiladas e/ou substituídas em épocas posteriores.

Das várias vias que terão atravessado o nosso território destacamos quatro, que terão sido fulcrais ao bom desenvolvimento económico e escoamento dos vários produtos, designadamente provindos de rotas mineiras, por via fluvial e marítima.

^{LXVII} A sua redacção deve situar-se nos inícios do século III d.C. (MORAIS, 2005: 110). Nele são mencionadas trinta e quatro vias contendo distâncias totais de cada uma, assim como os pontos intermédios entre cada *mansio*. Estes pontos de descanso e troca de animais eram constituídos por *stationes*, *mutationes* e *mansiones* e localizavam-se ao longo das vias, a uma distância determinada servindo de apoio aos caminhantes e aos comerciantes, que percorriam o território.

Por conseguinte, o castro de Alvarelhos apresenta-se como o centro nevrálgico de uma rota de circulação que nos parece advir já desde períodos pré-históricos. Precisamente a rota viária a Norte do Douro rumo à capital conventual processou-se nesta área, assim como o restante povoamento romano se apresenta interligado com estes movimentos circulatórios.

Verificamos que tanto por via poente como nascente, o Castro de Alvarelhos assegurou abrigo a quem efectuaria estes caminhos, talvez por isso tenha adquirido especial condição de centralidade na época de Augusto, sendo ponto de confluência de rotas.

A Via XVI (*Olisipo-Bracara*), concretamente o troço *Cale-Bracara* rompe caminho pelos terrenos que se mostram mais fáceis de transpôr, normalmente em zonas mais baixas, detentora de uma altimetria mais regular. É o caso da linha xistosa que rompe os granitos no sentido Noroeste-Sudeste e que separa os povoados de Alvarelhos e do Padrão.

Os indícios desta via encontram-se documentados para esta via (XVI)^{LXVIII} (MANTAS, 1996; MORAIS, 2005; CARVALHO, 2008), tendo sido devidamente catalogados e alvo de intenso estudo. Desta forma contrariou-se uma normal implantação de dois pontos unidos por um segmento recto, comum a grande parte dos estudos arqueológicos (CARVALHO, 2007). Foi então possível aferir os vários desvios e perceber as causas dos mesmos, assim como entender as motivações dos arquitectos e engenheiros romanos ao desenharem determinada via.

Estes elementos encontram-se na face nascente do maciço do Monte Grande, tendo o povoamento rural desenvolvido ao longo desta linha que atravessa o Ave em Lousado, precisamente pela ponte de Langoncinha (Trofa).

Já a poente, documenta-se (ALMEIDA, 1968; ALMEIDA, 1980, 1998) a presença de duas outras vias que rumariam a Norte. Uma delas, de nome “*per loca maritima*” e/ou futura Via “*Ueteris*” em época medieval, que sairia da zona de Guilhabreu seguindo na direcção nascente do Castro Boi, passando na ponte D. Zameiro, contíguo ao Castro de Santagões. Passaria na bordadura da Cividade de Bagunte, atravessando o rio Este na

^{LXVIII} Esta via a partir de *Cale* até Alvarelhos passaria a poente da igreja de Paranho, em direcção a S. Mamede Infesta, nas imediações da rede paroquial. Aqui neste ponto documenta-se o registo de um marco miliário pertencente a Adriano (CIL II 4735 (ALARCÃO, 1988, 24, nº 1/399; MOREIRA, 2004: 24). A partir deste ponto a via atravessaria o Rio Leça na Ponte sita em S. Mamede de Infesta, Matosinhos. Inflectindo para nordeste, passaria em Leça do Bailio e Gueifães (Maia). Em S. Pedro de Avioso, Guilhabreu, surgem referências a um miliário no lugar de Ferronho (MANTAS, 1996: 340, nº 23, fig. 29), descendo em direcção a Alvarelhos pela zona do Vale da Ribeira da Aldeia.

Ponte dos Arcos, que se pensa ser romana pelos silhares almofadados que integram o aparelho (ibidem). Aí confluía em S. Pedro de Rates com uma outra via que seguiria para nascente, passando no Castro de Penices. A partir de Rates seguiria para Norte, rumo à mina romana de Lagoa Negra até às margens do Cávado junto ao sítio de Outeiro dos Picotos (Barca do Lago – Esposende) (ALMEIDA, 1980; MANTAS, 1996; MORAIS, 2005; CARVALHO, 2008).

Outra via partiria de Palmazão (Guilhabreu) (MANTAS, 1996), entroncava a poente com a via que vinha de Sul e que passaria junto ao Castro de Guifões (Leça) e à *villae* de Angeiras (Lavra) para o litoral; inflectia para Norte, pela face poente do Castro Boi^{LXIX} e atravessaria o Ave junto ao Castro de Retorta (ALMEIDA, 1980: 158), seguindo posteriormente pela planície marítima, entre as *villae* das Caxinas, Alto de Martim Vaz e Vila Mendo e os povoados de Alto da Vinha, Castro de Navais e de Argivai.

De facto, apenas a via XVI (*Cale-Bracara*) se encontra perfeitamente documentada quer através do registo dos respectivos miliários (ver ficha de inventário), quer mesmo no *Itinerário de Antonino*. Para as vias do litoral, apenas surgem referências às mesmas em documentos mais tardios, medievais, onde se lhes refere a existência de uma “*Via Ueteris*” (ALMEIDA, 1980: 151-172).

Se muitas das vias que pensamos serem romanas o não o são (MANTAS, 1996), podemos apenas extrapolar tal possibilidade, de acordo com a localização de algumas das estações romanas que parecem implantar-se ao longo de uma linha, onde se adivinha ter havido uma rota viária que serviria a região a litoral. Será o caso do alinhamento onde se incluem os povoados de Alto da Vinha, Navais e Argivai, assim como as *villae* do Alto-Império claramente associadas à exploração dos recursos do mar.

Para o Castro do Padrão, apresentam-se algumas possibilidades, sem no entanto se documentarem até este ponto outros achados reais, tal como se verifica em Alvarelhos. Como tal, apenas pela disposição do povoamento na bordadura Oeste e Norte do Monte Córdova, Burgães e Monte da Sr^a da Assunção, e nos quais parece sugerir a existência de uma rede viária que serviria estes locais, tal assunção deriva de outros elementos

^{LXIX} Nas imediações, a Sul do Castro Boi, identificou-se um miliário, o da Carriça, o que virá a aferir no caso do mesmo se encontrar “*in situ*”, a passagem de uma via por este local.

como a existência de pontes com indícios de aparente romanidade. Assim, a presunção da existência de uma via neste ponto (MOREIRA, 2004), surge em função da existência de duas pontes, uma localizada em Alfena (Valongo - Ponte de Negrelos) e uma outra em S. João da Ponte (Guimarães), precisamente na passagem do Rio Vizela em seguimento para *Oculis* (Caldas de Vizela).

A esta via se designou como de ligação entre *Cale* e o traçado *Bracara-Egitânia-Augusta Emerita* (ibidem: 23-24). De facto parece verosimíl a localização de uma via neste ponto, primeiro pela disposição de algumas *villae* que associámos anteriormente ao Alto-Império e segundo, pela topografia que neste ponto se revela mais regular nas margens do Ave, portanto num circuito mais favorável, de acordo com as normativas dos engenheiros e architectos romanos.

Durante a realização da nossa dissertação, no momento de realização dos vários transeptos em Monte Padrão (Transepto 2 Oeste-Este), deparamo-nos com um elemento que bem poderia ser um miliário, pela sua tipologia e pela respectiva dimensão. Com efeito, foi efectuada uma imediata tentativa de registar quaisquer elementos que estivessem nas faces deste achado, um possível campo epigráfico, por forma a retirarmos daí algumas conclusões. Contudo, os mesmos já não seriam visíveis, face ao elevado estado de degradação do seu corpo.

Este miliário encontra-se, muito provavelmente, fora do seu local de implantação, pois integra um muro de divisão de propriedade numa área altamente antropizada pela presença de uma pedreira a cerca de 100 metros.

Consideramos que o mesmo derivaria de uma via que passaria nas imediações que poderá muito bem ser a que referimos em anteriores parágrafos.

Por forma a tirarmos algumas conclusões, efectuamos uma possível relação cronológica, de acordo com outros elementos, designadamente a sua tipologia construtiva e dimensões.

De acordo com (MANTAS, 1996), os miliários do baixo-império apresentam menores dimensões relativamente aos do Alto-Império, bem menos imponentes e com uma qualidade nada equiparável, sendo por isso, mais pobres nesta vertente. De facto, o “nosso” miliário apresenta-se já muito degradado, fragmentado na sua base e topo (as fracturas não aparentam serem recentes), mas que pelas dimensões actuais prevemos tratar-se de um “pequeno” miliário do Baixo-Império.

Nº Inv.	Designação	Coordenadas	Campo Epigráfico	Matéria-Prima	Dimensões
R54.T30	Casais 1	174878 482247	Nulo/Inexistente	Granito	Comprimento – 104,5 cm

Tab. 11 – Tabela relativa aos dados do provável marco miliário de Casais 1.

Numa posterior análise ao terreno circundante, após o registo deste elemento, deparámo-nos com uma referência que nos poderá auxiliar numa possível integração contextual.

Na freguesia de Monte Córdova, registamos o topónimo Rua da Via Romana^{LXX}, uma anterior via já inutilizada e que pelo seu alinhamento seria a ligação entre o Monte Padrão e a Citânia de Sanfins passando pelas freguesias de Santa Luzia e Redonda. Esta via desenvolve-se ao longo de uma área de vale, onde os terrenos se apresentam mais regulares. Analisando a fotografia aérea, verificamos o que poderá ser um possível alinhamento no seguimento do pequeno troço de 700 metros.

Esta via apresenta cerca de 3 metros de largura, o que também se enquadra nas medições preconizadas pela administração romana.

Na fotografia aérea do sítio da Rua da Via Romana (ver anexo 5), torna-se visível o que poderá ser um alinhamento provável desta via, de acordo com elementos paisagísticos que julgamos ser pertinente analisar. Primeiro, o referido alinhamento dispõe-se em linha recta, enquadrando-se com a tipologia da viação romana que preconizava, sempre que fosse exequível, o traçado rectilíneo e plano (MANTAS, 1996). Relativamente a este segundo ponto, a via desenvolve-se nas imediações do pequeno lugar de Casais (Monte Córdova) que poderá, igualmente, indiciar ser um topónimo associado ao tipo de povoamento aqui verificado.

Registámos a existência de um outro sítio, a Norte desta via. A *villa* do Sobreiral implanta-se a cerca de 2,5 quilómetros, o que poderá ser um indicador de uma possível relação entre o local de habitat e uma hipotética linha viária.

^{LXX} Pretendemos efectuar, após a dissertação, a continuação ao estudo desta via nomeadamente o respectivo levantamento topográfico e altimétrico, assim como delinear a respectiva prospecção sistemática em vários corredores, por forma a identificar possíveis alinhamentos associáveis a esta via.

Este trabalho será desenvolvido no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos que nos encontramos, de momento, a preparar.

Apesar de não terem sido identificados outros sítios arqueológicos concordantes com o traçado desta via aferimos que o espaço, localizado em área pouco urbanizada e por consequência com um nível de antropização bastante reduzido, poder apresentar elementos definidores de um possível quadro de povoamento de exploração do vale, idêntico a outros locais da nossa área de estudo. Tal facto será difícil de comprovar sem o recurso a prospecção sistemática em toda a área, facto que pretendemos ver realizado num futuro próximo.

Relativamente a outras possíveis vias nesta zona, apenas Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968: 26-27; 42; 1969: 15-19) se refere a uma via que passaria adentro do maciço do Monte Córdova em direcção à Citânia de Sanfins. O autor referia-se à via de ligação entre Cale e o troço *Bracara-Egitânia-Augusta Emerita* que derivaria para Sanfins, ao invés do traçado proposto por Álvaro Moreira que define o mesmo pela vertente Oeste e Norte do Monte Córdova, em terrenos aluvionares do Rio Ave e por aí seguiria até Caldas de Vizela.

Desta via por nós identificada poderia de facto ser a referida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e o miliário registado pertencer a este traçado. Por outro lado, o alinhamento proposto por Álvaro Moreira é igualmente exequível, de acordo com a localização dos vários núcleos de povoamento que parecem seguir um alinhamento. Entre eles estão os sítios de Devesa, Dinis, S. Simão, Igreja/Roriz e S. Martinho do Campo (ver anexo III).

6. Articulação da informação

O quadro que temos vindo a apresentar ao longo desta exposição permitiu-nos tecer algumas considerações que nos parecem ser pertinentes, à luz dos dados actuais.

A interpretação dos factos insere-se na questão concreta do *tempo* – e quão sinóptica será essa visão (ELIAS, 1992) – e, como o desenrolar da história se processou diacronicamente nesta parte concreta do território.

É a conjugação dos factos que nos leva a entender as formas de povoamento desta área, de acordo com a interligação dos vários contextos cronológicos que abordamos. Só assim, sob uma perspectiva transversal, poderemos alicerçar a nossa fundamentação.

A informação descritiva efectuada em duas partes distintas – *I^o milénio e Romanização* – é, portanto, complementável. Só tinha de ser. Para a compreensão dos processos de uma dada época, temos obrigatoriamente de analisar *a priori* e *a posteriori*, sob o risco

de não entendermos a contextualização da mudança, revelando-se amputada de conhecimento.

Dos dados compilados, aferimos que o povoamento relativo ao Iº milénio a.C. desenvolveu-se de forma homogénea, com vários momentos de inovação, o que nos conduz a uma conclusão: Que a mudança exercida nas formas de povoamento relacionar-se-á com circunstâncias suficientemente incisivas no quadro quotidiano indígena, com consequência particular para as áreas de habitat e cultura material, nomeadamente nos processos de organização do espaço e uma evidente fortificação e delimitação dos vários territórios. Por outro, tornam-se evidentes novos conceitos tecnológicos, inovadores do ponto de vista da matéria-prima utilizada no fabrico das pastas cerâmicas e que a partir de determinada altura se torna uma clara opção de fabricação, como também uma marca bastante própria.

Por fim, as várias relações com o meio-ambiente circundante, nomeadamente, novos conceitos de domínio e exploração do espaço envolvente, ou seja, torna-se evidente o trinómio Homem-Espaço-Território, indo ao encontro da expressão de Felipe Criado Boado (1993): [*“A paisagem transforma-se em território (...)”*].

As várias mudanças morfológicas registadas ao longo do Iº milénio a.C., parecem estar relacionadas, quase sempre, com a presença de materiais exógenos a estas regiões. Dá-se em três momentos distintos: 1- do Bronze Final para o Ferro inicial, sendo evidente uma mudança relativamente às formas de povoamento que até aí seriam heterogéneas, com uma ocupação evidente das zonas baixas sem preocupações ao nível defensivo e em zonas mais elevadas, com defesas naturais presentes e “camufladas”, por vezes, na paisagem;

2 - Por volta do século V a.C., verificando-se um aumento dos materiais fenício-púnicos que estarão certamente ligados às várias incursões vindas pelo litoral e o aparente aumento e desenvolvimento, a partir deste ponto, do amuralhamento e fortificação do habitat e da utilização mais insistente de uma nova técnica na elaboração tecnológica da cerâmica, a mica. Desta forma e como diz Manuela Martins, será a partir deste ponto que será adoptado definitivamente este modelo de habitat (1990).

A partir desta fase verificar-se-á um aumento dos povoados fortificados, normalmente em espaços contíguos ao povoamento principal, no que é considerado por inúmeros autores como uma tentativa de delimitação do respectivo espaço comunitário, assim

como uma visível complexificação social destas comunidades e um possível quadro de procura de novos recursos alimentares e económicos.

3 - Já nos finais do Iº milénio a.C, precisamente com o início dos primeiros contactos com o mundo romano, registam-se outros processos de ruptura, para além do aumento cerâmica de proveniência itálica, novas formas de povoamento. Estas parecem deter uma especial ligação com as linhas de água e os terrenos de várzea fluvial e marítima, interligando-se com as várias rotas comerciais, desenvolvendo-as.

Da perspectiva de uma autarcia evidente das comunidades autóctones, em que o processo de instalação dos povoados parece ter beneficiado de uma conjuntura plenamente consciente dos recursos disponíveis para a sobrevivência comunitária, aferimos que o grosso do povoamento “castrejo” teve particular incidência sobre uma área concreta do território. Precisamente as áreas de vale entre as linhas fluviais do Rio Ave e Rio Este.

Desta forma, entendemos tal especificidade como indicadores de um aproveitamento consciente dos recursos ambientais localizados nas zonas mais baixas, mais ricas para a prática agrícola e que tanto a linha do Ave como o Rio Este contribuíram decisivamente para a estruturação da paisagem.

A linha do Este, afluente do Rio Ave e por isso de menor caudal, ao contrário do que se verificará durante o processo de romanização do território, parece detêr alguma importância para estas comunidades, concluindo-se por conseguinte, que a auto-suficiência e subsistência seriam a matriz do povoamento indígena.

Na mesma linha, parece-nos que a escolha dos vários locais de habitat obedeceu a critérios tão simples como a sobrevivência de pessoas e animais mediante movimentações exógenas de conflito, ou seja, face às mesmas condições geomorfológicas, a escolha por determinado ambiente relaciona-se com a presença de uma ou várias linhas de água na área de exploração intensiva do povoado ou mesmo dentro do perímetro amuralhado.

De outra forma, notamos uma relação centrífuga entre os vários locais de estabelecimento e os leptossolos (vulgo xistos), levando-nos a considerar que o desenvolvimento tecnológico não permitiria a cultura agrícola em terrenos com menor potência sedimentar e aqui é particularmente insistente a forma como a disposição dos

vários núcleos de povoamento se implantam na bordadura destes mesmos filões minerais.

O povoamento rural romano, por conseguinte, apoia-se na economia como a principal força social da comunidade, conferindo ao território uma rede de estruturas que possibilitem a exploração intensiva dos recursos.

Este processo social de ocupação é corroborado, de acordo com os dados até agora compilados, pela ocupação preferencial dos espaços baixos, perto das linhas de água e aqui o Rio Ave mostra-se particularmente profícuo em termos de ocupação.

Comparativamente com a tipologia de povoamento castreja, a romanização vai ocupar outros espaços. Referimo-nos à planície marítima que parece exercer especial atracção no povoamento a partir de finais do Iº milénio a.C, inícios da nossa era.

Desta forma, identificamos alguns núcleos que aqui parecem desenvolver-se, de forma a um aproveitamento notório dos recursos marinhos, designadamente, a produção de preparados de peixe e a exploração do sal. São eles os sítios de Vila Mendo, Alto de Martim Vaz e talvez, Caxinas.

O povoamento rural romano parece ter incidido, de uma forma mais emergente, a partir das áreas litorais que, cremos, já estariam sob dominação integral e efectiva, nos finais do Iº milénio a.C.. A vaga de ocupação romana ruma ao interior a partir desta área. Neste particular, entendemos que tanto o Castro de Alvarelhos, como o Castro de Penices parecem ter adquirido com a romanização uma outra preponderância, comparativamente com outras estações pelas mais variadas razões, sendo evidente a relação entre Alvarelhos e o contingente de Augusto.

O povoamento rural romano incide específica e maioritariamente na margem esquerda do Rio Ave, entre dois povoados fortificados relevantes: o Castro de Alvarelhos e o Castro do Monte Padrão.

De facto, o povoamento parece distribuir-se na esfera circundante aos grandes povoados, que permaneceram ocupados até pelo menos os finais do século III d.C. Em outros casos, o abandono deu-se em finais do século I d.C. Este quadro de povoamento, parece ter beneficiado os povoados indígenas que integravam os terrenos privilegiados, em posições dominantes estrategicamente e em clara vantagem, do ponto de vista económico. Neste último ponto, queremos destacar o papel exercido pela rede viária

romana que, aproveitando em certos casos corredores de passagem pré-romanos, terá contribuído para a longa pervivência de alguns dos anteriores povoados fortificados.

De outra forma, alguns autores apontam a possibilidade de este ser de facto indicativo, relativamente a um possível quadro de complexidade social da sociedade indígena, tendo a administração romana aproveitado alguns destes povoados, integrando-os no processo de conquista.

Esta terá sido a forma preferencial de ocupação do território, atribuindo valências e preponderância às antigas elites locais. Estas valências incluem a exploração do território e a ocupação das estruturas *in agris* em zonas de vale.

Para a nossa área de estudo identificamos inúmeras formas de ocupação do espaço, as quais compartimentamos em quadros tipológicos específicos, consoante os valores qualitativos e quantitativos dos elementos cerâmicos e outros recolhidos.

Foi então possível dividir o povoamento em *villae*, granjas e casais que se interligavam em áreas específicas, directamente vocacionadas para a exploração do respectivo *fundi*. Neste particular, detectámos diferentes formas de estabelecimento, no que respeita à tipologia geomorfológica dominante, o que nos parece sugerir uma provável tentativa de diversificação de recursos. As *villae*, como espaço centralizador e estruturador da paisagem, a meia-encosta, dominando plenamente toda a paisagem envolvente e as granjas e casais, que se implantam em áreas distintas, com uma variedade de recursos notória.

As granjas com uma altitude média superior às *villae*, talvez com um espectro económico direccionado para a recolha arbustiva/forragens para os animais e espécies florestais para aquecimento, e os casais, em zonas mais perto dos terrenos férteis das áreas baixas do vale e perto das linhas de água, direccionados para a prática da agricultura e pesca fluvial.

De outra forma, registamos, grosso modo, que o povoamento rural se dispôs ao longo da rede viária, nomeadamente os sítios com fundação no Alto-Império. Esta forma de ocupação espacial conferia ao processo económico preconizado pela administração romana a livre circulação de bens e pessoas, interligando toda a estrutura social, económica e até militar entre as várias capitais.

É esta a característica principal de ocupação a partir da romanização: a exploração sistemática dos recursos e a troca de ideias e bens de forma mais regular por todo o império.

Por último convém referir que o processo de ocupação no Iº milénio a.C. e a romanização terá sido homogénea, sendo que a administração romana não terá rompido bruscamente com as idiossincrasias indígenas. Terá antes assimilado a estrutura pré-romana, conferindo ao processo de conquista um cunho autóctone ao atribuir a exploração do território à elites locais, pois foram essas que ocuparam as primeiras *villae* da nossa área de estudo. Por outro, a continuidade de ocupação verificada em alguns povoados pré-romanos até finais do século III d.C e outros mais ainda, parece ir ao encontro desta realidade.

O que é inegável é que a mudança que terá ocorrido a partir de finais do Iº milénio a.C., foi exercida pelas administração romana, mas sobretudo pelas próprias comunidades autóctones.

Concluindo, é importante referir que este processo de ideias carece de uma confirmação mais clara, de preferência originária de intervenções sistemáticas de escavação, ao invés da realidade com que nos deparámos.

Pensámos que as linhas gerais do povoamento numa parte específica do Noroeste Peninsular foram aqui traçadas, pois foi nossa tentativa interligar os dados materiais, através da correlação de cronologias com os elementos provenientes do meio-ambiente circundante. Esperamos tê-lo conseguido.

Jorge Pinho

Póvoa de Varzim/Sintra – 2008/2009

- Jorge Manuel Pinho • “*O Iº Milénio a.C. e o estabelecimento rural romano na vertente fluvial do Ave.*”
| Dinâmicas de estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial /
-

Apêndice Bibliográfico

AAVV (2000) – *Por Terras de Viriato. Arqueologia da Região de Viseu*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ACUÑA CASTROVIEJO (1977) – Panorama de la Cultura Castrexa en el NO de la Península Ibérica, BA, 31, p. 235-253.

AIRA RODRÍGUEZ, M. J.; RAMIL REGO, P.; ALVAREZ NÚÑEZ, A. (1990) – Estudio paleocarpológico realizado en el Castro de Penalba (Campolameiro, Pontevedra. España). *Bot. Complutensis*. Universidad Complutense. 16, p. 81-89.

AIRA RODRÍGUEZ, M. J.; RAMIL REGO, P. (1995) – Datos palobotánicos del Norte de Portugal (Baixo Minho). Estudio polínico y paleocarpológico. *Lagascalía*. 18 (1), p. 25-38.

ALARCÃO, J. de (1971) – *Terra Sigillata* Itálica em Portugal. II CNA, Coimbra, p. 421-432.

ALARCÃO, J. de (1979) – As origens de Conímbriga. In *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra. p. 23-40.

ALARCÃO, J. de (1980) – Os problemas da Origem e da Sobrevivência das *Villae Romanas* do Norte do País. Vol. X, p. 171-179.

ALARCÃO, J. de (1988a) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philips Ltd.. Fasc 2, vol. II.

ALARCÃO, J. de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. de (1988c) – Os Montes Hermínios e os Lusitanos. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa. Vol. 2, p. 41-47.

ALARCÃO, J. de (1992a) – A Evolução da Cultura Castreja. *Conímbriga*. XXXI, p. 39-71.

ALARCÃO, J. de (1992b) – O território de Sellium. In *Actas do Seminário: O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território. 17 a 19 de Março de 1989*. Tomar: Gráfica de Tomar. P. 9-23.

ALARCÃO, J. de (1992c) – A Cidade Romana em Portugal. A Formação de «Lugares Centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização. In *Cidades e História*. p.35-70.

ALARCÃO, J. de (1995) – Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. LXXI, p. 387- 401.

ALARCÃO, J. de (1995-96) – As *Civitates* do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, 12-13, p. 25-30.

ALARCÃO, J. de (1996a) – O primeiro milénio a.C. In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. P. 15-29.

ALARCÃO, J. de (1996b) – *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Porto: Edições Afrontamento.

ALARCÃO, J. de (1996-97) – Sobre o Discurso Arqueológico. *Portugália*. []: []. Nova Série, vols. XVII-XVIII, p. 15-22.

ALARCÃO, J. de (1998a) – Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV, 16, p. 175-186.

ALARCÃO, J. de (1998b) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conímbriga*. Coimbra. XXXVII, p. 89-119.

ALARCÃO, J. de (2000) – Sobre Cantões Proto-históricos do Noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso / Museu Municipal Abade Pedrosa. 2^a série, n.º 2-3, p. 46-50.

ALARCÃO, J. de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos e outros mundos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. vol. 4, Nº.2, p. 293 - 349.

ALARCÃO, J. de (2004) – Introdução ao estudo da tecnologia romana. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Cadernos de Arqueologia e Arte*, 7.

ALARCÃO, J. de (2005) – *In território Colimbric: Lugares Velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ALARCÃO, J. de (2008) – *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALARCÃO, J. de; IMPERIAL, F. (1996) – Sobre a localização dos *Lancienses* e *Tapori*. In MACIEL, M. J., ed. - *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, p. 39-44.

ALARCÃO-ALARCÃO, J. e A. (1963) – Vidros Romanos do Museu de Martins Sarmiento, RG, 73 (1-2), 1963, p. 175-209.

ALMEIDA, C. A. B. de (1980) – Via Veteris. Antiga Via Romana? In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*. Vol. III, p.151-170.

ALMEIDA, C.A.B. de (1992) – *Introdução ao Plano Director Municipal de Vila do Conde*. Relatório de Arqueologia. Vila do Conde: [s.n.]. Texto policopiado.

ALMEIDA, C.A.B. de (1996) – *Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*, Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

ALMEIDA, C. A. B. de (1998) – *Esposende. Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende. *Boletim Cultural de Esposende*. N.º 20.

ALMEIDA, C. A. B. de (2001) – O vinho e a pretensa barbárie dos povos galaicos. *Douro – Estudos & Documentos*. Porto: Instituto do Vinho do Porto / Universidade do Porto / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vol. VI (11), p. 67-81.

ALMEIDA, C. A. B. de; SOEIRA, M. T. C. M. (1980) – Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz (Barcelos, 1978). In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*. Vol. II, p. 29-35.

ALMEIDA, C. A. F. de (1968) – *As vias medievais entre Douro e Minho*. Dissertação de Licenciatura. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

ALMEIDA, C. A. F. de (1969) – *Romanização das Terras da Maia*. Maia.

ALMEIDA, C. A. F. de (1970) – Algumas notas sobre o processo da romanização da zona de Entre Douro e Ave. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas. Lisboa – 1969*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, p. 379-387.

ALMEIDA, C. A. F. de (1972) – A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade. *Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol XI, n.º 1, p. 5-34.

ALMEIDA, C. A. F. de (1973) – Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal. In *Separata de A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^a Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa, 25 – 30 de Setembro de 1972*. Lisboa, p. 39-57.

ALMEIDA, C. A. F. de (1973-1974) – Influências meridionais na Cultura Castreja. Porto: *Revista da Faculdade de letras da Universidade do Porto*. Série de História, I^a série, vol. IV-V, pp. 197-207.

ALMEIDA, C. A. F. de (1974) – A necrópole galaico-romana de Vila do Conde. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série de História, 4-5, p. 209-222.

ALMEIDA, C. A. F. de (1983) – Cultura Castreja. Evolução e Problemática. *Arqueologia*. Porto, 8, p. 70-74.

ALMEIDA, R. (2008) – *Las Ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minotitarios*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. (2007) – El poblado fortificado de la Mesa de Miranda (Chamartín, Ávila) y su relación con el poblamiento prerromano del Valle Amblés. *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las muralhas protohistóricas en la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (Octubre de 2006)*. Madrid: Real Academia de la Historia. Casa de Velázquez. *Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 28, p.237-254.

ALVES, A. M. C. (1996) – Causas e processos da dinâmica sedimentar na evolução actual do litoral do Alto Minho. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho. Texto policopiado.

ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; SCHEICK, C. L. (2001) – An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*. Plenum Publishing Corporation. Vol. 9, n.º 2, p. 157-211.

ÁRBOL MORO, M. R. Del (2006) – Los paisajes agrarios del NE de Lusitania: terrazas y explotación agraria romanas en la Sierra de Francia. *Arqueologia Espacial*. 26, p. 115-142.

ÁRIAS VILAS, F.; DURÁN FUENTES, M. C. ([s.d.]) – A Cultura Galaico-Romana. In www.aaviladonga.es/e-castrexo/ga/mec-ym.html

ARRUDA, A. M. (1988-1989) – Conimbriga. Escavação de 1988-89 (Algumas precisões sobre a cronologia). *Portugália*. Nova série, 9-10, p. 93-100.

ARRUDA, A. M. (1998a) – O expansionismo de Cartago e o território actualmente português. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 146-150..

ARRUDA, A. M. (1998b) – Os primeiros contactos. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 161-174.

ARRUDA, A. M. (1998c) – A estrutura político-administrativa. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 205-213.

ARRUDA, A. M. (1998d) – Conímbriga. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 263-274.

ARRUDA, A. M. (1998e) – A cerâmica fina. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 299-309.

ARRUDA, A. M.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) – O que é a II^a Idade do Ferro no Sul de Portugal? In *I^o Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, Faculdade de Letras, 12-18 Outubro 1993. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Actas VI. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 35 (2), p. 237-257.

AYÁN VILA, X. M. (2008) – A Round Iron Age: The Circular House in the Hillfort of the Northwestern Iberian Peninsula. *E-Keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*. Vol. 6, *The Celts in the Iberian Peninsula*. P. 903-1003. (Revista online).

BARTON, I. M. (ed.) (1989) – *Roman Public Buildings*. Exeter: University of Exeter.

BATATA, C.; GASPAR, M. (1999) – Castros da Bacia Hidiográfica do Rio Zêzere (Zona do Pinhal, Centro de Portugal). In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*. Guimarães: *Revista Guimarães*. Vol. 2, p. 671 - 697.

BELLO DIÉGUEZ, J. M.; GONZÁLEZ AFUERA, B. (2008) – Elviña, yacimiento abierto. Investigación e intervenciones arqueológicas en el Castro de Elviña (a Coruña): estudo de la cuestión. In *I Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 329-338.

BERROCAL-RANGEL, L.; MORET, P. (2007) – Las fortificaciones protohistóricas de la Hispania céltica. Cuestiones a debate. *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las muralhas protohistóricas en la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (Octubre de 2006)*. Madrid: Real Academia de la Historia. Casa de Velázquez. *Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 28, p.15-33.

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A. C. S. (2007) – O Castro dos Ratinhos (Moura, Portugal). Um complexo defensivo no Bronze final do Sudoeste Peninsular. *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las muralhas protohistóricas en la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (Octubre de 2006)*. Madrid: Real Academia de la Historia. Casa de Velázquez. *Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 28, p.169-190.

BETTENCOURT, A. M. S. (2005) – O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I Milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro? In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 25-40.

BETTENCOURT, A. M.; DINIS, A. P.; SILVA, A.; VEIGA, A. M.; RIBEIRO, E.; CARDOSO, H.; BOAS, L.V.; AMORIM, M. J. (2003) – A Estação Arqueológica das Boucinhas, Regueira, Vitorino de Piães, Ponte de Lima (Norte de Portugal). *Portugália*. Nova Série, Vol. XXV, p. 91-113.

BETTENCOURT, A. M. S.; DINIS, A.; FIGUEIRAL, I.; RODRIGUES, A.; CRUZ, C. S.; SILVA, I. S. e; AZEVEDO, M.; BARBOSA, R. (2006) – A ocupação do território e a exploração de recursos durante a Pré-História recente do Noroeste de Portugal. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 08, p. 149-163.

BLAZQUEZ, J. M. (1977) – La Romanización del N.O. de la Península Ibérica. In *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*. Lugo, p. 65-81.

BLAZQUEZ, J. M. (1978) – *Economía de la Hispania Romana*. Bilbao: Ediciones Najera.

BRADLEY, R. (2002) – *An Archaeology of Natural Places*. London: Routledge.

BRANDÃO, A. M. (1889-1892) – Apontamentos folclóricos famalicenses, *Revista de Guimarães*, VI, 1890, p. 47-50; IX, 1891 IX, p. 226-227.

BRUN, J. -P. (2004) – *Archaeologie du vin et de l'huile dans l'Émpire Romain*, Paris.

BONNET, A.; CORDEIRO, J.; FURTADO, D.; MARTINS, P.; NEVES, L.; PINTO, J.; SILVA, A.; SEARA, A. (2006) – Explorando o Software Livre para a Informação Geográfica: exemplos de aplicação. In *IX Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica. USIG. Tagus Park, 15 – 17 de Novembro de 2006. ESIG 2006*, p. 1-23.

BOTO, M. F. (1995) – Análise Espacial em Arqueologia. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II^a série, n.º 4, p. 41-46.

BURENHULT, G. (1995) – Construtores de Megálitos da Europa Ocidental. De 4800 A. C. a 2800 A. C. In *Da Pedra ao Bronze. Caçadores, Recolectores e Primeiros Agricultores*. [s.l.]: Círculo dos Leitores. P. 79-99.

BURILLO, F.; JUSTE, N.; PEÑA, J. L.; PERALES, P.; PORRO, J.; PICAZO, J.; RUIZ, E.; SANCHO, A. (1984) – Un estudio sincrónico y diacrónico del poblamiento y el territorio: El proyecto interdisciplinar de Mora de Rubielos (Teruel). In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. 27 al 29 de Septiembre, Teruel 1984*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo1: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 187-205.

BURILLO MOZOTA, F.; PEÑA MONNE, J. L. (1984) – Modificaciones por factores eomorfológicos en el tamaño y ubicación de los asentamientos primitivos. In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. 27 al 29 de Septiembre, Teruel 1984*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo1: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 91-105.

BUTZER, K. W. (1971) – *Environment and Archaeology. An Ecological Approach to Prehistory*. Chicago: Aldine. 2nd Edition.

BUXÓ I CAPDEVILA; R.; ALONSO, N.; CANAL, D.; CATALÁ, M.; ECHAVE, C.; GONZÁLEZ, I. (1995) – Estudios recientes sobre agricultura y alimentación vegetal a partir de semillas y frutos en Catalunya (Neolítico – 2^a Edad del Hierro). In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. XXXV, Fasc. 3-4, p. 467-483.

CALADO, M., BARRADAS, M. P.; MATALOTO, R. (1999) – Povoamento Proto-Histórico no Alentejo Central. Guimarães: *Revista de Guimarães*. Volume Especial, I, p. 363-386.

CALO LOURIDO, F. (1997) – *A Cultura Castrexa*. Vigo: Edicións a Nosa Terra. (2^a ed.).

CALO LOURIDO, F. (2005) – O Castro: da aldea autárquica á cidade desenvolvida. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 91-106.

CAPELA, M. (1995) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.

CAMINO MAYOR, J. (2003) – Los Castros de la Ría de Villaviciosa: contribución a la interpretación de la Edad del Hierro en Asturias. *Trabajos de Prehistoria*. 60, n.º 1, p. 159-171.

CARDOSO, M (1980) – Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso. Guimarães. 8^a ed., 1980; 1^a ed. 1930.

CARDOSO, M. (1985) – Catálogo do Museu Martins Sarmiento, Guimarães. (3^a ed., 1^a ed., 1935).

CARNEIRO, A. (prelo) – Em *pars* incerta. Estruturas e dependências agrícolas nas *villae* da Lusitânia. *GAIAA Ciência*. N.º 0, 2009, p. 123-138.

CARNEIRO, D. M. V.; GOMES, J. M. F.; AMORIM, M.; REAL, M. (2004) – *S. Pedro de Rates. Guia do Visitante*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim / Museu Municipal / Gabinete de Arqueologia.

CARNEIRO, R. L. (1970) – A Theory of the Origin of the State. *Science*. Vol. 169, p. 733-738.

CARRERAS MONFORT, C. (1996) – Una nueva perspectiva para el estudio demografico de la Hispania romana. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. LXII, p. 95-122.

CARROCERA FERNÁNDEZ, E. (1994) – Estudio crítico de la Cultura Castreña Asturiana. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. IV. *Trabalhos de Antropología e Etnología*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología. Vol. XXXIV, Fasc. 3-4, p. 213-226.

CARVALHO, A. (1998a) – As *uillae*. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 275-282.

CARVALHO, A. (1998b) – Três *uillae* da Lusitânia Romana: São Cucufate (Vidigueira), Milreu (Faro) e Torre de Palma (Monforte). In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 282-288.

CARVALHO, H. P. A. de (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventos Bracarensis*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais. Vol. I e II. Texto policopiado.

CARVALHO, P. C. (1998) – *O Forum de Aeminium*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus.

CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitania)*. Fundão / Coimbra: Câmara Municipal do Fundão / Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, T. P. de (2005) – O castro do Mozinho: as candidaturas ao POC – ON e INTERREG III A. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 107-110.

CARVALHO, T. P. de; QUEIROGA, F. (2005) – O Castro do Mozinho: os últimos trabalhos desenvolvidos. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 121-153.

CAU ONTIVEROS, M. A. (1994) – Una fábrica importada de cerámica tarorromana de cocina. 1^o *Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, Faculdade de Letras, 12-18 Outubro 1993*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología. *Actas III. Trabalhos de Antropología e Etnología*. Vol. 34 (1-2), p. 391-415.

CENTENO, R. M. S. (1987) – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto. *Anexos NVMMVS*, n.º 1.

CHOUQUER, G. (2007) – *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra e Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades Coimbra e Porto / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

CIL – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, supplementum, Berlim (Hübner, 1892).

CLARKE, G. (1968) – *Analytical Archaeology*, Methuen, London.

COBAS FERNÁNDEZ, I.; PRIETO MARTÍNEZ, M. P. (1997) – Defining social and symbolic Changes from the Bronze Age to the iron Age through Operational Sequences in NW Iberian Pottery. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 27-34.

CORREIA, V. (1916) – Conimbriga. A camada pré-romana da cidade. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 21, p. 252-264.

CORREIA, V. H. (1993) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais. IV – Os Fenícios no Território Português*, p. 229-283.

CORREIA, F. C. (1989a) – Areias até ao século XI, Ave – *Cadernos de Cultura*, 4, Câmara Municipal de Santo Tirso.

CORREIA, F. C. (1989b) – Areias do século XI ao século XVI, Ave – *Cadernos de Cultura*, 5, Câmara Municipal de Santo Tirso.

CORTEZ, F. R. (1946) – El Castro de Argifonso (Vila do Conde). *Archivo Español de Arqueología*. 19 (63), p. 149-155.

CORTEZ, F. R. (1949) – Restos arqueológicos de Vila do Conde. I – O Castro de Argifonso. In *Sep. de Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Fasc. 3-4 do vol. XII, p. 5-23.

CORTEZ, F. R. (1951) – As escavações arqueológicas do Castellum da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense. *Anais Instituto do Vinho do Porto*. Porto: Instituto do Vinho do Porto. 12 (1), p. 17-88.

COSTA, A. (1706-1712) – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Reyno de Portugal*. Lisboa. 3. P. 313.

COSTA, A. G. da; FARIA, A. M. de; CARVALHO, J. da S. (1980) – Sondagens Arqueológicas no Concelho de Barcelos – Abade do Neiva, Faria e Roriz. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. Vol. II, p. 5-28.

CRIADO BOADO, F. (dir.) (1991) – *Arqueología del Paisaje. El área Bocelo – Furelos entre los tiempos Paleolíticos y Medievales. (Campañas de 1987, 1988 y 1989)*. A Coruña: Xunta de Galicia. *Arqueoloxía / Investigación* 6.

CRIADO BOADO, F. (1993) – Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid, p. 39-56.

CRIADO BOADO, F. (1997) – Introduction: Combining the different dimensions of cultural space: Is a total archaeology of landscape possible? *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 5-9.

CRIADO BOADO, F. (1999) – *Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. *Capa 6. Criterios y Convenciones n Arqueología del Paisaje*.

CRIADO BOADO, F. (2005) – Preentación del Lanoratorio de Arqueoloxía da Paisaxe del IEGPS (y otras cosas). *ArqueoWeb. Revista sobre arqueología en Internet*. 7 (2). <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>

CRIADO BOADO, F.; SANTOS ESTÉVEZ, M.; PARCERO OUBIÑA, C. (1997) – Settlement patterns, Land-use and Sacred Landscapes in Galician late prehistory and ancient history: essay on an Archaeology of Sacred Geographies. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 11-18.

DAVEAU et alli (1977) – Répartition er Rythme des Précipitations au Portugal. *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, 3, Lisboa.

DAVEAU, S. (1980) – Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2, p. 13-37.

- DAVEAU, S. (2005) – *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. (4ª ed.).
- DELGADO, M.; LEMOS, F. S. (1984-1985) - Zona das Carvalheiras: notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985. *Cadernos de Arqueologia*, Braga, 2ª série, 2, 1985, pp. 154-176
- DE MAN, A. (2004) – Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 7, n.º 2, p. 459-471.
- DE MAN, A. (2006) – *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Edições Sílabo.
- DE MAN, A. (2007) – A Muralha Tardia de Conímbriga. In *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Império: Lucus Augusti como paradigma. Congresso Internacional en conmemoración del quinto aniversario de la declaración de la Muralla de Lugo como Património de la Humanidad, Museo Provincial de Lugo, 27.11.2005*. P. 699-712.
- DE MAN, A. (2008) – Os materiais, as muralhas e as suas interpretações: estratégia baixo-imperial e modelo autarcista no Norte da Lusitânia. In *1º Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 427-430.
- DE MAN, A. (prelo) – Funções estruturantes de algumas *villae* pós-romanas. *GAIAA Ciências*. N.º 0, 2009, p. 139-146.
- DIAS, J. (1949) – Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro. In *Congrès International de Géographie. Lisbonne 1949*. Union Géographique Internationale.
- DIAS, L. (1995) – Cerâmica Comum em Tongobriga. *1º Congresso de Arqueologia Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Actas VI. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 35 (2), p. 325-341.
- DÍAZ DE GARAYO, E. P. (1996) – *Castilla en el tránsito de la antigüedad al feudalismo: poblamiento, poder político y estructura social del Arlanza al Douro (siglos VII – IX)*. Valladolid: Junta de Castilla y León / Consejería de Educacion y Cultura.
- DÍAZ SANTANA, B. (2001) – La Cultura Castreña y el Proceso de Creación de la Identidad Nacional Gallega. *ArqueoWeb. Revista sobre Arqueología en Internet*. 3 (3). <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>
- DIEZ-FIERROS VIQUEIRA e TABOADA CASTRO (1992-1994) – *História e Arqueologia da Paisagem. Serra do Bustelo (Braga)*. Braga/Santiago de Compostela: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga e Universidade de Santiago de Compostela.
- DINIS, A. P. (1993) – *Ordenamento do território do Baixo Ave no Iº milénio a.C.*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.
- DINIS, A. P. (1993-94) – Contribuição para o estudo da Idade do Ferro em Basto: o Castro do Crastoeiro. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, 10-11, p. 261-278.
- DINIS, A. P. (2005) – A ocupação do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal) no Ferro Inicial. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Arqueologia*. 11, p. 75-87.
- ELIAS, N. (1992) – *Time: An Essay*. Oxford: Blackwell Publishers.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho – Arganil*. Lisboa: UNIARQ.
- FABIÃO, C. (1992) – O passado proto-histórico e romano. In *História de Portugal – Antes de Portugal*, dir. MATTOSO, J. Vol. 1, p. 79-293.

FABIÃO, C. (1996) – Sobre a tipologia das ânforas da Lusitânia. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C. (eds.), *Ocupação romana nos estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: Dom Quixote, p. 371-390.

FABIÃO, C. (1998a) - *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português.*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. I, II e III. Texto policopiado.

FABIÃO, C. (1998b) – As migrações célticas. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 72-80.

FABIÃO, C. (1998c) – A Idade do Ferro no Norte de Portugal. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 95-110.

FABIÃO, C. (1998d) – As ânforas pré-romanas. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 123-127.

FABIÃO, C. (1998e) – Os contextos da conquista romana. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 180-186.

FABIÃO, C. (1998f) – Lomba do Canho (Arganil). In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 190-192.

FABIÃO, C. (1998g) – A economia. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 240-248.

FABIÃO, C. (1998h) – As cidades romanas. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 257-260.

FABIÃO, C. (1998i) – As ânforas romanas. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 309-313.

FABIÃO, C. (1998j) – Os preparados piscícolas. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 313-316.

FABIÃO, C. (2001) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era-arqueologia. Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa: Colibri. N.º 3, p. 108-131.

FABIÃO, C. (2004) – Centros Oleiros da Lusitânia. Balanço dos Conhecimentos e Perspectivas de Investigação. In *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*, Universidade de Cádiz, Noviembre 2003. Oxford. B.A.R... 1266, p. 379-410.

FABIÃO, C. (2005) – O Castro: de espaço heróico de etnogénese nacional a espaço residencial polissémico. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 207-222.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) – Considerações sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. *Da Pré-história à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa: Editorial Delta. P.287-308.

FÁBREGA ÁLVAREZ, P. (2004) – *Poblamiento y Territorio de la Cultura Castreña en la comarca de Ortegá*. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, IIT (USC). *Capa 19. Cadernos de Arqueoloxía e Patrimonio*.

FARIÑA BUSTO, ARIAS VILAS, ROMERO MASIÁ (1983) – Panorâmica general sobre la cultura castrexa. *Estudios de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, p. 87-126.

FELD, S.; BASSO, K. H. (ed.) (1996) – *Senses of Place*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press.

FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V. M.; RUIZ ZAPATERO, G. (1984) – El análisis de territorios arqueológicos: Una introducción crítica. In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. 27 al 29 de Septiembre, Teruel 1984*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo1: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 55-71.

FERNÁNDEZ-POSSE, M. D.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; FERNÁNDEZ MANZANO, J.; OREJAS, A. (1994) – Estructura social y territorio en la cultura castreña prerromana. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. IV. *Trabalhos de Antropología e Etnología*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología. Vol. XXXIV, Fasc. 3-4, p. 191-212.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. ([s.d.]) – Análise dos restos faunísticos recuperados no Castro de Viladonga (Castro de Rei, Lugo). In www.aaviladonga.es/e-castrexo/ga/mec-ym.html

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (2004) – *Ganadería, caza y animales de compañía en la Galicia romana: estudio arqueozoológico*. Coruña: Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña. *Brigantium*. Vol. 15.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.; FUERTES, PRIETO, N. (2007) – La romanización del noroeste de la Península Ibérica y las modificaciones en la presencia, uso y consumo de mamíferos. In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. *Promontoria Monográfica* 08, p. 207-217.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.; PÉREZ ORTIZ, L. (2007) – Caza y domesticación en el Noroeste de la Península Ibérica durante la Prehistoria. Datos arqueozoológicos. In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. *Promontoria Monográfica* 08, p. 165-176.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.; RODRÍGUEZ LÓPEZ, C. (1994) – Nuevos datos acerca de los recursos económicos del poblado castreño de Santa Trega (A Guardiã, Pontevedra). In *Sep. de Gallaecia*. Santiago de Compostela: Departamento de Historia / Facultade de Xeografía e Hsitoria / Universidade de Santiago de Compostela. 14 / 15, p. 359-392.

FIGUEIRAL, I. (1990) – *Le Nord-Ouest du Portugal et les Modifications de l'Ecosysteme, du Bronze Final a l'Epoque Romaine, d'Apres l'Anthracanalyse de Site Archeologiques*. Dissertação de Doutoramento em Physiologie et Biologie des organismes et des populations. Montpellier: Academie de Montpellier. Universite Montpellier II – Sciences et Techniques du Languedoc. Texto policopiado.

FIGUEIRAL, I. (1991) – Buraco de Pala: um meio-ambiente vegetal explorado pelo homem. Resultados da análise antracológica. In QUEIROGA, F.; DINIS, A. P., *Paleoecologia e Arqueologia II*. Vila Nova de Famalicão. P. 13-29.

FIGUEIRAL, I. (1994a) – A antracologia em Portugal: progressos e perspectivas. In *1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, Faculdade de Letras, 12-18 Outubro 1993*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Actas III. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 34 (1-2). P. 367-389.

FIGUEIRAL, I. (1994b) – A antracologia em Portugal: progressos e perspectivas. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. IV. *Trabalhos de*

Antropología e Etnologia. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnologia. Vol. XXXIV, Fasc. 3-4, p. 427-448.

FIGUEIRAL, I. (1995) – Evidence from charcoal analysis for environmental change during the interval late Bronze Age to Roman, at the archaeological site of Castro de Penices, N.W. Portugal. *Vegetation History and Archaeobotany*. 4, p. 93-100.

FIGUEIRAL, I. (1996) – Wood resources in north-west Portugal: their availability and use from the late Bronze Age to the Roman period. *Vegetation History and Archaeobotany*. 5, p. 121-129.

FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A. (2007a) – Paisagem, recursos e estratégias de exploração do espaço Noroeste da Pré-história à Idade Média: notas introdutórias. In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 08, p. 147.

FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A. (2007b) – Estratégias de exploração do espaço no Entre Douro e Minho desde os finais do IV aos meados do I milénio AC. In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 08, p. 177-187.

FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A. (2007c) – Paisagem, recursos e estratégias de exploração do espaço Noroeste da Pré-história à Idade Média: algumas conclusões. In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 08, p. 233-234.

FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A. (2004) – Middle/Late Bronze Age plant communities and their exploitation in the Cávado Basin (NW Portugal) as shown by charcoal analysis: The significance and co-occurrence of *Quercus* (deciduous) – Fabaceae. *Vegetation History and Archaeobotany*. P. 1-22.

FIGUEIRAL, I.; CARCAILLET, C. (2005) – A review of Late Pleistocene and Holocene biogeography of highland Mediterranean pines (*Pinus* type *sylvestris*) in Portugal, based on wood charcoal. *Quaternary Science Reviews*. Elsevier. 24, p. 2466-2476.

FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (dir.) (2008) – *História da Alimentação*. Lisboa: Terramar. 1 - *Dos primórdios à Idade Média*. (2^a ed.).

FONSECA, C. P. (2003) – *A Terra Sigillata do Fundeadouro de Tróia*. Museo Municipal da Vida Subaquática e da História Submersa / Centro Português de Atividades Subaquáticas.

FRANCO MÚGICA, F.; GARCÍA ANTÓN, M.; MALDONADO RUIZ, J.; MORLA JUARISTI, C.; SAINZ OLLERO, H. (2001) – Evolución de la vegetación en el sector septentrional del macizo de Ayllón (sistema central). Análisis polínico de la turbera de Pelagallinas. *Anales Jardín Botánico de Madrid*. Madrid. 59 (1), p. 113-124.

FONTE, J.; LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; CARVALHO, C. (2008) – Segunda Idade do Ferro em Tras-os-Montes Ocidental. In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 309-317.

FORTES, J. (1899) – *A estação Archeológica d'Alvarelhos*, Porto, 1899.

FORTES, J. (1905) – Restos de uma villa lusitano-romana, Póvoa de Varzim. *Revista Portugália*. Porto.

FORTES, J. (1905-1908) – As fíbulas do noroeste da Península. *Revista Portugália*, Tomo II. Porto, p.15-33.

GARCIA y BELLIDO (1966) – O problema dos enterramentos na cultura castreja, *Revista de Guimarães*, vol. LXXVI. Guimarães: Sociedade de Martins Sarmento.

GASPAR, J. ([s.d.]) – O sítio: ocupação e organização do território. *Scripta Vetera. Edición Electrónica de Trabajos publicados sobre Geografía y Ciencias Sociales*. www.ub.es/geocrit/sv-37.htm

GOLDSWORTHY, A. (2009) – *Generais Romanos. Os homens que contruíram o Império Romano*. Lisboa: A Esfera dos Livros. 3^a edição.

GOMES, J. M. F. (1996) – *Cidade de Terroso e a Vila Mendo (Estela). Aspectos da Proto-História e Romanização do litoral Minhoto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado. Texto policopiado.

GOMES, J. M. F. (2005) – Cidade de Terroso. Ruptura e continuidade no desenvolvimento urbano da Cultura Castreja à Romanização. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 189-205.

GOMES, J. M. F.; CARNEIRO, D. M. V. (2004) – *Cidade de Terroso. Guia do Visitante*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim / Museu Municipal / Gabinete de Arqueologia.

GOMES, J. M. F.; CARNEIRO, D. M. V. (2005) – *Subtus Montis Terroso. Património Arqueológico da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

GÓMEZ PANTOJA, J. (1995) – Buscando a los Pastores. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. *Actas II. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XXXIII (3-4). P. 367-389.

GONÇALVES, F. (1963) – Duas inscrições Romanas do Museu Municipal da Póvoa de Varzim. *Boletín Cultural*. Vol. I. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, p. 225-235.

GONÇALVES, F. (1964) – A Cidade de Terroso, Póvoa de Varzim. *Boletim Cultural*. Vol. III. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, p. 307-308.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Lisboa: INIC / UNIARQ. Vol. 1 e 2.

GONZALÈZ, A. B.; FABIÁN, J. F. (2005) – Los orígenes de las comunidades castreñas en el suroeste de la Meseta española: El proceso histórico Bronce Final – Segunda Edad del Hierro. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 41-54.

GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D. (2007) – Aproximación Etnoarqueológica a los vaqueiros d’Alzada: un grupo ganadero trashumante a la montaña asturiana. In *Arqueoweb* 8(2), 2007, p.1-28.

GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D.; MENÉNDEZ BLANCO, A.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. (2008) – El campamento de Moyapán (Ayande, Asturias). In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 363-371.

GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. (1997) – Landscape Archaeology as a narrative for designing archeological parks. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 47-51

GONZÁLEZ PÉREZ, C. A. (1997) – Beyond Literacy: The Digital Management and Production of Archaeological Record Archives. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 53-55.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2004) – Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the North-West of Iberia in the first millennium BC. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishers. 23 (3), p. 287-317.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006) – House societies vs. kinship-based societies: An archaeological case from Iron Age Europe. *Elsevier. Journal of Anthropological Archaeology*. 25, p. 144-173. www.elsevier.com/locate/jaa

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006-2007) – *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*. Coruña: Museu Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón. *Brigantium*, vol. 18.

GONZÁLEZ SOUTEL, S. (2008) – Los sistemas hidráulicos en los yacimientos urbanos y rurales de la Galicia romana. Una nueva perspectiva de estudio. In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 373-381.

GORGES, J. G. (1979) – *Les Villas hispano-romaines*, Paris: Centre Pierre Paris.

GRAU ALMERO, E. (1995) – La antracología; una disciplina paleoecológica y paleoetnológica. *Extremadura Arqueológica. Homenaje a la Dra. D^a Milagro Gil-Mascarell Boscà*. Cáceres-Mérida V, p.15-26.

GRUET, Y. (1993) – Les coquillages marins: objets archéologiques a ne pas négliger. Quelques exemples d’exploitation et d’utilisation dans l’Ouest de la France. *Rev. Archéol. Ouest*10, p. 157-161.

GUERRA, A. (1998a) – Estrabão e a geografia peninsular. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 119-120.

GUERRA, A. (1998b) – Plínio-o-Velho. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 120-122.

GUERRA, A. (1998c) – Ptolomeu. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 122-123.

GUERRA, A. (1998d) – Sertório. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 186-187.

GUERRA, A. (1998e) – César. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 187-189.

GUERRA GARCIA, P. (2008) – Prospección arqueológica en el yacimiento romano de Carracalleja (Escarabajosa de Cabezas, Segovia): Primeros datos. In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 387-396.

HAGGETT, P. (1976) – *Análisis locacional en la Geografía Humana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976

HARRISON, R. J. (1995) – La intensificación económica y la integración del modo pastoril durante la Edad del Bronce. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. XXXIII, Fasc. 3-4, p. 293-299.

HENRIQUES, S. (prelo) – O sítio do Castelo (Santa Catarina, Caldas da Rainha). Do Neolítico à Idade do Ferro. In *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*.

HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1984) – El Castro de Vigo y el Comercio Atlántico Romano en el Noroeste Peninsular. *Revista de Guimarães*. Guimarães. N.º. 94, p. 371-384.

HIGGS, E. S.; VITA-FINZI, C. (1972) – Prehistoric Economies: A territorial approach. *Papers in Economic Prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press. P. 27-224.

HÖCK, M. (1980) – Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (Concelho de Mirandela). In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. Vol. II, p. 55-70.

HODDER, I. (1984) – New generations of spatial analysis in Archaeology. In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. 27 al 29 de Septiembre, Teruel 1984*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo1: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 7-24.

HODDER, I.; ORTON, C. (1990) – *Análisis Espacial en Arqueología*. Barcelona: Editorial Crítica.

JARMAN M. R. (1972), A territorial model for archaeology: a behavioral and geographical approach, in CLARKE (ed.), *Models in Archaeology*, pp. 705-733.

JNICA, G. M. (2002) – Spatial Analysis Utilities: a quantitative tool for studies on archaeological distribution. In *Proceedings of the 29th CAA conference held at Heraklion, Crete, Greece, April 2002*. [s.p.]

JOHNSON, M. (1999) – *Archaeological Theory. An introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.

JONES, D. M. (ed.) (2002) – *Environmental Archaeology. A guide to the theory and practice of methods, from sampling and recovery to post-excavation*. Swindon: English Heritage Publications.

JORGE, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recntos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

JUNIOR, J. R. FORTES (1899) – *A Estação Archeologica d'Alvarelhos*. Porto: Typographia Central.

LANHAS, F.; BRANDÃO, D. P. (1969) – Inventário de Objectos e Lugares com interesse arqueológico. *Revista de Etnografia*. 12 (2), p. 295-344.

LADRA FERNANDEZ (2003) – *Ourivesaria, arqueologia e paleoetnologia. A distribuição territorial dos torques áureos da segunda Idade do Ferro do Noroeste Peninsular e a sua relação com as unidades étnicas indígenas*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

LADRA FERNANDEZ, L.; SILVA, A. C. F.; SOUSA, M. J. (2003) – Notas sobre uma nova lâmina áurea de tiras do Norte de Portugal. *Portvgalia*. Nova Série, Vol. XXIV, p. 53-63.

LAPORTE, J. P.; MEJÍA, H. E.; ADÁNEZ, J.; CHOCÓN, J. E.; CORZO, L. A.; CUIDAD RUIZ, A.; IGLESIAS, M. J. (2004) – Aplicación del Sistema de Información Geográfico (SIG) a la interpretación del asentamiento del sureste de Petén: Primeiros resultados. In *XVII Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala, 2003*. Guatemala: Museo Nacional de Arqueología y Etnología. P. 89-109.

LEMOS, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho. Volume I, II e III. Texto policopiado.

LEMOS, F. S. (2002) – “*Bracara Augusta – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular*”, *Forum*, 31, pp. 95-127.

LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; FONTE, J. (2008) – Estruturas de banhos no território dos Bracari: os casos de Briteiros e de Braga. In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 319-328.

- LÉVI-STRAUSS, C. (1982) – *The Way of the Masks*. London: Johnatan Cape.
- LIMA, A. P. (1940) – Correspondência Martins Sarmiento – Pde. Joaquim Pedrosa, Revista de Guimarães, L, 1940. p. 77-105, 181-214.
- LLOBERA, M. (2007) – Reconstructing visual landscapes. *World Archaeology*. Routledge. Vol. 39 (1), p. 51-69.
- LOPES, A. B. (2003) – *Proto-história e Romanização do Baixo Minho*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1. Texto policopiado.
- LOPES, M. C. (2003) – *A cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LÓPEZ CACHERO, F. J. (2007) – Sociedad y economía durante el Bronce Final y la Primera Edad del Hierro en el Noroeste peninsular: Una aproximación a partir de las evidencias arqueológicas. *Trabajos de Prehistoria*. 64, n.º 1, p. 99-120.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1951) – *Las Joyas castreñas*. Madrid.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1953) – *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- LÓPEZ PÉREZ, M. C. (2008) – *Brigantium* como centro de consumo de terra sigillata. In *I Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 397-403.
- LÓPEZ QUIROGA, J.; VIEIRA, M. A. (2007) – Paisagem e Povoamento entre Douro e Minho na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Palinologia e sequência ocupacional entre o Lima e Cávado. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 08, p. 219-232.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; PARCERO OUBIÑA, C.; LIMA OLIVEIRA, E.; LÓPEZ GARCÍA, P.; CRIADO BOADO, F.; MACÍAS ROSADO, R.; MARTÍNEZ CORTIZAS, A.; FRANCO MASIDE, S. (2003) – Noticiario. Paleopaisajes concretos: polen, suelos y arqueología del yacimiento de as Pontes (Abadín, Lugo). *Trabajos de Prehistoria*. 60, n.º 1, p. 139-151.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; VALINHO, A.; LOUREIRO, S. (2002-03) – Paleovegetação na transição Bronze Final / Idade do Ferro no Alto Paiva: Palinologia do Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu). In Sep. de *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. Vol. X-XI, p. 157-173.
- LORRIO, A. J. (2007) – El Molón (Camporrobles, Valencia) y su territorio: fortificaciones y paisaje fortificado de un espacio de frontera. *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las muralhas protohistóricas en la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (Octubre de 2006)*. Madrid: Real Academia de la Historia. Casa de Velázquez. *Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 28, p.213-236.
- LOUREIRO, S. (2001) – O Castro de Sabroso (Guimarães). Um estudo espacial à luz dos dados arqueológicos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. 111, p.147-182.
- LOZANO VALENCIA, P.; MEAZA RODRIGUEZ, G.; CADIÑANOS AGUIRRE, J. A. (2002) – Paleobiogeografía cultural de la reserva de la Biosfera de Urdaibai (Vizcaya). *Boletín de la A.G.E.* N.º 34, p. 193-211.
- LUÍS, L. (2003) – Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 6, nº2, p. 363-382.

- MACEDO, M. L.; GOMES, S. M.; BRAZUNA, S.; DUARTE, C. (2000) – A Villa Romana de Milreu (Estói). Campanha de 1998. *Era-arqueologia. Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa: Colibri. N.º 2, p. 68-83.
- MALUQUER de MOTES, J. (1973) – La originalidad da Cultura Castreña, *TAE*, 22, (3), Porto, p. 335-342.
- MALUQUER de MOTES, J. (1975) – La Cultura Castreña de la Edad del Hierro, *I JMACH*, 1, p. 269-284.
- MANTAS, V. G. (1990) – As Cidades Marítimas da Lusitânia. *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Paris p. 149-205.
- MANTAS, V. (1980) – Alcaçova de Coimbra. *Informação Arqueológica*. Lisboa. N.º 3, p. 31.
- MANTAS, V. (1992) – Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *BIBLOS*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. LXVIII, p. 487-513.
- MANTAS, V. (1996) *A rede viária da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.
- MANTAS, V. (1998a) – O espaço urbano nas cidades do norte da Lusitânia. In *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional. Lugo, 15 – 18 de Mayo 1996. Faculdade de Humanidades*. I, p. 355-391.
- MANTAS, V. (1998b) – A rede viária romana do território português. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 213-230.
- MARÍN SUÁREZ, C. (2008) – Revisión y estudio de los materiales del Castru d’Aracedo (El Franco, Asturias). In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 297-306.
- MARSHALL, A. J. (1978) – Environment and agriculture during the Iron Age: statistical analysis of changing settlement ecology. *World Archaeology*. Hentley-on-Thames. Vol. 9, n.º 3, p. 347-356.
- MARTÍNEZ CORTIZAS, A.; MOARES DOMÍNGUEZ, C. (1995) – *Edafología y Arqueología. Estudio de yacimientos arqueológicos al aire libre en Galicia*.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. C.; AMADO REINO, X.; BARREIRO FERNÁNDEZ, D. (1997) – Managing Archaeological Impact: from Evaluation to Correction. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 41-46.
- MARTÍNEZ MOGANTO, J.; GARCÍA GIMÉNEZ, R. (1994) – Anforas Romanas Altoimperiales de Salazon. Analítica aplicada y aportaciones arqueológicas. ? *1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, Faculdade de Letras, 12-18 Outubro 1993*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. *Actas III. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 34 (1-2), p. 367-389.
- MARTINS, C. M. B. (2008) – Exploração aurífera romana em Portugal. In *1 Congreso Internacional de Arqueología de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 413-422.
- MARTINS, M. (1985) – Sondagens Arqueológicas no Castro do Monte Padrão, em Santo Tirso. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, 2, p. 217-230.

MARTINS, M. (1988) – Experiências de arqueologia espacial no norte de Portugal. O vale do Cavado – I milénio a.C. e Romanização. In *Arqueología Espacial. Lisboa-Teruel 1988*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. 12, p. 139-154.

MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do médio Cávado*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho. Texto policopiado.

MARTINS, M. (1991) – *O Povoado de Santo Ovídio (Fafe)*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / Câmara Municipal de Fafe e INIC. *Cadernos de Arqueologia. Monografias*. Braga.

MARTINS, M. (1993-94) – Continuidade e mudança no I milénio a.C., no Noroeste Português. Os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, 10-11, p. 41-64.

MARTINS, M. (1996) – Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a.C.. In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. P. 118-133.

MARTINS, M.; DELGADO, M.; ALARCÃO, J. de (1994) – Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta: Balanço dos Resultados. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, Faculdade de Letras, 12-18 Outubro 1993*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Actas III. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 34 (1-2), p. 303-320.

MARTINS, M. e JORGE, S. O. (1992), Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, *Complutum Extra*, (2-3), Madrid, pp. 347-372.

MATEUS, J. (1990) – A teoria da zonação ecossistema territorial. In GAMITO T. J. (eds.), *Arqueologia Hoje – I. Etno-Arqueologia*. Universidade do Algarve.

MAYORAL FRANCO, F. (1984) – Contribución a la delimitación del territorio de los asentamientos protohistóricos. Aplicación de n modelo de gravedad. In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. 27 al 29 de Septiembre, Teruel 1984*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo1: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 73-89.

MELGUIZO, S.; MORET, P. (2007) – Las fortificaciones del Bajo Aragón entre los siglos III y I a.C.: un estilo regional. *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las muralhas protohistóricas en la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (Octubre de 2006)*. Madrid: Real Academia de la Historia. Casa de Velázquez. *Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 28, p.305-234.

MILLET, M. (2001) – Roman interaction in North-Western Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishers. 20 (2), p. 157-170.

MILLETT, M.; QUEIROGA, F.; STRUTT, K. ; TAYLOR, J.; WILLIS, S. (2000) – The Ave Valley, Northern Portugal: an archaeological survey of Iron Age and Roman settlement. http://intarch.ac.uk/journal/issue9/millett_index.html

MIRANDA, J. M.; MESEGUER, J. S.; RAMÍREZ, A. (1986) – Bases para el estudio de las relaciones entre o medio geográfico y los asentamientos humanos. In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre el microespacio – I. 15 al 17 de Septiembre, Teruel 1986*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo7: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 199-212.

MITASOVA, H.; NETELER, M. (2002) – Freedom in geoinformation science and software development: A GRASS GIS contribution. In *Proceedings of the Open Source Software GIS – GRASS users conference 2002, Treno, Italy, 11-13 September 2002*. P. 1-13.

MONTGOMERY, D. R. (2007) – *Dirt. The Erosion of Civilizations*. Berkeley: University of Califórnia Press.

MORAIS, R. M. L. de S. (2004) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no Período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho. I e II Parte. Texto policopiado.

MOREIRA, A. B. de (2007) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Colecção arqueológica*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, A. B. de (2002) – *Projecto de Estudo e Salvaguarda das Estações Arqueológicas do Monte Padrão e Castro de Alvarelos. Relatório Final*. Trabalho realizado no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos de 1998 (PNTA/98). Texto policopiado.

MOREIRA, A. B. de (2004a) – A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso. *Santo Tirso Arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso / Museu Municipal Abade Pedrosa. N.º 4, 2ª série, p. 7-54.

MOREIRA, A. B. de (2004b) – Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. O castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos. *Santo Tirso Arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso / Museu Municipal Abade Pedrosa. N.º 4, 2ª série, p. 55-68.

MOREIRA, A. B. de (2005a) – *Estação Arqueológica Monte do Padrão. O Castro do Monte Padrão. Do Bronze Final ao fim da Idade Média*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, A. B. de (2005b) – O Castro do Monte Padrão. Património e Identidade. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 255-275.

MOUGA, T.; ALMEIDA, M. T. (1994) – Fitoarqueologia; uma interface botânica. In *Actas do I.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. IV. *Trabalhos de Antropología e Etnología*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología. Vol. XXXIV, Fasc. 3-4, p. 449-463.

MOURINHO, A. M. (1980) – Roma na Terra de Miranda. In *Actas do Seminário de Arqueología do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. Vol. III, p. 93-106.

MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA / GABINETE MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA (coord.) (1998) – *Área Arqueológica de Alvarelos. Memoria e Identidade*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991) – *El comércio antiguo en el N.W. Peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico*. Monografías Urgentes do Museo, 5, A Coruña: Museo Arqueológico, A Coruña, 1991.

OLIVEIRA, M. G. (2000) – *O registo paleocarpológico do NW Peninsular entre o III^o milénio e o I^o milénio a.C.. Contributo para o estudo da alimentação pré e proto-histórica*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado, especialização em Arqueología da Paisagem. Texto policopiado.

OLIVEIRA, F.; QUEIROGA, F.; DINIS, A. P. (1991) – O pão de bolota na cultura castreja. *Paleoecologia e Arqueología*. Vila Nova de Famalicão. II, p. 251-268.

OSÓRIO, M.; SALGADO, T. (2007) – Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na Arqueología do Município do Sabugal. *Praxis Archaeologica*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos. 2, p. 9-22.

PAÇO, A. do; PINTO, E. (1964) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Vila do Conde. Estação Paleolítica de Modivas RG, LXXIV. Vol. I, p. 145-148.

PARCERO OUBIÑA, C. (1995) – Elementos para el estudio de los paisajes castreño del Noroeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. Vol. 52, n.º 1, p. 127-144.

PARCERO OUBIÑA, C. (1997) – The Invisible Warrior: Warfare and Archaeology in the Indoeuropean Iron Age. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 35-39.

PARCERO OUBIÑA, C. (1998) – *La Arqueología en la Gasificación de Galicia 7: Hacia una Arqueología Agraria de la Cultura Castreña*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. *Tapa 9. Trabajos en Arqueología del Paisaje*.

PARCERO OUBIÑA, C. (2006) – Los paisajes agrarios castreños. Modelos de construcción del espacio agrario a lo largo de la Edad del Hierro del noroeste. *Arqueología Espacial*. 26, p. 57-85.

PARCERO OUBIÑA, C.; COBAS FERNÁNDEZ, I. (2004) – Iron Age Archaeology of the Northwest Iberian Peninsula. *E-Keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*. (Revista online). Vol. 6, *The Celts in the Iberian Peninsula*. P. 1-72.

PEIXOTO, R. (1905-1908) – Beneméritos da Archaeologia: As explorações da Cividade de Terroso e do Castro de Lanudos no concelho da Póvoa de Varzim. *Revista Portugália*, Porto. Vol. II, p. 677-680.

PEREIRA, I. (1993-94) – Casais Agrícolas da Idade do Ferro na foz do Mondego – Figueira da Foz. *Conimbriga*. 32-33, p. 75-85.

PEREIRA, J. P.; MARTINS, I. P. (1994) – Sistemas de Informação Geográfica: Um instrumento para a salvaguarda do Património Arqueológico. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas. 20, 21 e 22 de Maio de 1993*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. P. 9-15.

PEREIRA-MENAUT, G. (2005) – Novas perspectivas sobre a vida nos castros galaico romanos. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 225-231.

PERESTRELO, M. S. G. (2003) – *A Romanização na bacia do rio Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico Vale do Côa.

PÉREZ LOSADA, F. (1998) – Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV, 16, p. 157-174.

PÉREZ LOSADA, F. (2002) – *Entre a cidade e a aldea. Estudio arqueohistórico dos “aglomerados secundarios” romanos en Galicia*. Coruña: Museu Arqueolóxico e Histórico Castelo de San Antón. *Brigantium*, vol. 13.

PESCARIN, S. ([s.d.]) – Chapter 14. Reconstructing archaeological landscape. Interpretation and integration in spatial and real-time open system. In KEELER, D.; SALISBURY, R. (Ed.), *Space – Archaeology’s final frontier? An Intercontinental approach*. <http://portal.unesco.org>, <http://whc.unesco.org/>. ([s.p.]

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa : as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 8, n.º 2, p. 313-334.

PIMENTEL, A. (1902) – Santo Thyrsos de Riba d’Ave, Santo Tirso, 1902.

PINHO, J. (prelo) – O Povoamento Índigena e a Romanização no Baixo Ave. Perspectivas Geo-espaciais nas Dinâmicas de Implantação: Breves Apontamentos. *GAIAA Ciência*. N.º 0, 2009, p. 113-121.

PINHO, J.; HENRIQUES, S. (prelo) – O sítio arqueológico da Rua Fernandes Thomaz. Mundo Índigena e Romanização na área urbana de Coimbra: resultados de uma intervenção arqueológica – estudo prévio do respectivo espólio. *GAIAA Ciência*. N.º 0, 2009, p. 69-111.

PINTO, J. M. S. M. (1995) - O povoamento da bacia superior do rio Sousa da Proto-história à Romanização. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. V. *Trabalhos de Antropología e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnologia. Vol. XXXV, Fasc. 3-4, p. 265-291.

PINTO, P. C. (Coord.) (1997) – *Raízes de Vila do Conde*. Vila do Conde: Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde / Câmara Municipal de Vila do Conde.

PINTO, R. S. (1927-1929) – Apontamentos arqueológicos do Concelho da Póvoa de Varzim, *Voz do Crente*: Póvoa de Varzim.

PINTO, R. S. (1932) – A Cividade de Terroso e os Castros do Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. 42 (1-2), p. 81-91.

PIQUÉ i HUERTA, R. (2006) – Los carbonos y las maderas de contextos arqueológicos y el paleoambiente. *Ecosistemas. Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente*. 1. <http://revistaecosistemaas.net/articulo.asp>

POLO CUTANDO, C.; VILLARGORDO ROS, C. (2004) – Del poblado fortificado al asentamiento en llano: La evolución de los asentamientos rurales en el Sistema Ibérico Central (s. III a.C.-I d.C.). *Torres, Atalayas y Casas Fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania (S. III a. de C. – S. I d. de C.)*. Jaén: Universidad de Jaén. P.157-173.

POTTER, T. W. (1986) – Programme de prospection en Etrurie Méridionale: reflexiones sur les méthodes et les techniques. *Documents d'Archéologie Française*. Paris. 3, p. 139-143.

QUEIROGA, F. (1985) – Escavações Arqueológicas no Castro das Ermidas. *A campanha de 1983*. V. N. de Famalicão: Boletim cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (sep.), p. 1-42.

QUEIROGA, F. (1992) – *War and Castros. New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Oxford. Oxford: Oxford University. Texto policopiado.

QUEIROGA, F. (2005) – Materiais e Técnicas Construtivas da Cultura Casreja no Entre-Douro-e-Minho. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 155-166.

QUIROGA, J. L.; LOVELLE, M. R. (1999) – Ciudades atlánticas en transición: La “ciudad” tardo-antigua y alto-medieval en el noroeste de la Península Ibérica (s. V-XI). *Archeologia Medievale*. XXVI, p. 257-268.

RAMIL, P. (1993) – Paleoethnobotánica de yacimientos arqueológicos holocenos de Galicia (N. O. Cantábrico). *Munibe (Antropologia-Arkeologia)*. San Sebastian: Sociedad de Ciencias ARANZADI. N.º 45, p. 165-174.

RAMIL-REGO, P.; AIRA RODRIGUEZ, M. J. (1996) – Antropización y desarrollo agrícola en el N. O. Peninsular, a partir de análisis polínicos y paleocarpológicos. *Bot. Macaronésica*. 23, p. 269-283.

RAMIL-REGO, P.; DOPAZO MARTÍNEZ, A.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (1996) – Cambios en las estrategias de explotación de los recursos vegetales en el Norte de la Península Ibérica. *Férvedes*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. N.º 3, p. 169-187.

REQUEJO PAGÉS, O.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. (2008) – Materiales arqueológicos procedentes de la villa de Priañes, Nora, Oviedo, Principado de Asturias. In *I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 405-412.

REVILLA CALVO, V. (2004) – El poblamiento rural en el noreste de Hispania entre los siglos II a.C. y I d.C.: Organización y dinámicas culturales y socioeconómicas. *Torres, Atalayas y Casas Fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania (S. III a. de C. – S. I d. de C.)*. Jaén: Universidad de Jaén. P. 175-202.

REZENDE, F. A. V. S.; ALMEIDA, R. M. V.; NOBRE, F. F. (2000) – Diagramas de Voronoi para a definição de áreas de abrangência de hospitais públicos no Município do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 16 (2), p. 467-475.

RIBEIRO, O. (1998) – *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora. (7ª ed. revista e ampliada).

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. (1998) – *Geografia de Portugal I. A Posição Geográfica e o território*.

RIBEIRO, S. J. M.; SAMPAIO, H. A. (2008) – Técnicas, motivos e organizações decorativas da cerâmica da Idade do Ferro na bacia do Ave: a Citânia de Briteiros como caso de estudo. In *I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 277-285.

REBORATTI, C. E. (2001) – Una cuestión de escala: sociedad, ambiente, tiempo y territorio. *Sociologias*. Porto Alegre. Ano 3, n.º 5, p. 80-93.

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1977) – *Galia Meridional Romana*. Bilbao: Universidad de Duesto.

RODRÍGUEZ CORRAL, J. (2008) – Identidad y estilo tecnológico en el contexto castrejo. In *I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 287-296.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1984) - ¿Qué?, ¿dónde?, ¿cómo-cuándo? y ¿por qué? en Arqueología. In *Arqueología Espacial. Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. 27 al 29 de Septiembre, Teruel 1984*. Teruel: Colegio Universitario de Teruel. Tomo1: *Aspectos generales y metodológicos*. P. 25-40.

RODRÍGUEZ LOPEZ, C. (1993) – Dos modelos de explotación del mar en la Galicia Castreña: El Castro de Queiruga y el Castro de Facho de Donon. In *Separata del vol. II de las Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología, Vigo*. P. 173-177.

RODRIGUEZ LOPEZ, C.; FERNANDEZ RODRIGUEZ, C.; RAMIL REGO, P. (1995) – El aprovechamiento del medio natural en la cultura castreña del Noroeste Peninsular. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. V. *Trabalhos de Antropología e Etnología*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología. Vol. XXXV, Fasc. 3-4, p. 285-291.

ROMERO MASIÁ, A. (1976) – *El Habitat castreño*, Coléxio de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela.

ROSSA, W. (2001) – *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (especialidade de Teoria e

História da Arquitectura). Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.

SAÉZ, J.L.; VALINHO, A.; LOUREIRO, S. (2002), “Paleovegetação na transição Bronze Final/Ferro no Alto Paiva: palinologia do Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, 10.

SANTARÉM, C. F. (1956) – Incrições romanas no concelho de Santo Tirso. O Concelho de Santo Tirso. *Boletim Cultural*, vol. V. Porto, p. 63-70.

SAMPAIO, A. (1979) – *Estudos Económicos. As Vilas no Norte de Portugal*. Lisboa: Editorial Vega. Vol. I.

SANCHES, M. de J.; PINTO, D. B. (2005) – O Crasto de Palheiros – Murça (Norte de Portugal). Notas sobre um povoado proto-histórico em Trás-os-Montes. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 55-74.

SALINAS DE FRÍAS, M. (1992-93) – El poblamiento rural antiguo de la provincia de Salamanca: modelos e implicaciones históricas. In *Actas de la Mesa Redonda Internacional. El medio rural en Lusitania romana: formas de habitat y ocupación del suelo*. Studia Historica / Historia Antigua. X-XI.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; OREJAS, A.; FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1994) – La mano de obra en la minería romana del Noroeste Peninsular. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueología Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. IV. *Trabalhos de Antropología e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnologia. Vol. XXXIV, Fasc. 3-4, p. 243-258.

SANTO, A. E. (trad.) (1998) – Textos relativos às Guerras Lusitanas. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 197-201.

SANTOS, A. T. (2007) – A fenomenologia da Pré-história e a arte rupestre ou “como o martelo só se revela no acto de martelar”. In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueología da Península Ibérica. Faro, 14 a 19 Setembro de 2004*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monográfica 08, p. 131-139.

SANTOS, P. J. L. da S. (2006) – *Aplicações de Sistemas de Informação Geográfica em Arqueología*. Dissertação de Mestrado em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica. Lisboa: Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

SANTOS YANGUAS, J. (1985) – *Comunidades Indígenas y administración Romana en el Noroeste Hispanico*. Bilbao: Servicio Editorial Universidad del País Vasco.

SARMENTO, F. M. (1933) - *Dispensos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SARRAZOLA, A.; SILVA, I. M.; COELHO, M. B.; MELRO, S. (2001) – Intervenções Arqueológicas na Marinha Baixa (Cacia/Aveiro). Resultados preliminares. *Era-arqueologia. Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa: Colibri. N.º 3, p. 24-40.

SEAR, F. (1982) – *Roman Architecture*. London: Batsford Academic and Educational Limited.

SEVERO, R. (1905-1908) – As arrecadas em ouro do Castro de Laúndos. *Revista Portugália*. Porto. Vol. II. Pp.403-412.

SEVERO-CARDOSO (1886) – Notícia Archeológica sobre o Monte da Cividade. Guimarães: *Revista de Guimarães*, III, 1886, p. 137-141.

SILVA, A.C.F. da (1980) – Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugália*. Nova série 2-3, p. 83-94.

SILVA, A. C. F. da (1981) – *Campanha de trabalhos arqueológicos na Cividade de Terroso, relatório preliminar*. Póvoa de Varzim: [s.n.].

SILVA, A. C. F. da (1983-1984) – A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. Habitat e Cronologias. Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. *Revista Portugália*. Vol. IV/V, p.122-129.

SILVA, A. C. F. da (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. da (1999) – A Cultura Castreja no Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Casa de Sarmento. Volume Especial, I, p.111-132.

SILVA, A. C. F. da (2007) – A evolução do sistema defensivo castrejo no Noroeste Peninsular. *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro. Las muralhas protohistóricas en la Meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (Octubre de 2006)*. Madrid: Real Academia de la Historia. Casa de Velázquez. *Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 28, p. 99-111.

SILVA, A. C. F. da; GOMES, M. V. (1998) – *Prot -História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, A. M. S. P. (1995) – Ocupação Proto-histórica e Romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: breve balanço de uma investigação em curso. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Vol. II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. XXXIII, Fasc. 3-4, p. 428-444.

SILVA, A. M. S. P. (2005) – Povoamento proto-histórico no Entre Douro e Vouga Litoral: A estruturação do habitat. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 167-188.

SILVA, M. de F. M. da (1994) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura / Gabinete de Arqueologia e Património. *Cadernos de Arqueologia e Património. Monografias 2*.

SILVA, M. de F. M. da (2008) – A evolução cronológica da cultura castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais: ensaio e síntese. *@rqueología y Territorio*. N.º 5, p. 49-77.

SILVA, P. G.; BORJA, F.; ZAZO, C.; GOY, J. L.; BARDAJÍ, T.; DE LUQUE, L.; LARIO, J.; DABRIO, C. J. (2005) – Archaeoseismi record at the ancient Roman City of *Baelo Claudia* (Cádiz, south Spain). *Tectonophysics*. []: Elsevier. 408, p. 129-146. www.elsevier.com/locate/tecto ou www.sciencedirect.com .

SOEIRO, T. (1980) – Objectos em Bronze do Castro de Alvarelhos. *Gallaecia* 6, p. 237-243.

SOUSA, A. C. (2005) – A Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*. Goiânia. Vol. 3, n.º 2, p. 291-300.

SOUSA, E. M. de (1992) – Ruínas Romanas de St.º André de Almoçageme. . In *Actas do Seminário: O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território. 17 a 19 de Março de 1989*. Tomar: Gráfica de Tomar. P. 85-91.

STRUTT, K. (2000) – Use of a GIS for Regional Archaeological Analysis: Application of Computer-based Techniques to Iron Age and Roman Settlement Distribution in North-West Portugal. In *Proceedings of the Ninth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference. TRAC 99. University of Durham, April 1999*. Oxford: Oxbow Books. P. 118-141.

SUÁREZ, OTERO, J. (2005) – Os castros máis alá do “castrexo”. ¿ Continuidade histórica ou recurrencia tópica? In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 281-292.

SUÁREZ PIÑEIRO, A. M. (2007) – *Así era la vida en la Galicia romana*. Santiago de Compostela: Edicións Lóstrego.

TACLA, A. B. (2004) – Territórios eltas. Um debate acerca da relação entre paisagem, poder e religião. Resenha de GARCIA, D.; VERDIN, F (eds.) (2002), *Territoires Celtiques – Espaces ethniques des agglomérations protohistoriques d’Europe occidentale*. Paris, Editions Errance. In *Brathair*. []: []. 4 (1), p. 103-105. www.brathair.cjd.net

TEICHNER, F. (2005) – Cerro da Vila: aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia. In *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 17 a 18 de Outubro de 2003)*. Silves: Câmara Municipal de Silves / Museu Municipal de Arqueologia. *Xelb*. 5, p. 85-100.

TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. C. de; ASSUNÇÃO, C. T. de (1965) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 9-A Póvoa de Varzim*. Lisboa: Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos / Serviços Geológicos de Portugal.

TEIXEIRA, R. (2005) – Castros e povoamento: continuidades e rupturas em tempo medieval. In *Actas do Colóquio Monte Mozinho 2004: Castro, Um Lugar para Habitar*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel / Museu Municipal. *Cadernos do Museu. Arqueologia*. 11, p. 293-305.

TERESO, J. P. (2007a) – *Paleoetnobotânica do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (NE transmontano)*. Dissertação de Mestrado em Ecologia da Paisagem e Conservação da Natureza. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Texto policopiado.

TERESO, J. P. (2007b) – Economia agrícola das comunidades romanas do NW peninsular: dados carpológicos da Terronha de Pinhovelo (Bragança, Portugal). *Recurso Rurais*. [Dantiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico / Universidade de Santiago de Compostela. Vol. 1, n.º 3, p.13-21.

TERESO, J. P. (2008a) – Estudo de Arqueobotânico das estruturas romanas da Terronha de Penhovelo (NE Portugal). In *1 Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 69-78.

TERESO, J. P. (2008b) – A região de Macedo de Cavaleiros na *civitas zoelarum*: dados de investigação recentes. In *1 Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 431-440.

TILLEY, C. (ed.) (1993a) – *Interpretative Archaeology*. Oxford: Berg Publishers

TILLEY, C. (1993b) – *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg Publishers.

TOMÁS (1651) – *Beneditina Lusitana*. Coimbra = Fac-simile, Lisboa, 1974, vol. I e II.

TORRES, C. (1992) – Povoamento Antigo do Baixo Alentejo. . In *Actas do Seminário: O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território. 17 a 19 de Março de 1989*. Tomar: Gráfica de Tomar. P. 103-114.

TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine*. Paris.

TROCATO, P. ([s.d.]) – *Formação em Sistemas de Informação Geográfica. Arcgis 9*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Texto policopiado.

VALINHO, A. (2003) – *A ocupação humana no Alto Paiva no I Milénio a.C.: uma abordagem espacial*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I e II. Texto policopiado.

VASCONCELOS, J. L. (1885) – Dialectos minhotos. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade de Martins Sarmiento. Nº. 2, p. 5-19.

VÁSQUEZ VARELA, J. M.; RODRIGUEZ LÓPEZ, C. (1995) – Nuevas aportaciones metodológicas al estudio de los concheros castreños del noroeste de la Península Ibérica: El Castro de Punta dos Prados (Ortigueira, La Coruña, Galicia). *Zephyrus*. XLVIII, p. 199-222.

VAZ, J. L. I. (2006) – A ocupação do espaço de Viseu na Época Romana. *Máthesis*. 15, p.143-154.

VÁZQUEZ GÓMEZ, X. L. (2008) – Brigantium á luz da arqueoloxía. In *I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. *Férvedes*. N.º 5, p. 353-361.

VÁZQUEZ VARELA, J. M. () – La Economía Castreña al Norte del Miño. *Xxxxxx*. Vol.xx, p. 197-204.

VÁZQUEZ VARELA, J. M.; RODRÍGUEZ LÓPEZ, C. (1995) – Nuevas aportaciones metodológicas al estudio de los concheros castreños del noroeste de la Península Ibérica: El Castro de Punta dos Prados (Ortigueira, La Coruña, Galicia). *Zephyrus. Revista de Prehistoria y Arqueología*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca. XLVIII, p-199-222.

VÁZQUEZ VARELA (2000) – *Etnoarqueologia: Conocer el Passado por medio del Presente*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra.

VIEIRA, J. A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Edições de Lisboa.

VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Departamento de Arqueologia. Vol. 1 e 2. *Trabalhos de Arqueologia*, 9.

VILLOCH VÁZQUEZ, V.; SANTOS ESTÉVEZ, M.; CRIADO BOADO, F. (1997) – Forms of Ceremonial Landscapes in Iberia from Neolithic to Bronze Age: essay on a Archaeology of Perception. *Tapa 2. Trabajos en Arqueología del Paisaje. Landscape, Archaeology, Heritage*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela. P. 19-25.

VITA-FINZI, C.; HIGGS, E. S. (1978) – Prehistoric Economy in the Mount Carmel Area of Palestine: Site Catchment Analysis. P. 1-37.

WORSTER, D. (1991) – Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 4, n.º 8, p. 198-215,